

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

2ª Revisão

QUADRO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana

Fevereiro 2025

Vale de Cambra
Câmara Municipal

Apostar nas pessoas, ganhando o futuro.



EQUIPA TÉCNICA

Coordenação	Armando Ribeiro – Planeamento Regional e Urbano
Equipa Técnica	Ana Catarina Pinheiro – Engenharia Geográfica Catarina Freitas – Planeamento Regional e Urbano Daniel Antunes – Arquitetura Helena Bastos – Engenharia Biológica Iara Ferreira – Arquitetura Paisagista Isabel Bastos – Arquitetura Pedro Martins – Geoinformática Rute Santos – Geografia

Índice

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I.....	12
QUADRO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	12
1. OBJETIVOS.....	12
3. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO.....	20
3.1. Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 1ª geração.....	20
3.2. Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 2ª geração.....	22
3.3. Estratégia para a qualificação do tecido industrial – pós PDM de 2ª geração.....	26
3.4. Tendências Atuais.....	27
3.5. Análise <i>SWOT</i>	31
4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO.....	32
5. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA.....	65
5.1. Municípios em geral.....	67
5.2. Sessão promovida com a participação da CCDR-N.....	69
5.3. Sessão Promovida com a Participação da Universidade de Aveiro.....	70
5.4. Juntas de Freguesia.....	71
5.5. Associações Culturais e Desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social.....	75
5.6. Empresários.....	80
5.7. Criação de Boletim Informativo.....	83
6. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	84
CAPÍTULO II.....	92
MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL.....	92
1. INTRODUÇÃO.....	92
2. CONFORMIDADE DO PDM COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	94
3. CONDICIONANTES DE ORDEM SUPERIOR.....	96
3.1. Reserva Agrícola Nacional.....	96
3.2. Aproveitamento Hidroagrícola de Burgães.....	97
3.3. Reserva Ecológica Nacional.....	98
3.4. Plano Rodoviário Nacional.....	98
3.5. Património Cultural.....	100
3.6. Sítio da Rede Natura – Serras da Freita e Arada.....	100
3.7. Conformidade do Plano com a Rede Natura 2000.....	102
3.7.1. Elaboração da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal.....	104
3.7.1.1. Metodologia.....	104
3.7.1.2. Transposição dos Limites da Rede Natura 2000.....	105

3.7.1.3. Identificação dos Valores Naturais.....	106
3.7.1.4. Integração dos Valores Naturais e Orientações de Gestão.....	112
3.8. Perímetro Florestal.....	117
4. PROPOSTA DE ORDENAMENTO.....	118
4.1. Enquadramento Legislativo.....	118
4.2. Classificação do Solo.....	119
4.2.1. Solo Rústico.....	119
4.2.2. Solo Urbano.....	120
4.3. Qualificação do Solo.....	121
4.3.1. Categorias do Solo Rústico.....	123
4.3.1.1. Aglomerados rurais.....	124
4.3.1.2. Espaços de equipamentos e infraestruturas.....	124
4.3.1.3. Espaços de atividades industriais.....	125
4.3.1.4. Espaços agrícolas.....	125
4.3.1.4.1. Espaço agrícola de produção.....	125
4.3.1.4.2. Outros espaços agrícolas.....	125
4.3.1.5. Espaços florestais.....	125
4.3.1.5.1. Espaços florestais de produção.....	126
4.3.1.5.2. Espaços florestais de proteção.....	126
4.3.1.5.3. Espaços florestais de conservação.....	126
4.3.1.5.4. Espaços florestais de silvopastoril.....	127
4.3.1.6. Espaços naturais e paisagísticos.....	127
4.3.1.7. Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos.....	127
4.3.1.8. Espaços de ocupação turística.....	129
4.3.2. Categorias do Solo Urbano.....	130
4.3.2.1. Espaços centrais.....	131
4.3.2.1.1. Espaço central tipo I – maior densidade.....	131
4.3.2.1.2. Espaço central tipo II – média densidade.....	131
4.3.2.2. Espaços habitacionais.....	131
4.3.2.3. Espaços urbanos de baixa densidade.....	131
4.3.2.4. Espaços de atividades económicas.....	131
4.3.2.4.1. Espaços de atividades económicas - comércio e serviços.....	131
4.3.2.4.2. Espaços de atividades económicas - atividades industriais, armazém e logística.....	132
4.3.2.5. Espaços de uso especial.....	132
4.3.2.5.1. Espaços de uso especial – equipamento.....	132

4.3.2.5.2. Espaço de uso especial – infraestruturas estruturantes.....	132
4.3.2.6. Espaços verdes.....	132
4.3.2.6.1. Espaços verdes urbanos.....	132
4.3.2.6.2. Espaço verde complementar.....	132
4.4. Estrutura Ecológica Municipal.....	133
4.4.1 Conceitos e fundamentos.....	134
4.4.2 Metodologia.....	135
4.5. Zonamento Acústico.....	137
4.6. Comparação da qualificação do solo entre o PDM em vigor e o PDM em revisão.....	145
5. HIERARQUIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE URBANIDADE.....	149
6. HIERARQUIA DA REDE VIÁRIA.....	155
7. DEFINIÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL.....	161
8. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	177

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído – Lden.....	142
Figura n.º 2 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Ln.....	143
Figura n.º 3 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Lden.....	143
Figura n.º 4 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Ln.....	144

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Ações apresentadas no PAEC.....	40
Quadro n.º 2 – Eixos e respetivas medidas da ENMAC 2020-2030.....	43
Quadro n.º 3 – Eixos e respetivas linhas de atuação da ET27.....	46
Quadro n.º 4 – Número de participações por freguesia e por âmbito de participação.....	68
Quadro n.º 5 – Objetivos de concretização de cada um dos eixos estratégicos.....	91
Quadro n.º 6 – Metodologia de integração dos valores naturais do PSRN 2000 na 2.ª revisão do PDM de Vale de Cambra.....	104
Quadro n.º 7 – Habitats naturais e seminaturais presentes no concelho de Vale de Cambra.....	106
Quadro n.º 8 – Valores naturais da fauna no concelho de de Vale de Cambra.....	111
Quadro n.º 9 – Valores naturais da flora no concelho de de Vale de Cambra.....	112
Quadro n.º 10 – Compatibilização das orientações de gestão dos habitats do concelho de Vale de Cambra coma Planta de Ordenamento I e Regulamento do PDM.....	113
Quadro n.º 11 – Identificação do tipo de classificação acústica e dos respetivos valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior.....	139
Quadro n.º 12 – Parâmetros para a aferição dos níveis de urbanidade.....	149

Quadro n.º 13 – Parâmetros de dimensionamento da hierarquia da rede viária.....	160
Quadro n.º 14 – Identificação de Medidas de Ação para Projetar o Concelho de Vale de Cambra, Tornando-o atrativo para Viver, Visitar e Investir.....	178
Quadro n.º 15 – Relação das Medidas de Ação com os FCD e as Questões Ambientais de Sustentabilidade.....	180

Índice de Cartogramas

Cartograma n.º 1 – Representação gráfica da ZEC SERRA DA FREITA E ARADA no concelho de Vale de Cambra.....	105
Cartograma n.º 2 – Representação gráfica do Habitat 3130.....	107
Cartograma n.º 3 – Representação gráfica do Habitat.....	107
Cartograma n.º 4 – Representação gráfica do Habitat 4020.....	107
Cartograma n.º 5 – Representação gráfica do Habitat 4030.....	107
Cartograma n.º 6 – Representação gráfica do Habitat 4090.....	108
Cartograma n.º 7 – Representação gráfica do Habitat 5230.....	108
Cartograma n.º 8 – Representação gráfica do Habitat 6410.....	108
Cartograma n.º 9 – Representação gráfica do Habitat 6430.....	108
Cartograma n.º 10 – Representação gráfica do Habitat 6510.....	109
Cartograma n.º 11 – Representação gráfica do Habitat 7140.....	109
Cartograma n.º 12 – Representação gráfica do Habitat 8220.....	109
Cartograma n.º 13 – Representação gráfica do Habitat 8230.....	109
Cartograma n.º 14 – Representação gráfica do Habitat 91E0.....	110
Cartograma n.º 15 – Representação gráfica do Habitat 9230.....	110
Cartograma n.º 16 – Representação gráfica do Habitat 9260.....	110
Cartograma n.º 17 – Representação gráfica do Habitat 92A0.....	110
Cartograma n.º 18 – Representação gráfica do.....	111
Cartograma n.º 19 – Cruzamento da Zona Mista ao Ruído com o indicador Lden.....	137
Cartograma n.º 20 – Cruzamento da Zona Mista ao Ruído com o indicador Ln.....	138
Cartograma n.º 21 – Cruzamento da Zona Sensível ao Ruído com o indicador Lden.....	138
Cartograma n.º 22 – Cruzamento da Zona Sensível ao Ruído com o indicador Ln.....	139
Cartograma n.º 23 – Mapa de conflito do município na zona mista ao ruído – Indicador Lden.....	140
Cartograma n.º 24 – Mapa de conflito do município na zona mista ao ruído – Indicador Ln.....	140
Cartograma n.º 25 – Mapa de conflito do município na zona sensível ao ruído – Indicador Lden.....	141
Cartograma n.º 26 – Mapa de conflito do município na zona sensível ao ruído – Indicador Ln.....	141
Cartogramas n.º 27 – Comparação entre os espaços para habitação.....	145
Cartograma n.º 28 – Comparação entre os espaços de atividades económicas.....	146
Cartograma n.º 29 – Comparação entre os espaços para habitação e atividades económicas.....	146

Cartograma n.º 30 – Comparação entre os espaços florestais.....	147
Cartograma n.º 31 – Comparação entre os espaços agrícolas.....	147
Cartograma n.º 32 – Comparação da RAN.....	148
Cartograma n.º 33 – Comparação da REN.....	148
Cartograma n.º 34 – Hierarquização dos níveis de urbanidade.....	151
Cartograma n.º 35 – Pontos estratégicos.....	153
Cartograma n.º 36 – Vias Principais - perfil tipo P1 da Hierarquia da Rede Viária.....	156
Cartograma n.º 37 – Vias Distribuidoras - perfil tipo P2 da Hierarquia da Rede Viária.....	157
Cartograma n.º 38 – Vias de Acesso Local - perfil tipo P3 da Hierarquia da Rede Viária.....	158
Cartograma n.º 39 – Hierarquia da Rede Viária.....	159
Cartograma n.º 40 – Redes de conectividade – Rede Viária.....	162
Cartograma n.º 41 – Rede de conectividade – Rede Ecológica.....	163
Cartograma n.º 42 – Perfis económicos.....	165
Cartograma n.º 43 – Perfis sociodemográfico.....	167
Cartograma n.º 44 – Perfil turístico.....	169
Cartograma n.º 45 – Modelo de Organização Territorial.....	176

Índice de Diagramas

Diagrama n.º 1 - Esquema metodológico.....	11
Diagrama n.º 2 - Metas da Estratégia para o Turismo 2027 e respetivos objetivos.....	47
Diagrama n.º 3 - Fases da Participação Pública.....	66
Diagrama n.º 4 - Eixos Estratégicos.....	85
Diagrama n.º 5 - Metodologia para a elaboração da delimitação da EEM.....	136

Glossário

AEPR	<i>Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos</i>
AEREHS	<i>Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo</i>
AIV	<i>Áreas de instabilidade de vertentes</i>
ALMFP	<i>Albufeiras e respetivos leitos, margens e faixas de proteção</i>
ARU	<i>Área de Reabilitação Urbana</i>
CALM	<i>Cursos de água e respetivos leitos e margens</i>
CCDR-C	<i>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro</i>
CCDR-N	<i>Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte</i>
CEP	<i>Convenção Europeia da Paisagem</i>
CM	<i>Câmara Municipal</i>
CMVC	<i>Câmara Municipal de Vale de Cambra</i>
COS 2013	<i>Carta de Ocupação do Solo de 2013</i>
CS2020	<i>Cidades Sustentáveis 2020</i>
DGEG	<i>Direção-Geral de Energia e Geologia</i>
DGT	<i>Direção Geral do Território</i>
DRAPN	<i>Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte</i>
ELH	<i>Estratégia Local de Habitação</i>
EN	<i>Estrada Nacional</i>
ENAA 2020	<i>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas</i>
ENAR 2020	<i>Estratégia Nacional para o Ar 2020</i>
ENCNB 2030	<i>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030</i>
ENDS	<i>Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável</i>
ENE 2020	<i>Estratégia Nacional para a Energia</i>
ENEAPAI	<i>Estratégia Nacional dos Efluentes Agropecuários e Agroindustriais</i>
ENEI	<i>Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente</i>
ENF	<i>Estratégia Nacional para as Florestas</i>
ENH	<i>Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031</i>
ENMAC	<i>Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030</i>
2020-2030	
EOT	<i>Espaços de Ocupação Turística</i>
ER	<i>Estrada Regional</i>
ERP	<i>Estratégia para o Regadio Público 2014-2020</i>
ET27	<i>Estratégia para o Turismo 2027</i>
FPC	<i>Fundo Português do Carbono</i>
FCD	<i>Fatores Críticos de Decisão</i>
GEE	<i>Gases com Efeito de Estufa</i>

IGT *Instrumentos de Gestão Territorial*

IHRU *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*

INCoDe.2030A *Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030*

IP *Infraestruturas de Portugal*

IPCC *The Intergovernmental Panel on Climate Change*

IPSS *Instituições Particulares de Solidariedade Social*

NGPH *Nova Geração de Políticas de Habitação*

ORU *Operações de Reabilitação Urbana*

PAEC *Plano de Ação para a Economia Circular*

PAMUS *Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável*

PCIP *Prevenção e Controle Integrados da Poluição*

PDM *Plano Diretor Municipal*

PE *Programas especiais*

PEDMT *Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico*

PEDU *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*

PENSAAR *Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020*

PERSU *Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020*

PET *Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável*

PETI 3+ *Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020*

PI *Programas intermunicipais*

PME *Pequenas e Médias empresas*

PNA *Plano Nacional da Água*

PNAC *Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030*

PNAEE *Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (2017-2020)*

PNAP *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem*

PNDFCI *Plano Nacional de Defesa Da Floresta Contra Incêndios*

PNPOT *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*

PNTN *Programa Nacional de Turismo de Natureza*

PNUEA *Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (2012-2020)*

PP *Plano de Pormenor*

PR *Programas Regionais*

PROF EDM *Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho*

PS *Programas Setoriais*

PSNR2000 *Plano Setorial Rede Natura 2000*

PU *Planos de urbanização*

RAN *Reserva Agrícola Nacional*

REN	<i>Reserva Ecológica Nacional</i>	
RFCD	<i>Relatório de Fatores Críticos para a Decisão</i>	
RJIGT	<i>Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial</i>	
RNC2050	<i>Roteiro Para a Neutralidade Carbónica 2050</i>	
SEVESO	<i>Estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves</i>	
SIC	<i>Sítios de interesse comunitário</i>	
SWOT	<i>Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades)</i>	<i>e</i>
	<i>Threats (Ameaças)</i>	
UOPG	<i>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão</i>	
ZAC	<i>Zonas Ameaçadas por cheias</i>	
ZEC	<i>Zonas Especiais de Conservação</i>	
ZEP	<i>Zonas Especiais de Proteção</i>	
ZI	<i>Zona Industrial</i>	

INTRODUÇÃO

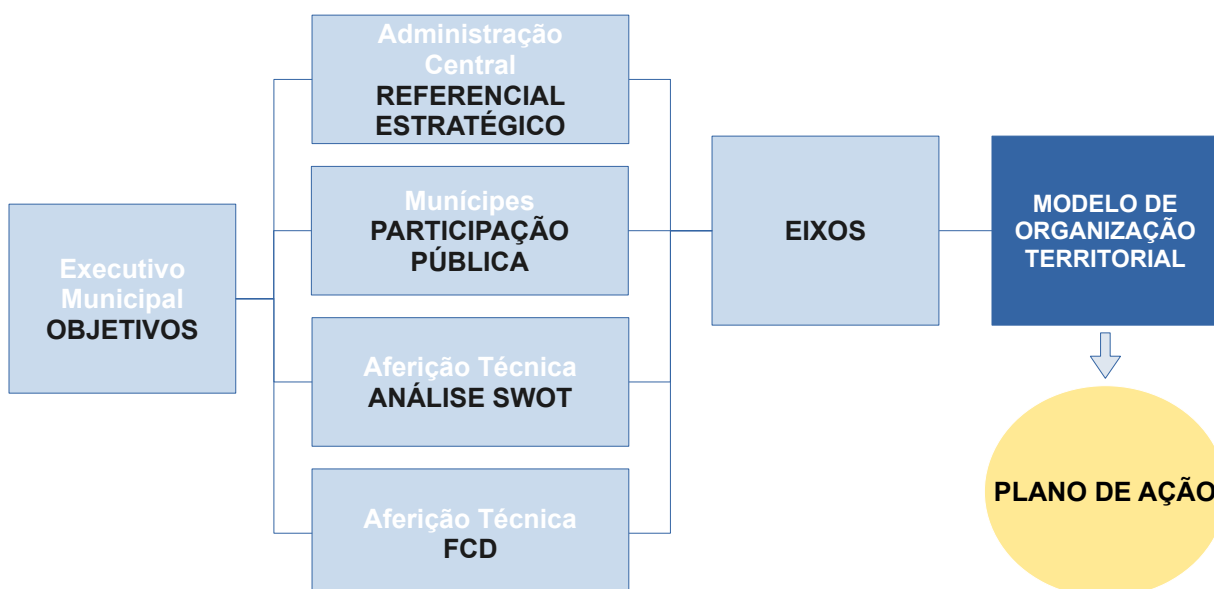
O Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra é um instrumento de gestão territorial que estabelece a política municipal de ordenamento do território e do urbanismo, visando refletir as estratégias de desenvolvimento económico e social para o Concelho.

A estratégia do PDM visa o desenvolvimento de um modelo de organização espacial, nomeadamente um Modelo Territorial reconhecendo as potencialidades do território e dos seus recursos, de modo a contribuir para o aumento da capacidade de resiliência, tendo em vista a coesão territorial.

Neste documento estratégico são enunciados os objetivos estratégicos para o concelho definidos pelo Executivo Municipal, bem como a sua fundamentação técnica, em concertação com as indicações de políticas, programas e planos de hierarquia superior, o diagnóstico prospetivo do concelho e os contributos recolhidos nas ações de participação pública, de forma integrada com a estratégia de desenvolvimento para os vários setores.

A partir do que foi anteriormente referido, foram definidos cinco eixos estratégicos, que serviram de impulso para a definição do Modelo Territorial, que representa a tradução espacial da estratégia de desenvolvimento.

Diagrama n.º 1 - Esquema metodológico



CAPÍTULO I

QUADRO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

1. OBJETIVOS

O Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra entrou em vigor a 27 de março de 2008, após a publicação no Diário da República do Aviso n.º 9402/2008 e de acordo com o artigo 2º do regulamento do Plano foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- a) Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades;
- b) Estabelecer regras e disciplina para a edificabilidade, que permitam salvaguardar valores patrimoniais, ambientais, de reserva agrícola e ecológica, urbanísticos e paisagísticos e servir de suporte à gestão urbanística do concelho;
- c) Promover a melhoria das acessibilidades aproximando o interior do concelho e estes com os concelhos vizinhos;
- d) Incentivar a valorização da população promovendo o aumento do nível de escolarização da população;
- e) Promover a oferta de terrenos de localização industrial, infraestruturados e a preços acessíveis;
- f) Contrariar a desertificação do interior do concelho, designadamente promovendo o seu potencial turístico;
- g) Qualificar os aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir al desenvolvimento, articulando planeamento e ação social;
- h) Promover em estudos e planos subsequentes, princípios de equilíbrio, harmonia e justiça nas relações de redistribuição de custos e benefícios em operações de transformação do solo, aplicando os conceitos de perequações estabelecidas por lei.

Da monitorização efetuada ao PDM (capítulo 5.1 – REOT), resultou que os objetivos não foram concretizados na sua plenitude, sendo recomendação do REOT que os objetivos a), c), e e), sejam mantidos no atual processo de revisão do PDM, por um lado, porque a assimilação constante dos conceitos do ordenamento do território permitirá promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, por outro, e ao nível das acessibilidades, a extensa rede viária do município obriga a que a sua manutenção e

beneficiação seja uma constante, pois traduz-se em mais-valias para o tecido económico, para a fluidez do tráfego e a melhoria das condições das deslocações diárias, quer da população em geral, quer da população escolar; por último, e tendo em conta o peso que o setor secundário tem no município, é de todo imperioso manter o apoio e colaboração com a comunidade industrial, proporcionando uma melhoria continua nas condições de localização e, procurando colaborar ao nível da procura de novos mercados. Por sua vez, os objetivos f), g) e h), irão ser mantidos, no entanto, reformulados.

Os objetivos b) e d), continuando a ser fundamentais, entende-se que estes já foram de alguma forma assimilados fazendo parte integrante das preocupações, quer na elaboração de regulamentos, quer na elaboração e definição de estratégias para o ensino.

Assim, para o presente processo de revisão do PDM, definiram-se os seguintes objetivos:

→ **Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades;**

Vale de Cambra, a exemplo de muitos municípios, cresceu ao longo do tempo de forma desordenada e numa ausência completa de qualquer tipo de ordenamento do território. Ou seja, cresceu de uma forma natural e aleatória ao longo de arruamentos e vias, nas zonas rurais em torno dos terrenos agrícolas, mais férteis, tendo-se a indústria desenvolvido imediatamente na continuidade das áreas urbanas ou coexistindo com estas, em simbiose.

O PDM, enquanto instrumento de planeamento com capacidade para estabelecer o regime de uso do solo, é o instrumento, por excelência, para identificar estes problemas de ordenamento do território e propor soluções. No entanto, a sua resolução é lenta, podendo demorar mais do que uma geração para que os resultados sejam visíveis, pois está em causa a mudança de mentalidade sobre o uso do solo e localização das diversas atividades, quer sejam residenciais ou não.

→ **Promover a melhoria das acessibilidades viárias aproximando o interior à sede de concelho e este com os concelhos vizinhos;**

O Município de Vale de Cambra, quer pela sua morfologia, quer pela ocupação urbana dispersa, e fruto da extensão e estado de conservação da rede viária, apresenta constrangimentos que urge ultrapassar no sentido de aproximar o interior da sede de concelho e de outros centros de serviços e decisão, permitindo uma melhor circulação de pessoas e bens:

- com reflexos na população quer de idosos, quer da população em idade escolar ou da população ativa nas deslocações diárias;

- com reflexos na maior fluidez do tráfego viário de apoio ao tecido económico do Município.

→ **Reforçar e qualificar a oferta de espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo com especial incidência na localização e realocação industrial;**

No Município de Vale de Cambra, até à década de 90, a indústria foi “nascendo” de uma forma dispersa e sem qualquer regra urbanística que a disciplinasse. De igual forma, os preços foram sendo ditados pelo mercado, em função da oferta e da procura, tendo o valor dos terrenos, sem qualquer infraestrutura, atingido preços equivalentes a verdadeiras zonas industriais altamente dotadas de todas as infraestruturas.

A partir do ano 2000 a Autarquia assumiu como uma das prioridades a inversão desta situação, tendo dado início à implementação de zonas industriais, previstas no PDM em vigor, com o objetivo de disponibilizar lotes aos potenciais interessados. A Autarquia surgiu no mercado, tendo no PDM de 2ª geração assumido esta responsabilidade, conseguindo estabilizar o mercado relativo aos preços praticados para lotes industriais.

Sendo o setor secundário o motor de desenvolvimento no município, justifica o reforço deste objetivo, sendo desejável continuar o caminho estratégico neste domínio, quer aumentando a oferta de terrenos para indústria, o que é difícil dada a topografia do Município, quer interferindo no mercado, tornando os preços mais aliciantes e competitivos a nível local, regional e nacional.

→ **Contrariar a desertificação do interior do concelho, promovendo e qualificando os seus aglomerados induzindo dinâmicas de desenvolvimento;**

Constatou-se, nas últimas duas décadas, o decréscimo da população no município com maior incidência no interior. Este fenómeno associado à baixa natalidade e ao envelhecimento da população, assistiu-se ao abandono do interior traduzindo-se na sua desertificação.

Contrariar esta tendência à semelhança de zonas idênticas no país não é tarefa fácil, no entanto, entendemos que a estratégia a implementar passa pela aposta num modelo territorial que incentiva o desenvolvimento de atividades económicas com base nos recursos endógenos, na valorização dos aglomerados, na dinamização de atividades que promovam a identidade cultural, nomeadamente as suas tradições e formas de viver.

Este objetivo não pode ser visto de forma isolada, pelo contrário, o seu sucesso só poderá ser atingido quando aglutinado com os restantes, uma vez que contrariar a desertificação passa também por criar condições de fixação da população, melhorar acessibilidades,

diversificar a base do produto recorrendo a novas formas de promoção e de energia e criar resiliência no território.

→ **Promover o potencial turístico do Município, tendo por base os recursos endógenos do concelho;**

O território do município de Vale de Cambra é dotado de um enorme potencial turístico cuja exploração se encontra ainda numa fase incipiente. Existe uma qualidade paisagística de elevado interesse associada a valores naturais, culturais e patrimoniais, que devem ser considerados e englobados numa estratégia que oriente o desenvolvimento do turismo.

O turismo é também encarado como uma importante atividade económica que pode promover a qualificação de aglomerados rurais e auxiliar na fixação de população nos mesmos, quer por via do desenvolvimento económico (alojamento, restauração, espaços de lazer, etc) quer pela criação de ligação afetiva e identificação da população com os recursos endógenos desses locais.

Importa ter sempre em mente que o desenvolvimento do turismo não deve sacrificar a qualidade e a sustentabilidade ambiental já que é esta qualidade que suporta o seu desenvolvimento.

Encontra-se na fase final a elaboração o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico. Este plano identifica projetos âncora a implementar e/ou dinamizar no território.

O PDM tem um importante papel na identificação de infraestruturas de apoio aos projetos, fazendo refletir nos diversos documentos do PDM as propostas identificadas no referido plano.

→ **Promover a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, com enfoque na floresta;**

De acordo com a estratégia do PNPOP a valorização dos recursos naturais (nas suas expressões territoriais e paisagem) é uma condição chave para a promoção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, inclusivos e geradores de riqueza num quadro de equilíbrio e de coesão territoriais. Refere, ainda, essa estratégia que há que reconhecer que existem limiares críticos que foram já ultrapassados e que existem situações de conflito que o ordenamento do território não tem conseguido resolver e que têm agora de ser encarados numa perspetiva adaptativa e de recuperação de passivos ambientais.

Assim, tendo em conta a utilização sustentável e eficiente dos recursos, quer pela sociedade quer pela economia, tendo em conta o capital natural como fator diferenciador e como fator de equilíbrio e tendo em conta a utilização sustentável do solo, nas suas diversas formas (uso, ocupação, transição energética), reduzindo riscos relacionados com a rutura e

desperdício de recursos e ainda a pressão e impactos a que alguns territórios estão sujeitos (vulnerabilidades e riscos, incertezas de mudanças climáticas), levou a que a estratégia do PNPOP considerasse três grandes desafios para o quadro da gestão sustentável dos recursos naturais:

- Valorizar o capital natural;
- Melhorar a eficiência do metabolismo urbano e regional;
- Aumentar a resiliência socioecológica dos territórios.

A CM para vencer estes desafios deve implementar projetos:

- Associados aos recursos **água, solo e biodiversidade**, por serem estratégicos para a promoção da qualidade de vida e gerarem riqueza;
- De fomento da economia circular e de partilha assentes na melhoria da eficiência e sustentabilidade da utilização dos recursos naturais, reduzindo o consumo descartável e o desperdício final;
- Cujo enfoque seja na prevenção, precaução e adaptação, face à possibilidade de termos áreas suscetíveis de perigos naturais e antrópicos, nas alterações climáticas, que afetam populações vulneráveis, como é o caso do interior do concelho, onde assistimos à diminuição demográfica e envelhecimento da população.

→ **Promover a adaptação às alterações climáticas, através do aumento da resiliência do território, aos efeitos das mesmas;**

As alterações climáticas de origem antropogénica são uma evidência científica, como é o caso da queima de combustíveis fósseis.

As projeções climáticas, para o Município de Vale de Cambra, preveem, entre outras alterações, uma potencial diminuição da precipitação total anual, mas com eventos extremos de precipitação intensa ou muito intensa, e para um potencial aumento das temperaturas, com aumento da frequência de ondas de calor.

Estas alterações poderão implicar um conjunto de impactos sobre o território municipal, bem como sobre os sistemas naturais e humanos que o compõem.

A mitigação deste fenómeno está prevista no objetivo anterior relativo à neutralidade carbónica em linha com o objetivo nacional para 2050.

Contudo, reconhece-se que a mitigação não é suficiente sendo fundamental a adoção de medidas de adaptação.

Recentemente o Município aprovou a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, estando previsto nesse documento um conjunto de opções de adaptação que devem ser integradas nos instrumentos de gestão do territorial com especial incidência no PDM.

A promoção da adaptação local às alterações climáticas através do ordenamento do território e do urbanismo pode ser efetuada de diferentes formas:

- Produzindo e comparando cenários de desenvolvimento territorial; concebendo visões de desenvolvimento sustentável de médio e longo prazo; estabelecendo novos princípios de uso e ocupação do solo; definindo orientações quanto a localização de edificações e infraestruturas e de usos, morfologia e formas preferenciais de organização territorial;
- Estabelecendo disposições de natureza legal e regulamentar relativas ao uso, ocupação e transformação do solo e às formas de urbanização e edificação; incentivando a adoção de soluções de eficiência energética e outras de redução de impacto espacial;
- Determinando disposições sobre intervenções prioritárias; identificando os projetos mais adequados face à exposição e sensibilidade territorial; monitorizando e divulgando resultados; definindo o quadro de investimentos de qualificação, valorização e proteção territorial; concretizando as diversas políticas públicas e os regimes económicos e financeiros com expressão territorial;
- Mobilizando e estimulando a consciencialização, capacitação e participação da administração, regional, central e local, dos atores económicos e da sociedade civil; articulando conhecimentos e experiências e promovendo a coordenação de diferentes políticas com expressão territorial.

→ **Incentivar a neutralidade carbónica;**

A neutralidade carbónica consiste no valor nulo de emissões líquidas de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

O governo Português apresentou o roteiro para a neutralidade carbónica 2050, que pretende dar resposta ao objetivo definido a nível nacional, comprometendo-se a ser neutro em emissão de GEE até 2050.

O contributo de Vale de Cambra, ao definir a neutralidade carbónica como um objetivo estratégico, prende-se com a apresentação de alternativas tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, visando a apresentação de propostas em

áreas de intervenção, como a energia, transportes, resíduos e agricultura, por terem grandes responsabilidades nas emissões de GEE.

Estas propostas passam, nomeadamente, pela dinamização e implementação de projetos como:

- Promover a mobilidade suave e mobilidade elétrica;
- Indução de zonas de baixa velocidade de 30 Km/h, onde também é possível a coabitação de pessoas/carros /bicicleta;
- Fomento do transporte público e, se possível, elétrico;
- Criação de rede de carregamento de veículos elétricos;
- Dotar os equipamentos municipais de soluções de eficiência energética.

→ **Promover a Mobilidade Urbana Sustentável e Acessibilidade com foco nas Pessoas;**

A assunção do presente objetivo pressupõe que mobilidade e acessibilidade correspondem a realidades diferentes. Mobilidade está relacionada com as deslocações diárias no espaço urbano enquanto acessibilidade refere-se às condições de utilização de qualquer ambiente, espaço ou objeto por qualquer pessoa com qualquer tipo de limitação.

O tema da mobilidade é atual e deve influenciar diretamente as políticas económicas, ambientais e sociais, devendo ser determinante no discurso e reflexão que se faz sobre a cidade e espaços públicos. Esta temática corresponde a um fator de forte territorialização e adoção de novos comportamentos sustentáveis, quer na eficiência do uso de recursos, quer na adoção de novos hábitos nas deslocações, quer ainda na sociabilidade dos espaços públicos, com repercussões na qualidade de vida das pessoas.

Sendo convicção do Executivo Municipal de que a mobilidade não é só política de transportes e estacionamento ou promoção de novas formas de mobilidade e trânsito, é, também, deslocação ativa, incremento da mobilidade não motorizada, implementação do transporte público, redução da mobilidade automóvel individual, redução do consumo de energia, e acima de tudo, deve a mobilidade, ser entendida numa perspetiva sustentável, transversal e integrada para as pessoas tornando a cidade acessível a todos

Para promover a mudança de mentalidades, que já foi iniciada com a construção do parque urbano, e que muito tem contribuído para a mudança de hábitos dos Valecambrenses, é necessário:

- Incentivar a mobilidade suave (a pé e de bicicleta);

- Desincentivar o uso do automóvel particular;
- Incentivar a mobilidade elétrica;
- Incentivar o uso de transportes públicos;
- Promover a intermodalidade, através da integração entre os diversos modos de transportes;
- Desenhar o espaço público para as pessoas.

→ **Promover uma estratégia local de habitação ajustada às necessidades da população e à realidade do mercado imobiliário;**

A Estratégia Local de Habitação, enquanto instrumento de planeamento de iniciativa municipal visa apoiar a concretização dos princípios orientadores da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH).

Assumindo esta Estratégia como objetivo e partindo do princípio de que não existem modelos pré-definidos, importa, no seu âmbito, elaborar metodologias e conteúdos, assegurando o diagnóstico das necessidades habitacionais e a definição das prioridades de investimento, assegurando o envolvimento de todos os atores com responsabilidade no território.

Neste contexto, importa perceber de que forma a NGPH e a Lei de Bases da Habitação podem contribuir para incrementar intervenções ao nível da habitação e reabilitação urbana, respondendo às necessidades da população, disponibilizando lotes para construção a preços controlados, dinamizando o mercado de arrendamento, sem esquecer os níveis de conforto e bem-estar da população e, consequentemente, tentando influenciar o mercado imobiliário.

Toda a legislação que tem sido produzida nesta matéria exige a adoção de boas práticas e mudança na forma de projetar a habitação no município. Sendo assim, o âmbito da Estratégia deve ser abrangente, considerando todas as necessidades, problemas e disfunções no setor, que implica a mobilização do património público, a promoção de construção, reabilitação ou aquisição de habitação própria.

→ **Valorizar o património cultural e natural enquanto motores de desenvolvimento, socioeconómico;**

Vale de Cambra encerra no seu território um diversificado património cultural, material e imaterial, construído ao longo dos tempos e que molda a identidade cultural do Valecambrenses.

Ainda que o património classificado seja escasso, existe um vasto património arquitetónico e arqueológico inventariado com necessidade de valorização e eventual classificação.

O património natural é evidenciado pela riqueza paisagística, marcada essencialmente pela floresta, pelo contexto de montanha e pelos vales agrícolas associados às linhas de água às galerias ripícolas acompanhadas por moinhos e levadas nos antigos bosques de carvalho.

A valorização e preservação é importante na medida em que se tem vindo a assistir a alguma descaracterização destes territórios e alguns desafios na conservação de importantes habitats. Esta valorização pode ser realizada por via do desenvolvimento de algumas atividades socioeconómicas que estão diretamente relacionadas com estes valores:

- A promoção das atividades agrícolas e silvo-pastorícias sustentáveis como forma de preservação de socalcos, a valorização das infraestruturas de regadio, a preservação e promoção de espécies autóctones e redução dos povoamentos de espécies exóticas e/ou invasoras;
- A valorização comercial e turística dos produtos resultantes destas atividades, como é por exemplo o caso da castanha;
- Associada a estas atividades existe um património cultural de saberes e tradições com potencial turístico relevante;
- O desenvolvimento do turismo de natureza interligado com o turismo cultural e a sua integração na Rede Natura 2000 já que este representa uma área significativa do nosso território.

3. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO

3.1. Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 1ª geração

Os cenários apresentados neste documento constituem uma atualização dos cenários delineados na estratégia de desenvolvimento, constante na proposta do PDM de primeira geração, publicado em 16 de dezembro de 1993.

Foram definidos dois cenários diametralmente opostos:

Cenário 1 – Manutenção das Tendências;**Cenário 2 – Promoção do Desenvolvimento.**

O cenário 1, designado por cenário “pessimista” na medida em que admitia:

- a possibilidade de Vale de Cambra vir a cair no círculo vicioso da depressão demográfica;
- o progressivo esgotamento do atual crescimento da economia local à medida que a abertura da economia nacional à concorrência externa fosse revelando as debilidades da competitividade das empresas locais;
- a consolidação da natureza periférica do concelho de Vale de Cambra na medida em que outros centros urbanos da região se afirmam, e a Administração Central concentra investimentos e apoios diversos noutros espaços da região;
- a difícil concretização do diálogo intermunicipal podendo não conduzir a uma concertação de esforços que permita desbloquear as vertentes negativas deste cenário, atrás descritas.

Com este “cenário pessimista” pretendia-se que as autoridades municipais tomassem consciência dos fatores críticos condicionantes do desenvolvimento de Vale de Cambra, considerando mesmo que esta era uma realidade possível se não houvesse uma inversão da tendência, o que seria conseguido através da concretização de iniciativas conjuntas, intermunicipais capazes de refletir a importância do fator “vontade política”.

É na assunção desta vertente que assenta o desenvolvimento do cenário 2, indispensável ao desenvolvimento do município de Vale de Cambra e que, à data, constituía o quadro estratégico do Plano Diretor Municipal.

Este cenário (promoção do desenvolvimento) foi considerado otimista por combinar uma envolvente externa pouco favorável com uma apreciável capacidade de intervenção sobre o ambiente económico, espacial e institucional, conduzida a partir de esforços conjugados dos municípios do Entre Douro e Vouga.

O cenário 2 caracterizava-se por considerar:

- uma intervenção coletiva de âmbito intermunicipal, voluntarista e de diálogo local consubstanciada na criação de uma Associação de Municípios;
- que a promoção do desenvolvimento local passa pela construção de infraestruturas (rede viária, saneamento básico, rede escolar, ...) em associação íntima com uma política de promoção dos recursos e potencialidades locais, designadamente as potencialidades turísticas, a constituição do município como espaço de lazer da AMP, modernização industrial e valorização dos recursos humanos;

- a criação de um quadro de vida favorável à fixação dos jovens e dos quadros técnicos, em complemento com uma política de captação de novos equipamentos/funções terciárias que valorizassem a sede do concelho no contexto do agrupamento de municípios;
- a criação de novos postos de trabalho a partir de novos investimentos a localizar no concelho, conduzindo a uma política criativa e agressiva de captação de investimento;
- que um dos fatores de fixação da juventude é a qualidade da sua vida cultural.

3.2. Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 2ª geração

No sentido de se delinearem opções estratégicas para o concelho, no âmbito da revisão do PDM (2ª geração, com publicação em março de 2008), procedeu-se, numa primeira fase, a uma reflexão acerca da estratégia de desenvolvimento preconizada no PDM (1ª geração) procurando perceber as tendências previstas e se estas se verificaram.

Nesses cenários assumia-se a existência de fatores de dois níveis que condicionavam a evolução da realidade local. Por um lado, fatores exógenos, não controláveis, que constrangiam aquela evolução. Por outro lado, fatores endógenos que dependiam das decisões do poder municipal.

No período que precedeu a revisão do PDM, verificou-se que se observaram indicadores que se relacionavam com o cenário da manutenção das tendências mas, também, outros que refletiam ou indiciavam uma inversão.

Assim, de acordo com os censos 2001, constatou-se que houve uma estabilização demográfica (cenário 2), tendo-se acentuado o desequilíbrio populacional entre a zona ocidental (mais populosa) e a oriental (mais desertificada). Verificou-se, ainda, um progressivo envelhecimento da população (cenário 1).

Apesar da abertura da economia local à concorrência externa poder evidenciar as debilidades da capacidade de competir das empresas do concelho, tal não se verificou e as empresas do concelho conseguiram dar resposta à maior competitividade estrangeira, não se tendo observado um aumento significativo do desemprego no concelho, o que contraria a estagnação do cenário 1.

Ao nível do setor agrícola houve, de facto, uma diminuição da sua importância na economia local ao que está associado o abandono dos campos, uma vez que os mais jovens se dedicam a outras atividades e os mais idosos deixam de poder trabalhar as explorações (cenário 1).

Até à data em que ocorreu a revisão do PDM o concelho não conseguiu atrair novos investimentos da administração central com importância supra municipal, tendo-se estes concentrado em Oliveira de Azeméis (polo da Universidade de Aveiro), S. João da Madeira (Escola de Bombeiros) e Santa Maria da Feira (Europarque), o que era um fator fundamental para o cumprimento do cenário 2. No entanto, neste período, foi criada a Escola Tecnológica resultando da formação de uma Associação que reúne várias entidades e instituições locais e o Instituto Superior de Engenharia do Porto, que assume alguma projeção para além do concelho.

Um diálogo intermunicipal saudável, envolvendo uma concretização de esforços, nomeadamente através da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria permitiu obter uma força reivindicativa para os municípios a "uma só voz", nomeadamente a nível dos fundos comunitários. Preconizava-se, no cenário otimista, uma intervenção coletiva de âmbito intermunicipal, fortemente voluntarista, consubstanciada numa plataforma de diálogo local, através da criação de uma Associação de Municípios, o que veio a acontecer.

Assim sendo, o diálogo dos municípios da área com a administração ganhou outra credibilidade e permitiu uma postura "reivindicativa" pela positiva, ganhando força negocial para atrair um "bloco de investimentos" coerentes, de nível intermunicipal. Houve, efetivamente, uma convergência a nível de interesses dos cinco municípios envolvidos, que se traduziu na elaboração de vários estudos que constituíram uma mais-valia intermunicipal. No entanto, a sua implementação seria fundamental.

A valorização dos recursos humanos, já iniciada neste período, deveria continuar a ser incentivada. Preconizou-se a criação de um quadro de vida favorável à fixação dos jovens e dos quadros técnicos (cenário 2), o que passou pela promoção da construção de equipamentos a nível do centro urbano. Propunha-se a valorização da sede de concelho como lugar atrativo para as populações do concelho, eventualmente exercendo alguma polarização à custa do espaço envolvente, de modo a que a cidade de Vale de Cambra pudesse constituir uma alternativa a outros destinos. A qualificação da vida cultural da cidade seria outro fator de atracção/fixação de população. Isto veio a verificar-se com a dotação de equipamentos públicos de grande qualidade nomeadamente a Biblioteca, as Piscinas, o Pavilhão Municipal, a Estação Central de Camionagem, o Tribunal, a EB 2,3 das Dairas e a EB 2,3 de Vale de Cambra (Búzio). Ao nível das sedes de freguesia apostou-se na criação de Centros Cívicos em Arões, Rôge, Cepelos e Macieira de Cambra (posteriormente designado por Centro Cultural de Macieira de Cambra). Porém, estes centros cívicos necessitam ser dinamizados e rentabilizados, adaptando-se a outras funções de apoio à população. Esta situação veio reforçar a importância da sede de concelho não só relativamente aos concelhos vizinhos mas, também, às zonas menos atrativas do concelho.

O desafio passaria a ser o incentivo à realização de eventos culturais e desportivos nos novos equipamentos disponíveis.

O reforço do setor terciário constituía, também, uma das apostas no cenário otimista, o que veio a observar-se, sobretudo à custa da perda de importância do setor primário.

Por outro lado, preconizava-se a melhoria das acessibilidades ao IP1, o que veio a verificar-se a sul, pela criação da variante à EN 224 para ligação a Oliveira de Azeméis, no acesso ao então IP5 tendo sido beneficiada e retificada a EN328 e, ao IC2 a qual só se veio a verificar a sul, ficando a ligação via S. João da Madeira ainda sem alternativa fluida.

A definição dos cenários de evolução para a realidade concelhia no PDM, assumia claramente a hipótese de uma visão pessimista e outra otimista. Ao longo do período de implementação do plano verificou-se que algumas das tendências pessimistas e alguns aspetos do cenário otimista se realizaram.

Assim, na definição de um novo cenário otimista, no PDM de 2ª geração, e após a realização da análise SWOT, foram identificados como pontos fortes do município:

- A importância da indústria;
- A sua qualidade ambiental e paisagística;
- A concentração de equipamentos públicos fundamentais e de grande valor arquitetónico;
- A presença de algum património construído com valor.

Detetaram-se, porém, alguns problemas/fraquezas no concelho que se relacionam com:

- A sua baixa dinâmica demográfica com crescente envelhecimento da população;
- A constatação de que a mão-de-obra é pouco qualificada, embora mais do que há 10 anos;
- A rede viária na qual se deteta, também, grande fragilidade, quer nas vias distribuidoras, quer a nível da rede viária urbana.

Face ao diagnóstico efetuado procurou-se identificar as oportunidades e ameaças com que o Município se deparava. A nível de oportunidades os fundos comunitários em vigor permitiam a obtenção de financiamentos que podiam responder às debilidades e fortalecê-las. Do mesmo modo, face ao património rural e ambiental do concelho, havia oportunidades no sentido de estabelecer e financiar uma rede de aldeias rurais.

Havia, ainda, facilidades no sentido de se promoverem as ofertas formativas ao nível do ensino profissional de forma a adequá-lo às necessidades de mão-de-obra de qualificação intermédia do concelho.

Porém, o envelhecimento generalizado da população, a ameaça da desertificação e o grande dinamismo urbano e comercial dos concelhos a poente constituíam entraves à perspectiva de um cenário estratégico otimista.

Assim, referenciaram-se uma série de eixos estratégicos nos quais seria possível apostar constituindo-se como as grandes áreas de intervenção do novo cenário otimista, de modo a inverter as tendências correspondentes ao período que decorreu entre os PDM de 1ª e 2ª geração.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- Promoção da oferta de terrenos de localização industrial, infraestruturados e a preços acessíveis;
- Melhoria das acessibilidades quer criando eixo Norte-Sul, quer na ligação a Nascente e aproximando concelhos vizinhos mais interiores;
- Valorização dos recursos humanos;
- Aproveitar o potencial turístico para contrariar a desertificação do interior através da formação de mão-de-obra para esta área e sua integração no mercado de trabalho;
- Qualificar alguns aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir al desenvolvimento, articulando planeamento e ação social.

Assumindo-se a indústria transformadora como o setor empregador mais importante no concelho identificou-se como necessário dar condições aos empresários para se fixarem, manterem ou expandirem. De igual modo, uma medida que favorecesse um cenário de expansão permitiria manter ou aumentar os níveis de emprego. Assim, a promoção da oferta de terrenos de localização industrial infraestruturados e a preços acessíveis constituiria uma aposta estratégica a prosseguir.

Por seu lado, o investimento na rede viária, através da melhoria das acessibilidades, quer à parte nascente do concelho mais desertificada, quer aos concelhos vizinhos mais interiores, facultaria a fixação da população, uma deslocação mais rápida e à aproximação aos concelhos limítrofes assumindo-se Vale de Cambra como um território de transição.

Ao nível do interior do concelho, a aposta na qualificação de alguns aglomerados os quais pela sua dinâmica pudessem aí induzir desenvolvimento, numa articulação entre planeamento e ação social, constituiu vetor de fixação e, se possível, atração de população.

A valorização dos recursos humanos foi outra das apostas fundamentais criando-se uma articulação da formação profissional/emprego, de modo a que os setores empregadores pudessem usufruir localmente de mão-de-obra mais qualificada e que esta se integrasse no mercado de trabalho, face a um ambiente generalizado de incerteza.

Para contrariar a desertificação do interior do concelho deveria aproveitar-se o seu potencial turístico, através da formação de mão-de-obra local como uma medida de intervenção.

Perante um cenário nacional não mais favorável que o local, urgia apostar nos recursos locais, potenciá-los, valorizá-los de modo a dar um salto na direção de um futuro sólido para o concelho, tendo-se, para o efeito, promovido a celebração de um protocolo com a Universidade de Aveiro no sentido de se elaborar uma estratégia para a qualificação do tecido industrial do Município de Vale de Cambra.

3.3. Estratégia para a qualificação do tecido industrial – pós PDM de 2ª geração

Deste estudo bastante exaustivo do tecido industrial do Município resultaram uma série de orientações desagregadas em Eixos e Ações a desenvolver que passamos a expor:

- Orientações para a qualificação das zonas industriais de Vale de Cambra;
- Orientações para a criação de um Centro de Serviços de apoio à atividade industrial;
- Orientações para a formação profissional, de base e contínua;
- Orientações para a Zona Industrial do Rossio (caso particular).

Do estudo pode concluir-se que à escala nacional, os ramos industriais predominantes em Vale de Cambra estão consolidados, correspondendo ao acréscimo na criação de emprego gerado.

Pode dizer-se que a **estrutura da indústria do Concelho** assentava em cinco ramos - *produtos metálicos, máquinas e equipamentos, madeira e cortiça, alimentar e equipamentos elétricos* – **engloba atividades dinâmicas** que, de uma forma geral apresentavam crescimento no emprego.

Todavia, alguns constrangimentos locais à atividade industrial impediam que estes ramos tirassem todo o partido deste dinamismo.

Para melhorar as vantagens competitivas do tecido industrial concelhio, e baseadas nos diagnósticos realizados, foram apontadas orientações em três áreas, entendidas como decisivas – (i) qualificação das zonas e aglomerados industriais, (ii) criação de um centro de serviços de apoio à atividade industrial e (iii) um projeto de formação de base e contínua.

O objetivo era contribuir para transformar o Município de Vale de Cambra numa região de excelência para a atividade industrial.

Contudo, convém reforçar a ideia de que a atracção de quadros qualificados – fundamental para o crescimento industrial sustentado - só seria possível se a cidade ganhasse mais centralidade, aumentando e melhorando a sua oferta *vivencial*. Para isso necessitava de crescer fortemente em atividades de serviços à população. Em concreto, tratava-se de a dotar com habitação de boa relação qualidade-preço, com estruturas sociais de apoio, sobretudo à infância, com equipamentos desportivos e culturais e com atividades de lazer, que a diferenciasssem pela positiva.

Esta estratégia resultou numa série de ações traduzidas nas seguintes propostas:

→ O centro urbano de Vale de Cambra devia ter sido reforçado, através do crescimento das atividades de serviços, nomeadamente de apoio à atividade industrial, pelo que devia albergar o *Centro de Serviços* proposto;

→ A proximidade de concelhos com forte presença dos ramos da metalomecânica, podia permitir a atracção de empresas, mas deveria, também, proporcionar a relação entre Vale de Cambra e esses concelhos limítrofes, podendo esta relação evoluir para a criação de um *cluster da metalomecânica*, centrado no território do Concelho de Vale de Cambra e ancorado na forte tradição industrial nestes ramos;

→ O crescimento industrial devia verificar-se nas zonas industriais criadas (Rossio, Lordelo/Codal e Calvela) e, eventualmente, em áreas a definir pelo agrupamento de indústrias a poente do território – a *banana industrial* de Vale de Cambra - de acordo com a requalificação do espaço proposta (segundo o estudo elaborado pela Universidade de Aveiro, designado por “elaboração de uma estratégia para a qualificação do tecido industrial do município de Vale de Cambra”);

→ A proximidade com o Concelho de Arouca devia possibilitar o aprofundamento de relações entre os dois concelhos, nomeadamente entre as empresas da metalomecânica e na gestão da Zona Industrial do Rossio.

3.4. Tendências Atuais

Verificamos que 25 anos após a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Município de Vale de Cambra, onde se delinearam dois cenários diametralmente opostos, o

município permanece num impasse, sem conseguir, de uma forma definitiva, “embarcar” no cenário 2, afirmando-se pela promoção do desenvolvimento. Vejamos:

Por um lado:

→ As projeções demográficas elaboradas no contexto da presente revisão e as projeções elaboradas pela Universidade de Aveiro, consideraram na perspetiva mais otimista, a manutenção da população residente. Porém, os censos 2011 vieram, desde logo, confirmar que mesmo as projeções apresentadas pela Universidade de Aveiro eram bastante favoráveis, tendo em conta que assistimos a uma taxa de crescimento de – 7.8% (menos 7.8%), apontando para um decréscimo progressivo da população residente;

→ Estas projeções por grupos etários permitem-nos concluir que a população jovem diminui de forma absoluta e relativa, enquanto a população idosa, apesar de diminuir em valores absolutos, aumenta significativamente em termos relativos.

Em complemento a estes estudos analisamos o número de eleitores inscritos e correspondentes aos períodos eleitorais que ocorreram em 2011, 2013, 2017 e 2019, tendo-se verificado que a tendência do decréscimo da população é real e preocupante, exigindo medidas drásticas se se pretender inverter este fenómeno. Verificamos que no período de 2011 a 2019 o decréscimo do número de eleitores no município foi de 7.9%, sendo a situação mais preocupante a que ocorre na freguesia de Arões, onde o decréscimo foi de 21.0%.

Esta constatação aponta para a depressão demográfica evidenciando o cenário pessimista da manutenção das tendências, agravado de forma viciosa pela atração que os grandes centros exercem sobre a população mais jovem, com repercussões futuras na população ativa e população idosa.

Ao nível social e perante este cenário de declínio demográfico, vamos encontrar populações fortemente atingidas pelo isolamento, onde se evidenciam outras vulnerabilidades associadas ao envelhecimento da população, ao desemprego, à diminuição do seu rendimento, que por sua vez origina dependência e migração.

No Município de Vale de Cambra as dinâmicas populacionais e as estruturas sociais revelam um grande desafio para a autarquia.

Por outro lado:

- Constatamos que no Município de Vale de Cambra existe uma estrutura industrial dinâmica e capaz de gerar emprego;
- Assistimos a uma melhoria da rede viária, nomeadamente com a ligação a norte através da A32;
- Houve valorização do centro urbano, o que é visível, quer através da sua dotação em equipamentos públicos, quer através da requalificação do espaço público;
- O setor terciário foi amplamente reforçado.

Desta reflexão fica evidenciada uma zona cinzenta, associada ao desenvolvimento local, de valorização e promoção dos recursos, que, ao longo das últimas décadas tem apresentado resultados pouco condizentes com as potencialidades locais, nomeadamente:

- as potencialidades turísticas, capazes de catapultar o desenvolvimento do interior com a dinamização de espaços de recreio e lazer a disponibilizar à população local e limítrofe, alargada à AMP;
- turismo de negócios e a falta de dotação de equipamentos de apoio;
- a ineficácia na atração de investimento da administração central;
- a diminuição do diálogo intermunicipal, quer ao nível da definição de projetos estruturantes para a região, quer ao nível da sua reivindicação junto do poder central.

Nesta zona cinzenta incluímos, ainda, a vida cultural do Município que, apenas de forma tímida se tem manifestado e que sempre foi apontada como um dos fatores capazes de ajudar a fixar a população mais jovem no Município.

A definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Município, face às políticas implementadas nas últimas décadas, cujo sucesso, por vezes, foi condicionado por fatores externos, passa por revisitarmos o cenário 2 – Promoção do Desenvolvimento, defendido no PDM de 1ª geração, continuando a apostar nos eixos estratégicos identificados no PDM – 2ª geração, complementando-os com novos eixos que traduzam os novos desafios e os paradigmas da atualidade.

Esta estratégia de desenvolvimento tem como maiores desafios pôr em marcha políticas capazes de inverter o fenómeno da depressão demográfica, incentivar o aumento de natalidade e definir políticas de apoio ao crescente envelhecimento, bem como a definição

de outras políticas capazes de equacionar as questões da reabilitação urbana, das alterações climáticas, da neutralidade carbónica e da mobilidade suave.

A par deste desafio colocam-se outros que necessitam da definição de políticas assertivas de apoio ao tecido industrial, ao desenvolvimento local, à valorização dos recursos humanos, na promoção do investimento da administração central e de grupos económicos, no incentivo continuado do diálogo intermunicipal através dos canais privilegiados que são a AMTSM e a AMP, na definição de uma agenda cultural capaz de atrair públicos e da beneficiação e requalificação do património público.

3.5. Análise SWOT

Através da análise *SWOT* é possível identificar os principais pontos fortes do município (*Strengths*), pontos fracos (*Weaknesses*), as oportunidades (*Opportunities*), bem como as ameaças (*Threats*). A aplicação deste método ao ordenamento do território permite destacar as qualidades e vocação do município e identificar e mitigar as principais ameaças.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Boas ligações rodoviárias intermunicipais; Proximidade do Porto; Concelho fortemente industrializado, significativo peso empresarial e dinâmica económica; Alto nível de empregabilidade; Aumento da qualificação da população; Rede de equipamentos públicos de qualidade; Património relevante; Município com elevada qualidade ambiental e paisagística: Existência de valores naturais – fauna, flora e habitats – e a integração na Rede Natura 2000; Rede hidrográfica onde se desenvolvem praias fluviais e com potencial para o desenvolvimento de outras (associada a benefícios ecológicos e recreativos); Miradouros com extensão de vistas fabulosas; Rede de percursos pedestres e trilhos que tiram partido do património natural, permitindo a valorização da gastronomia local e tradições.	Baixa natalidade; Diminuição e envelhecimento da população; Rede viária distribuidora frágil e capilar; Rede de transportes públicos incipientes; Falta de nós intermodais; Ao nível da habitação: Falta de habitação a preços controlados; Mercado de arrendamento reduzido; Habitação (interior) com níveis baixos de bem-estar e conforto; Habitação/Terrenos a preços pouco competitivos em relação aos municípios vizinhos; Oferta hoteleira reduzida; Degradação dos edifícios do antigo Parque Escolar; Resposta para formação profissional de apoio direto aos diferentes setores de atividade; Baixa atratividade do município para novos residentes.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Grande potencial turístico do município associado a uma rede de aldeias rurais características e potencialidades da gastronomia; Cluster industrial bem definido apoiado na dinamização de áreas industriais – Parques Tecnológicos e Incubação de empresas industriais; Potencialidades agrícolas e florestais (associadas a novos produtos e técnicas de produção); Condições ambientais para o desenvolvimento de centros de desporto de alto rendimento.	Envelhecimento crescente da população; Desertificação do interior do concelho; Grande dinâmica urbana e comercial dos concelhos vizinhos; Encerramento de serviços públicos; Presença de espécies exóticas e invasoras, aumentando os riscos de incêndio e, consequentemente, reduzindo o índice de biodiversidade.

4. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Através do referencial estratégico pretende-se identificar orientações políticas definidas a nível europeu, nacional, regional e setorial, capazes de contribuir para a concretização das orientações e operacionalização dos objetivos estratégicos definidos pelo executivo.

PNPOT

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei n.º 99/19, de 5 de setembro revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, constitui o instrumento de maior importância do sistema de gestão territorial.

É o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais constituindo, por isso, um documento orientador estratégico com incidência territorial, tendo como horizonte 2030. Articula-se com o Plano Nacional de Investimentos (PNI), o Programa de Valorização do Interior (PVI) e o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM), constituindo o referencial para a elaboração do Programa Nacional de Investimentos 2030, no âmbito do qual serão concretizados os projetos estruturantes que servem de base às opções estratégicas e modelo territorial do PNPOT e detalhada a programação operacional dos investimentos a realizar.

O PNPOT é constituído por dois documentos fundamentais, nomeadamente pela Estratégia e Modelo Territorial e pela Agenda para o Território. A Estratégia reflete as mudanças críticas a longo prazo (2050) desenvolvendo-se as tendências emergentes em matéria de alterações climáticas, sociodemográficas, tecnológicas e económico-sociais. Identifica, também, os fatores críticos de mudança, os seus impactos e as tendências territoriais.

A Agenda para o Território detalha as medidas de política estruturadas por domínios de intervenção. Reforça o detalhe das políticas, identificando as entidades principais na operacionalização e alguns dos seus parceiros, apresenta os efeitos esperados e o sistema de indicadores de monitorização.

O programa identifica e assume 6 princípios para a coesão territorial, nomeadamente:

→ “Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;

- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;
- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão”.

Consecutivamente, identificou 5 grandes desafios territoriais para as próximas décadas, realçando-se os seguintes:

- “Gerir os recursos naturais de forma sustentável;
- Promover um sistema urbano policêntrico;
- Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial;
- Reforçar a conectividade interna e externa;
- Promover a governança territorial”.

AMBIENTE

Agenda 2030 | Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030 trata-se de um compromisso assumido por 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) na resolução “Transformar o nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovada em setembro de 2015. Focado nos 5P’s da sustentabilidade – pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias – tem como objetivo combater as desigualdades, assegurar os direitos humanos e promover o desenvolvimento sustentável. Esta Agenda universal e ambiciosa constitui um plano de ação, no qual foram definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas assumindo preocupações sociais, económicas e ambientais. Cada Estado define de que forma os ODS se concretizam, quais as suas prioridades estratégicas e de que forma se integram nas suas políticas, planos e estratégias nacionais.

Portugal é parceiro da ONU na implementação da Agenda e na concretização de todos os ODS, materializando como prioridade estratégica os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável: ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 5 - Igualdade de Género, ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS 10 - Reduzir as Desigualdades, ODS 13 - Ação Climática e ODS 14 - Proteger a Vida Marinha.

PNA | Plano Nacional da Água

O Plano Nacional da Água (PNA) é um instrumento setorial de âmbito nacional que define a estratégia nacional para a gestão da água, aplicável aos planos de gestão de região hidrográfica e respetivos programas de medidas.

De uma forma genérica, os objetivos do PNA centram-se na proteção e restauro das massas de água superficiais, subterrâneas e artificiais, garantir a disponibilidade sustentável da água às pessoas, aos ecossistemas e atividades económicas e amenizar os impactos decorrentes de secas, inundações e outros fenómenos meteorológicos associados às alterações climáticas.

QEPiC | Quadro Estratégico para a Política Climática

Portugal encontra-se classificado como um dos países europeus mais suscetível aos impactos causados pelas alterações climáticas devido à sua localização geográfica e às suas características topográficas e climáticas.

O Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPIc) é uma resposta política às alterações climáticas, com horizonte até 2030, definido através da Resolução de Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho, no qual Portugal define orientações num quadro articulado com outros instrumentos políticos, dando cumprimento aos objetivos nacionais e internacionais estabelecidos para 2020, 2030 e 2050 e, ainda, aos objetivos instituídos no Compromisso para o Crescimento Verde (CCV). Nesta RCM são aprovados o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030** e a **2ª fase da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020** que concretizam as orientações nacionais de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Os objetivos do QEPIc são: 1. Promover a transição para uma economia de baixo carbono, gerando mais riqueza e emprego, contribuindo para o crescimento verde; 2. Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE); 3. Reforçar a resiliência e as capacidades nacionais de adaptação; 4. Assegurar uma participação empenhada nas negociações internacionais e em matéria de cooperação; 5. Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento; 6. Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva; 7. Aumentar a eficácia dos sistemas de informação, reporte e monitorização; 8. Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento; 9. Garantir condições eficazes de governação e assegurar a integração dos objetivos climáticos nos domínios setoriais (*mainstreaming*).

O tema das alterações climáticas pela sua transversalidade e importância exige concertação nas diferentes políticas públicas e nos instrumentos de planeamento e gestão territorial. De acordo com o RJGIT, este assume particular importância à escala local, promovendo a integração de 26 municípios num projeto piloto, no âmbito do Programa AdaPT, habilitando os municípios para o tema da adaptação e a testar soluções para integração nos respetivos PDM.

O QEPIc inclui instrumentos de comunicação e monitorização, designadamente o Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosférico (SNIERPA) e o Sistema Nacional para Políticas e Medidas (SPeM), bem como instrumentos de financiamento como o Fundo Português de Carbono, Portugal 2020 e outro e, ainda instrumentos de governação e acompanhamento através da Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas (CIAAC).

PNAC | Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020-2030

O PNAC 2020-2030 aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 56/2015, de 30 de julho, tal como descrito anteriormente é um dos elementos que integram o QEPIc. Este programa

estabelece orientações para políticas e medidas setoriais tendo em vista o cumprimento da política climática e os objetivos assumidos pelo QEPIc; define metas setoriais, numa perspetiva de mitigação das alterações climáticas, incluindo todos os setores da economia nacional, com objetivo de redução de emissões nacionais de GEE de forma a alcançar uma meta de -18 % a -23 % em 2020 e de -30 % a -40 % em 2030 em relação a 2005, articuladas com o Compromisso para o Crescimento Verde.

As políticas e medidas preconizadas no PNAC destinam-se essencialmente à Administração Pública (incluindo a regional e local), às quais compete a sua conceção e implementação, sempre na perspetiva de baixo carbono.

ENCNB 2030 | Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio é um instrumento de resposta às responsabilidades nacionais e internacionais para a perda de biodiversidade, compreendendo espécies e seus habitats, assim como o património geológico, manifestado no meio terrestre ou marinho, e ainda o conjunto das áreas protegidas da Rede Nacional. A ENCBN assenta em três eixos estratégicos: Melhorar o estado de conservação de habitats e espécies; Promover o Reconhecimento do Valor do Património Natural; e Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.

Os principais objetivos da estratégia consistem em consolidar o sistema nacional de áreas classificadas e assegurar a sua gestão, através da elaboração de programas de execução para as 25 áreas protegidas a nível nacional, adotar modelos de cogestão em áreas da Rede Natura 2000 e consolidar a rede de áreas marinhas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas.

PNDFCI | Plano Nacional de Defesa Da Floresta Contra Incêndios

O Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), aprovado pelo Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, enuncia a estratégia e ações que contribuam para a gestão florestal e a redução progressiva dos incêndios florestais.

As prioridades e intervenções assentam na prevenção estrutural, deteção e combate. A implementação encontra-se estruturada e articulada em eixos estratégicos de atuação, nomeadamente o aumento da resiliência do território aos incêndios florestais; a redução da incidência dos incêndios; a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios; a

recuperação e reabilitação dos ecossistemas e a adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz. Nesse sentido, o PNDFCI reforça a necessidade de políticas de sensibilização, instrumentos de gestão e estruturas baseada nas prevenção, vigilância, combate e reforço operacional. Para tal, implementa o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (instrumento de gestão, no qual são definidas medidas e ações de planeamento e intervenção, para a prevenção e proteção das florestas contra incêndios), reforça o número de unidades e operacionais dos Sapadores Florestais, bem como melhora a capacidade de resposta da GNR (em ações de vigilância, deteção e fiscalização) e da Proteção Civil no combates, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Para a concretização dos objetivos, o papel da administração local reveste-se de grande importância, na medida em que lhe cabe a responsabilidade de elaboração do PMDFCI, coordenada por uma Comissão Municipal da Floresta, apoiada pelos Gabinetes Técnicos Florestais e pelos serviços municipais de proteção civil.

RNC2050 - Roteiro Para a Neutralidade Carbónica 2050

O conceito da Neutralidade Carbónica consiste em atingir o valor nulo de emissões líquidas de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Portugal comprometeu-se internacionalmente com o objetivo da neutralidade carbónica, definido como uma das prioridades do Governo, e que coloca o país na liderança no combate às alterações climáticas.

Este compromisso político pretende atingir a neutralidade carbónica da economia Portuguesa até 2050, em linha com o Acordo de Paris, no âmbito do qual os países assumiram o compromisso de limitar o aumento da temperatura média global do planeta a 2°C, e a fazer esforços para que esta não ultrapasse o 1,5°C.

Para suportar tecnicamente este objetivo político assumido pelo Governo Português, de reduzir as suas emissões GEE, foi criado o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

O Roteiro define cenários socioeconómicos e apresenta trajetórias alternativas até 2050 para todos os setores, ainda que com intensidades diferentes ao longo do período 2020-2050, sendo eles: Energia e Indústria; Transportes e Mobilidade; Agricultura e Florestas; Resíduos e Águas Residuais.

Para o sucesso na concretização dos compromissos assumidos, contribuirá a análise do impacto das medidas que assentam na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e

energia, bem como daquelas que visam a promoção da economia circular com efeito na descarbonização da economia.

O envolvimento alargado e participado de todos os atores é condição fundamental para o sucesso destas medidas de política.

A neutralidade carbónica da economia passa, inevitavelmente, por garantir que estes setores deixem de ser reféns dos combustíveis fósseis e transitem para a energia limpa, assente nos combustíveis alternativos, nas energias renováveis e na eficiência energética. Para tal, nestes setores serão implementadas medidas de política pública de apoio à transição para uma economia circular.

Destes setores, o setor responsável pela maioria das emissões de GEE no país (cerca de 70%) é o setor energético, no qual estão integrados os transportes.

Por tal, torna-se cada vez mais necessário apostar numa mobilidade planeada, que retire, progressivamente, espaço ao veículo automóvel individual nas cidades, pois, a revolução da mobilidade urbana está a acontecer. Porém, esta não se faz apenas de veículos elétricos e autónomos, de serviços de partilha ou do regresso da bicicleta às ruas, passando obrigatoriamente pelo modo como se planeia a mobilidade urbana e como esta é pensada nas várias escalas e múltiplas dimensões. À eficiência, acessibilidade e sustentabilidade, juntam-se agora conceitos como intermodalidade e multimodalidade, numa tentativa de resgatar as cidades do domínio autoritário do veículo automóvel particular e devolvê-las ao elemento mais frágil, o peão.

O contributo de Vale de Cambra, aproveitando a oportunidade da revisão do PDM, passa por definir a neutralidade carbónica como um objetivo estratégico, apresentando medidas tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, traduzidas em propostas de intervenção em áreas consideradas mais críticas - energia, transportes, resíduos e agricultura, por terem grandes responsabilidades nas emissões de GEE.

O objetivo estratégico a considerar no município de Vale de Cambra tem que, forçosamente apostar na mudança de formas de pensar e de hábitos quotidianos, garantindo o sucesso das fases seguintes, nomeadamente a descarbonização da mobilidade e transportes, produção de eletricidade, dos edifícios e setores de atividade, tendo em conta o impacto de GEE no total de emissões.

O aumento da necessidade e da procura de transportes, implica a implementação de projetos de transportes públicos coletivos, de preferência elétricos, reconhecendo-se ser uma tarefa difícil, dadas as características do território municipal, bem como a generalização do transporte individual

elétrico. A opção pelas soluções elétricas, quando ancorada num sistema de produção de eletricidade renovável, ajuda a resolver o problema da descarbonização mas não resolve a questão da mobilidade. Para isso devemos optar por outras alternativas, que no seu conjunto, contribuem para atingir os dois objetivos, como seja a promoção do aumento dos modos suaves na mobilidade de curta distância, conjugada com projetos de desenho urbano, devolvendo a cidade ao peão, proporcionando o andar a pé e de bicicleta.

Intervir no setor de habitação a custos controlados, bem como na construção de equipamentos públicos municipais, optando por soluções de eficiência energética que podem passar pelo consumo de energia para aquecimento de água com recurso à energia solar e pela iluminação através da tecnologia LED, entre outros, constituem medidas que se afiguram como indispensáveis. Estes pressupostos ao nível do conforto térmico devem ser extensíveis tanto ao aquecimento como ao arrefecimento.

Sendo o concelho de Vale de Cambra altamente industrializado, com as consequentes emissões de GEE, é fundamental que os empresários equacionem alterar e modernizar a estrutura de produção, recorrendo à robotização e digitalização, mais uma vez centrada na economia circular, como forma de otimizar os processos e reduzir GEE.

No setor agrícola, a preocupação é idêntica devendo a aposta ser na expansão da agricultura biológica, com recurso à compostagem, visando a redução do uso de fertilizantes e emissões associadas aos efluentes animais, ou ainda, apostar na gestão florestal como forma de reduzir os incêndios.

Para atingir o objetivo da neutralidade carbónica é essencial o contributo de todos os setores, mas, antes da aposta na tecnologia devemos apostar na atitude de cada um de nós.

ECONOMIA CIRCULAR

PAEC | Plano de Ação para a Economia Circular

A economia circular surge num contexto europeu de incentivo e desejo à mudança de paradigma económico de um sistema linear de consumo, assente na deterioração e consumo desenfreado de capital natural, para um sistema restaurador e regenerativo, procurando preservar a utilidade e valor dos recursos (materiais, energéticos) pelo máximo tempo possível, através da coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados, salvaguardando os ecossistemas e capital financeiro das empresas e sociedade civil.

Esta transição apoia-se no incentivo e desenvolvimento de modelos de negócio, estratégias colaborativas, produtos e serviços centrados no uso eficiente de recursos sendo bastante grandes os benefícios alcançados.

Em 2017, o Governo procedeu à consolidação das medidas a nível nacional através da Resolução do Conselho de Ministros N.º 190-A/2017 de 11 de dezembro - Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) e que apresenta as seguintes ações, alinhadas com os pilares Europeus de Ação para a Economia circular:

Quadro n.º 1 – Ações apresentadas no PAEC

Ações Macro
→ Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor → Incentivar um mercado circular → Educar para a economia circular → Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável → Nova vida aos resíduos! → Regenerar recursos: água e nutrientes → Investigar e inovar para uma economia circular
Ações Meso
→ Ações para setores-chave → Agenda de transição para o setor da construção → Agenda de transição para as compras públicas ecológicas
Ações Micro
→ Proposta de âncoras para agendas regionais de transição → Proposta de agenda de transição para as ZER (Zonas empresariais responsáveis)

Estas ações são divididas em 3 níveis de operacionalização sendo elas:

A Nível Nacional, com instrumentos políticos dedicados (p.e. fiscalidade verde, acordos voluntários, rede ambiental do Portugal 2020);

Ao Nível Setorial, que foca-se em setores particularmente intensivos em uso de recursos (p.e. construção, distribuição e logística) ou particularmente importantes no tecido empresarial português (p.e. turismo, têxtil e calçado);

Ao Nível Regional, (p.e. redes de simbiose industrial, empresas circulares), que deverão ser concretizados através de apoios específicos ao desenvolvimento de soluções (p.e. de planeamento, tecnológicas, etc.), por via de mecanismos desenhados para esse efeito (p.e. Fundo Ambiental, Fundo para a Inovação, Tecnologia e Economia Circular, Portugal 2020).

Ainda relativamente aos eixos de ação defendidos, este plano promove ainda diferentes medidas sendo que, no setor da indústria mais propriamente dito, podemos destacar a integração de

incentivos que beneficiem modelos de negócio, produtos e serviços “económicos”, tais como benefícios fiscais para fomento à conceção ecológica ou utilização de reciclados na construção;

MOBILIDADE

PETI 3+ | Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+) surge como uma atualização do Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET) aprovado pela RCM n.º 45/2011, de 10 de novembro, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes.

“O PETI3+, assenta em três objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020:

- a) Contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego;
- b) Assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses;
- c) Promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país e a sustentabilidade ambiental.

As prioridades de intervenção para os projetos de investimento a concretizar no horizonte 2014-2020 são as seguintes:

- a) Promoção da competitividade e eficiência da economia e do sistema de transportes;
- b) Fomento da intermodalidade entre modos e redes de transportes;
- c) Enquadramento na política de transportes;
- d) Sustentabilidade financeira e disponibilidade de fontes de financiamento;
- e) Nível de maturidade (que assegure a execução do projeto no período indicado);
- f) Coesão social e territorial.”

ENMAC 2020-2030 | Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030), publicada em Diário da República através do RCM n.º 131/2019, de 2 de agosto, foi elaborada devido ao pressuposto de o setor dos transportes ser responsável por cerca de 25% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), já que o alcance da neutralidade carbónica e a sustentabilidade ambiental são objetivos a cumprir.

Assim, a ENMAC 2020-2030 assegura “a promoção do uso da bicicleta, a consequente adoção de hábitos de vida mais saudáveis e o investimento na construção de ciclovias”, de modo a “maximizar benefícios para a saúde das populações, retirar carros das ruas, devolver o espaço público, aliviar o congestionamento urbano, baixar os níveis de ruído e reduzir a poluição atmosférica”.

Pretende-se com esta estratégia que, em 2030, qualquer cidadão em Portugal possa optar por deslocar-se em bicicleta, uma vez que existem diversas razões para se optar por este modo de deslocação, tal como o facto de fazer bem à saúde; fortalecer a economia e criar emprego; ser melhor para o ambiente e promover a cidadania.

Foram estabelecidas 4 metas para 2030:

- “Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 7,5%;
- Quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 10%;
- Extensão total de ciclovias de 10 000 Km;
- Redução da sinistralidade rodoviária de ciclistas em 50%.”

Para tal, foram previstas quatro grandes áreas transversais: 1) Enquadramento e Legislação; 2) Investigação e Desenvolvimento; 3) Monitorização e Avaliação; e 4) Financiamento.

A estas acrescem três eixos específicos de intervenção”, tal como explicitado no Quadro n.º 2.

Quadro n.º 2 – Eixos e respetivas medidas da ENMAC 2020-2030

Eixo 1 - Infraestruturas e Intermodalidade	
Mobilidade ativa fácil e atrativa, com infraestrutura adequada	→ Desenvolver e aplicar um guia de normas nacionais para intervenções físicas; → Privilegiar, priorizar e promover a implementação de intervenções ligeiras; → Eliminar descontinuidades e obstruções nas vias para ciclistas; → Generalizar medidas de acalmia de tráfego em zonas urbanas; → Tornar as interseções para ciclistas seguras e confortáveis; → Massificar a instalação de estacionamento de bicicleta; → Facilitar a mobilidade ativa nas zonas urbanas; → Criar e mapear redes cicláveis intermunicipais de excelência; → Promover percursos cicláveis para desporto e lazer.
Promoção da intermodalidade e integração com transportes públicos	→ Intervir junto dos operadores de transporte público; → Fomentar a implementação de sistemas públicos de bicicletas partilhadas.
Eixo 2 - Capacitação e Apoio	
Intervenção junto de peões, ciclistas e automobilistas	→ Desenvolver um quadro de referência nacional para ensinar a pedalar; → Incluir o ciclismo como matéria extracurricular; → Estimular a mobilidade ativa junto de pessoas com deficiência; → Reforçar a formação para a cidadania rodoviária.
Formação específica para profissionais	→ Promover competências técnicas e académicas; → Melhorar a formação de motorista; → Formar formadores de utilizadores profissionais; → Criar um centro de informação interdisciplinar.
Capacitação de decisores	→ Promover um encontro nacional – Cimeira da Mobilidade Ativa; → Realizar ações locais de capacitação e discussão.
Fiscalização de incumprimentos legais e regulamentares	→ Promover a dimensão preventiva no cumprimento do Código da Estrada; → Aumentar o número de agentes da autoridade de bicicleta; → Implementar medidas de apoio à aquisição de bicicletas; → Incrementar os benefícios para entidades públicas e privadas.
Eixo 3 - Cultura E Comportamentos	
Promover uma forte cultura de mobilidade ativa	→ Promover a «Visão Zero» na sinistralidade envolvendo velocípedes; → Criar oportunidades de reconhecimento de «campeões»; → Intervir junto dos jovens em idade escolar; → Promover mudança de comportamentos em grupos específicos da população; → Criar uma plataforma de comunicação digital integrada; → Incentivar e apoiar a realização de eventos e iniciativas populares; → Promover campanhas publicitárias e ativar parceria.

Fonte: Adaptado dos dados da RCM n.º 131/2019, de 2 de agosto

TURISMO

Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo

A Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo estabelece as bases das políticas de turismo, enquanto atividade estratégica da economia, apresenta os conceitos gerais de “turismo”, “recursos turísticos”, “turista” e “utilizador de produtos e serviços turísticos”. Consagra, ainda, os princípios orientadores e os objetivos de uma política nacional de turismo.

Como princípios reafirma-se a sustentabilidades ambiental, social e económica, salientando-se a transversalidade do setor, apostando na garantia da competitividade das empresas e da livre concorrência.

Para o desenvolvimento do turismo são apontadas prioridades que passam pela adoção de políticas públicas, na área dos transportes e acessibilidades, ensino e formação profissional e política fiscal, elegendo a competitividade dos agentes económicos como fator determinante do desenvolvimento do turismo.

ET27 | Estratégia para o Turismo 2027

O quadro de referência estratégico do Turismo 2027 (ET 27), publicado em Diário da Republica, através do RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, considera o turismo como uma atividade prioritária em planeamento e estratégica para Portugal, sendo um instrumento determinante para a promoção da coesão territorial e para a criação de emprego e riqueza.

De igual forma que o turismo é um setor estratégico para Portugal, também o é para o município, enquanto instrumento determinante para a promoção da coesão territorial e atividade sustentável para a criação de emprego e riqueza, através da valorização dos recursos naturais. Sendo fulcral o empenho e atuação concertada dos agentes públicos e privados com competências nesta matéria, destaca-se em especial, a nível local, a importância da intervenção das entidades regionais de turismo, das autarquias locais e das entidades intermunicipais no desenvolvimento e promoção do turismo, bem como na coesão territorial e valorização do interior.

A estratégia nacional visa:

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar a estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo.

O referencial estratégico apresentado, foi construído tendo por base o diagnóstico, os dez desafios globais identificados (focados nas pessoas, na coesão, no crescimento em valor, no turismo todo ano, nas acessibilidades, na procura, na inovação, na sustentabilidade, na simplificação e no investimento) e no estabelecimento de metas de sustentabilidade, económicas,

sociais e ambientais, de onde resultou a definição de cinco eixos e respetivas linhas de atuação. Desta forma o Turismo de Portugal recomenda que, face à relevância do ordenamento turístico para a revisão do PDM, sejam considerados os seguintes eixos e respetivas linhas de atuação:

Quadro n.º 3 – Eixos e respetivas linhas de atuação da ET27

	Eixos	Linhas de atuação
Eixo 1	Valorizar o território e as comunidades	→ Conservar, valorizar e usufruir do património histórico-cultural e identitário; → Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais; → Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação; → Promover a regeneração urbana das cidades e regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos; → Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística.
Eixo 2	Impulsionar a economia	→ Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos → Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar. → Atrair investimento e qualificar a oferta turística; → Estimular a economia circular no turismo. → Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo
Eixo 3	Potenciar o conhecimento	→ Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades → Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas → Difundir conhecimento e informação estatística → Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável → Afirmar Portugal como <i>smart destination</i>
Eixo 4	Gerar redes e conectividade	→ Promover e reforçar rotas ao longo do ano e captar operações de <i>homeport</i> e de <i>turnaround</i> de cruzeiros. → Melhorar os sistemas de mobilidade rodo ferroviária e de navegabilidade. → Promover o «turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados/segmentos turísticos → Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões → Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores
Eixo 5	Projetar Portugal	→ Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, viver e estudar → Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional → Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento → Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional → Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional

Metas Estratégia para o Turismo 2027

1 - Metas de sustentabilidade económica:

→ Aumentar a procura em todo o território: 80 milhões de dormidas;

→ Crescer em valor: 26 mil milhões de euros em receitas;

2 - Metas de sustentabilidade social:

→ Alargar a atividade turística a todo o ano, atingindo em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre;

→ Duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo

→ Assegurar que o turismo gera um impacto positivo nas populações residentes;

3 - Metas de sustentabilidade ambiental:

→ Assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de energia e da água e desenvolvem ações de gestão ambiental dos resíduos.

Diagrama n.º 2 - Metas da Estratégia para o Turismo 2027 e respetivos objetivos



Turismo 2020 | Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal

O Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal definido para o período entre 2014-2020, constitui o referencial estratégico que estabelece os objetivos e as prioridades de

investimento para o Turismo do País e das Regiões, especificamente para o ciclo de programação comunitária 2014-2020 – Portugal 2020. Este inclui várias perspetivas setoriais e integra as diferentes especificidades e estratégias regionais. O plano reflete ainda o que os agentes do tecido empresarial do turismo, do desenvolvimento regional, do sistema científico e tecnológico nacional e da promoção turística de todo o território nacional, consideraram prioritário ser apoiado pelos fundos comunitários para o turismo do país.

Este Plano tem por base um processo de mobilização e participação pública. Desta iniciativa que enquadra as prioridades para o Turismo no Portugal 2020, resultou a celebração de um protocolo que envolve vários parceiros de âmbito nacional, regional e local de diferentes setores de atividade, o qual tem também subjacente a constituição de um *Cluster* de Turismo - o *Cluster* Turismo 2020.

Objetivos principais do Plano de Ação:

- Dar sentido estratégico e coerência aos projetos a apoiar no Portugal 2020, assegurando um alinhamento estratégico entre estratégia e financiamento, contrariando a dispersão ou a atomização de projetos e iniciativas.
- Fomentar uma articulação entre promotores e projetos, promovendo, nomeadamente uma melhor articulação entre os setores público e privado.
- Criar as condições para o reconhecimento de uma Estratégia de Eficiência Coletiva no Portugal 2020 – destina-se, assim, à constituição do Cluster Estratégico do Turismo no Portugal 2020.
- Promover uma maior seletividade e uma melhor afetação dos fundos comunitários para o turismo no âmbito do Portugal 2020.
- Proporcionar aos promotores de projetos (públicos e privados) e às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais um quadro referencial sobre as prioridades consideradas prioritárias em matéria de cofinanciamento comunitário para o turismo.

PNTN | Programa Nacional de Turismo de Natureza

O Programa Nacional de Turismo de Natureza parte da premissa de que as áreas classificadas surgem cada vez mais como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais bem preservados, podem constituir atributos indissociáveis do turismo de natureza capazes de promover o desenvolvimento local sustentável, através da promoção e da afirmação dos seus serviços e produtos.

Nestas áreas, como refere a Resolução de Conselho de Ministros n.º 51/2015, o turismo deve ser sustentável a longo prazo, de forma a assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento local, garantindo a utilização dos recursos de forma racional, reconhecendo-se assim, como principal objetivo da atividade turística a valorização do património natural e cultural, constituindo um ativo do território e um catalisador do desenvolvimento local e regional.

É neste contexto que surge a marca "Natural.pt" - para as áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas – SNAC, que reconhece a importância e diferencia uma rede de produtos, serviços e destinos sustentáveis de excelência, baseada nas áreas classificadas, para as quais a conservação da natureza e da biodiversidade, da paisagem e dos valores culturais constituem uma mais-valia.

Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico (PEDMT)

O município de Vale de Cambra, com o intuito de articular todas as intervenções que têm sido feitas na área do turismo, com as ações que se pretendem implementar no futuro, mandou elaborar o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico (PEDMT), que aqui se dá por transcrito, podendo o mesmo ser consultado no "site" oficial da Câmara Municipal.

Esta estratégia Municipal definiu como "visão" para o turismo de Vale de Cambra "o destino mais seguro de Portugal, de gentes autênticas, dinâmicas e hospitaleiras, de paisagens únicas de serra e mar, porta de entrada da Serra da Freita, berço da indústria nacional de laticínios, onde os visitantes podem viver os melhores dias das suas vidas", elegendo como elementos estruturais de diferenciação o acolhimento e a segurança e, como produtos estratégicos a natureza, a cultura e a gastronomia e vinho verde, constituindo como centro da oferta turística "as aldeias, por agregarem os recursos naturais, culturais e históricos do território (...)".

Este documento apresenta um plano de ação constituído por cinco programas, desagregando-se cada um deles em ações. No entanto, este plano de ação carece de maior concretização, pormenorização e assertividade no que se refere ao âmbito das ações, ao seu programa e estimativa orçamental.

Como contributo para o PEDMT, entendemos que o município pode potenciar a promoção do turismo de natureza com especial enfoque na biodiversidade, ao nível da fauna, flora e qualidade paisagística e ambiental, nos habitats de montanha, floresta e rios. A Serra da Freita será o elo de ligação entre os projetos que têm sido promovidos – Casa da Broa em Paraduça, o Centro de Interpretação na antiga casa florestal, a combinar com a aposta em projetos de criação de

geossítios e outros associados ao afloramento rochoso das “pedras parideiras” e das dobras variscas, dado o seu interesse intermunicipal.

O turismo de negócios é efetivamente uma potencialidade, tendo em conta o número de empresas existentes no concelho, devendo criar-se condições na oferta de alojamentos e aumento de propostas culturais.

O PEDMT identifica a gastronomia e vinho verde como produtos estratégicos, sendo sem dúvida inquestionáveis mas, entendemos haver mais alternativas para potenciar estes produtos que passam pela promoção da gastronomia de forma independente da promoção do vinho verde, pela simples razão de os pratos gastronómicos exigirem outro tipo de vinho a acompanhar. Introduzimos assim o enoturismo, como forma de dar a conhecer os vinhos verdes de qualidade que se produzem no concelho, proporcionando visitas a quintas, sendo o vinho verde o pretexto para continuar a conhecer os locais de produção, as paisagens, a cultura e o património, bem como as suas gentes.

HABITAÇÃO

A **Lei de Bases da Habitação** (Lei n.º 83/2019 de 3 setembro), estabelece as bases do direito à habitação e as tarefas fundamentais do Estado na garantia efetiva desse direito a todos os cidadãos, partindo do princípio de que todos têm direito à habitação para si e para a sua família. Como forma de assegurar esse direito, incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial.

Os instrumentos para a concretização desta política passa pela definição de medidas fiscais e tributárias, promoção de habitações públicas que se encontrem devolutas, bem como de apoio financeiro e de subsidiação, quer colocando imóveis públicos em programas destinados ao arrendamento, com rendas compatíveis com os rendimentos das famílias.

Por sua vez, o município, a exemplo das políticas nacionais, deve programar e executar as suas próprias políticas de habitação, criando para o efeito a Carta Municipal da Habitação e o Conselho Local de Habitação.

A definição de uma política municipal deverá passar pela criação de subsídios para os cidadãos que não tenham condições de aceder ao mercado privado de habitação, para jovens, para famílias monoparentais ou numerosas em situação de especial vulnerabilidade económica.

De igual forma a definição de política municipal deve contemplar medidas de proteção especial para jovens, cidadãos portadores de deficiência, pessoas idosas e famílias com menores,

monoparentais ou numerosas, medidas de proteção para os sem-abrigo, menores vítimas de abandono ou maus tratos, vítimas de violência doméstica, de discriminação ou marginalização habitacional.

ENH | Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031

A Estratégia Nacional para a Habitação, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, resulta do reconhecimento da necessidade de alargar o acesso dos cidadãos à habitação, e tendo como principal motivação a criação de condições que facilitem o acesso das famílias à habitação, sendo urgente adotar medidas transversais perspectivadas a longo prazo e articuladas com soluções urbanas sustentáveis.

Esta Estratégia assume uma natureza mais operativa, estruturada em três pilares - a Reabilitação Urbana, o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos, que, por sua vez, se desdobram em oito desafios, a concretizar através da definição e concretização de medidas setoriais que operacionalizam os diferentes regimes legais.

Os desafios da Reabilitação Urbana:

1. Incentivar a conservação duradoura e regular do edificado.
2. Reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios
3. Atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional

Os desafios do Arrendamento Habitacional

4. Dinamizar o mercado de arrendamento
5. Integrar e valorizar os bairros e a habitação social

Os desafios da Qualificação dos Alojamentos

6. Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos
7. Corresponder às novas realidades sociais e demográficas
8. Promover a melhoria das condições de alojamento.

Estes desafios serão alcançados através da concretização de um conjunto de medidas e iniciativas.

A NGPH | Nova Geração de Políticas de Habitação

A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, partindo do pressuposto que a habitação é um bem essencial à vida das pessoas e um direito fundamental constitucionalmente consagrado, tem por missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, consubstanciada num alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público, num quadro de reforço da reabilitação urbana enquanto forma de intervenção predominante na habitação.

A concretização da NGPH assenta em quatro eixos fundamentais de intervenção:

- Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional;
- Garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado;
- Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano;
- Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.

Para o sucesso da concretização da NGPH é imprescindível o papel dos municípios, dada a relação de proximidade com o território e com os cidadãos, bem como o conhecimento específico dos problemas. Assim, o município deve levar a cabo algumas tarefas, nomeadamente:

- Após elaboração e aprovação da Estratégia Local de Habitação para o Município de Vale de Cambra,
- A execução das ações e medidas identificadas na ELH.

ELH | Estratégia Local de Habitação

A elaboração da Estratégia Local de Habitação (ELH) deve ser nos termos da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, e na observância das diretrizes metodológicas divulgadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

A ELH é um instrumento de planeamento de âmbito municipal que visa a concretização dos princípios orientadores da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) através da definição da estratégia municipal da intervenção em matéria de política de habitação, de modo a garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e a criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como urbana passem de exceção a regra. Visa, também, enquadrar pedidos de apoio, nomeadamente no âmbito do programa 1º Direito – Programa de apoio público, sob a forma de participação reembolsável e não reembolsável.

A ELH deve definir uma estratégia municipal de intervenção em matéria de política de habitação, devendo atender às especificações do território, assegurando:

- um diagnóstico dos problemas e necessidades no acesso à habitação;
- dinâmicas de transformação físicas e socioeconómicas dos territórios;
- a definição de metas e objetivos a atingir;
- a especificação de soluções ao nível da habitação através da concretização de um plano de ação, traduzidas, nomeadamente, através de um cronograma das medidas a implementar por prioridade.

Sendo a ELH um instrumento de planeamento de iniciativa municipal deve atender às especificações do território não existindo para o efeito modelos pré-definidos, o que significa que a metodologia e os conteúdos devem ser elaborados, caso a caso, cumprindo as especificações técnicas, sendo aconselhável que o trabalho integre a fase caracterização e diagnóstico das necessidades habitacionais, onde se deve proceder à caracterização da procura habitacional; à dimensão populacional; condições socioeconómicas caracterização do parque habitacional; caracterização da oferta habitacional; caracterização de carências habitacionais; Proceder ao levantamento de todas as situações relevantes a identificar no município; proceder ao levantamento das condições atuais de carências habitacionais indignas (nomeadamente: precariedade (i.e., situações de pessoas sem-abrigo, situações de violência doméstica); insalubridade e insegurança, nos casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade; sobrelotação, quando, da relação entre a composição do agregado e o número de divisões da habitação, esta

constitui um espaço de habitação insuficiente; inadequação, por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência) e de dificuldades de acesso à habitação (relativamente a taxas de esforço, desencontros em termos de preços, localização, tipologias, etc); uma fase correspondente à visão e objetivos estratégicos, incorporando, no mínimo, a definição do cenário de partida, a definição do cenário de chegada e uma análise estratégica de desenvolvimento urbano. Esta fase deve integrar também uma análise ao quadro legislativo e estratégico das políticas de habitação em Portugal, aplicadas ao município; uma fase onde se desenvolva um plano de ação, identificando as ações e soluções habitacionais necessárias para atingir os objetivos estabelecidos, em função dos recursos físicos, financeiros e técnicos disponíveis. Este plano de ação deve identificar, descrever e justificar as ações e medidas de intervenção, estabelecendo a sua programação de execução bem como os critérios e procedimentos de monitorização e avaliação.

O plano de ação deve especificar alguns parâmetros, de onde destacamos:

- descrição e justificação da ação;
- modelo de intervenção;
- entidades responsáveis pela execução da ação;
- a estimativa do investimento;
- fonte de financiamento;
- calendarização e priorização.

INDÚSTRIA

Estratégias para a Indústria num quadro Europeu e consequentemente em Portugal.

A nova estratégia para a indústria da Comissão Europeia, publicada em março de 2020, destina-se a ajudar a indústria europeia a liderar a dupla transição para a neutralidade climática e a liderança digital assim como, impulsionar a competitividade da Europa e a sua autonomia estratégica, numa conjuntura de deslocação das placas geopolíticas e de concorrência crescente a nível mundial.

Numa perspetiva de futuro e olhando para as medidas que a Comissão Europeia tem vindo a delinear para os próximos anos no setor da indústria, evidencia-se o pacote relativo à política industrial que inclui as seguintes prioridades fundamentais:

- “Manutenção da competitividade mundial da indústria europeia e de condições de concorrência equitativas, tanto a nível interno como mundial;
- Tornar a Europa climaticamente neutra até 2050;
- Moldar o futuro digital da Europa”.

Estas 3 prioridades para a indústria, traduzem-se nos seguintes programas, iniciativas e estratégias nacionais:

- Iniciativa Indústria 4.0 | Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia;
- Portugal INCoDe.2030 | A Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030;
- Programa Capacitar i4.0;
- Iniciativa para a Competitividade e o Emprego;
- Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI);
- StartUp Portugal | Estratégia Nacional para o Empreendedorismo;
- Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial.

Indústria 4.0 | Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia

Em 2017 o governo lançou a estratégia nacional para a Indústria 4.0 que se define como a quarta revolução industrial. A Indústria 4.0 foca-se na total digitalização dos ativos físicos e na sua integração em ecossistemas digitais com os vários fornecedores da cadeia de valor.

A estratégia do governo para a Indústria 4.0 é um conjunto de medidas de iniciativa pública e privada que tem um impacto sobre as empresas a operar em Portugal e que pretende gerar condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria e serviços nacionais no novo paradigma da Economia Digital, através de um conjunto de medidas que assentam em três eixos de ação:

- Acelerar a adoção das tecnologias e conceitos da Indústria 4.0 no tecido empresarial português;
- Promover empresas tecnológicas portuguesas a nível internacional;
- Tornar Portugal um polo atrativo para o investimento no contexto Indústria 4.0.

Integrado na estratégia da Indústria 4.0 encontra-se o Programa Indústria 4.0 que constitui uma alavanca para o cumprimento do objetivo de uma década de convergência sustentada com a União Europeia, inscrito na Estratégia Nacional para o Horizonte 2030.

O Programa assenta nos seguintes eixos:

- capacitação das pessoas;
- cooperação tecnológica;
- criação da Startup e Indústria 4.0;
- financiamento;
- apoio ao investimento, internacionalização e adaptação legal e normativa.

Iniciativa Nacional Indústria 4.0

Este programa foi dividido em 2 fases, sendo que atualmente este já se encontra na Fase II, que contempla um conjunto de medidas aceleradoras e recomendações assentes em três eixos: Generalizar, Capacitar e Assimilar. Tendo sido elaborada com base no contributo de várias entidades, esta fase pretende ser transformadora em relação à Fase I, que foi sobretudo demonstradora e mobilizadora.

StartUp Portugal - Estratégia Nacional para o Empreendedorismo

A Estratégia Nacional para o Empreendedorismo (StartUP Portugal) foi lançada em 2016 pelo Ministério da Economia com o objetivo de alargar a todo o país e a todos os setores de atividade, a dinâmica atual do ecossistema empreendedor português, um dos mais ativos a nível europeu. Esta estratégia foca-se em três eixos de atuação que são:

- Ecossistema - criar e apoiar o ecossistema à escala nacional;
- Financiamento - atrair investidores nacionais e estrangeiros, melhorando e fomentando o financiamento das startups em todas as fases do seu desenvolvimento;
- Internacionalização - promover e acelerar o crescimento das startups portuguesas nos mercados externos.

INCoDe.2030 | A Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030, Portugal INCoDe.2030.

Com o propósito de reforçar as competências digitais, em 2017, o Governo português constituiu a “Iniciativa Nacional Competência Digitais e.2030, Portugal INCoDe.2030”.

A iniciativa Portugal INCoDe.2030 perspetiva-se num âmbito alargado para a promoção integrada do desenvolvimento digital, começando pela inclusão e a literacia digitais, passando pela educação das novas gerações, pela qualificação da população ativa até à especialização de pessoas licenciadas, de forma a converter o país num impulsionador efetivo dos novos desenvolvimentos digitais.

O posicionamento atual de Portugal na Europa, os desafios a assumir, a quantificação das medidas tomadas e os resultados conseguidos ao longo do tempo, consequentes do presente programa, podem ser compreendidos através de um conjunto de indicadores divididos em 5 categorias:

- acesso;
- potencial humano;
- utilização;
- investimento;
- formação e certificação.

Os Principais Eixos de Ação:

Para enfrentar os desafios e as metas, o programa propõe levar a cabo um conjunto de medidas que visam mobilizar várias áreas governamentais. Estas medidas serão articuladas com iniciativas do setor privado, do setor académico e da sociedade civil com objetivos similares. As medidas estão estruturadas em cinco eixos de ação.

- Inclusão;
- Educação;
- Qualificação;
- Especialização;
- Investigação.

Programa Capacitar i4.0

O programa Capacitar i4.0 integra as iniciativas nacionais Indústria 4.0 e INCoDe.2030 e visa qualificar as pessoas e as organizações para responderem aos desafios da 4ª Revolução Industrial, que é caracterizada pela introdução de sistemas ciberfísicos, inteligentes e interligados,

nos processos de produção, na cadeia de valor, na relação com o cliente e no modelo de negócio. Este programa considera ainda fulcral promover o desenvolvimento de competências emocionais e técnicas.

Em suma, o programa Capacitar i4.0 tem como principais objetivos os seguintes:

- Promover uma rede de academias i4.0 nas empresas que desenvolvam planos de qualificação dos seus ativos empregados em resposta aos desafios da 4.ª Revolução Industrial;
- Fomentar e capacitar o desenvolvimento de *learning factories* nas academias i4.0, como demonstradores de tecnologias, processos, operações e metodologias inovadoras;
- Impulsionar a contratação de investigadores nas áreas críticas i4.0 para assegurar excelência técnico-científica nas academias i4.0;
- Dinamizar ações interempresas promovidas por entidades da envolvente empresarial e centros de qualificação que contribuam para o desenvolvimento de competências digitais;
- Criar e testar instrumentos de avaliação da maturidade das empresas face aos desafios da Indústria 4.0;
- Fomentar a criação de planos de ação e conteúdos de referência disponíveis de forma universal e gratuita, via *e-learning*, para impulsionar a autoformação e qualificar a procura de serviços, alinhados com os instrumentos de avaliação e diagnóstico;
- Incentivar a criação de uma rede de formadores qualificados nas temáticas i4.0.
- Propor o alinhamento dos temas i4.0 em parcerias de I&DT.

Iniciativa para a Competitividade e o Emprego

Iniciativa para a Competitividade e o Emprego foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2010, de 27 de Dezembro, com o objetivo de promover a competitividade e o crescimento da economia portuguesa.

A Iniciativa para a Competitividade e o Emprego é composta por cerca de 50 medidas e que se desenvolve em cinco áreas fundamentais:

- competitividade da economia e apoio às exportações;
- simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas;
- competitividade do mercado de trabalho;
- reabilitação urbana e dinamização do mercado de arrendamento;
- combate à informalidade, fraude e evasão fiscal e contributiva.

Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)

Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI) foi aprovada a 23 de dezembro de 2014 e visa o desenvolvimento de todo o sistema de investigação e inovação de um modo sustentável, com o objetivo de reduzir as fragilidades identificadas.

O documento identifica as grandes apostas estratégicas inteligentes, que são temas com especialização científica, tecnológica e económica, nos quais Portugal e as suas regiões detêm vantagens comparativas e competitivas ou que revelaram potencial de emergir como tais. O alinhamento com essas estratégias constitui obrigatoriedade na concretização dos investimentos do Portugal 2020 em Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e prioridade noutros casos, como por exemplo, no âmbito dos apoios à competitividade das PME.

Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial

Aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros 25/2018, a Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030 constitui o principal referencial para a política de inovação para a próxima década em Portugal.

A Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030 inclui oito eixos estratégicos:

- Aumento do investimento em investigação e desenvolvimento;
- Empreendedorismo;
- Valorização e transferência de tecnologia;
- Internacionalização;
- Melhorar a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento;
- Reforço dos Centros de Interface;
- Promoção de valorização da inovação;
- Monitorização.

ARTES E CULTURA

PNA | Plano Nacional das Artes

O Plano Nacional das Artes desenvolvido pelos Ministérios da Cultura e da Educação, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro, teve como premissa a promoção e implementação articulada da oferta cultural acessível a todos os cidadãos e comunidade educativa, numa perspetiva de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Considerando a multiplicidade de manifestações pretende incentivar o compromisso cultural e o desenvolvimento de redes e parcerias com entidades públicas e privadas, para o horizonte temporal de 2019-2029.

Este plano tem um plano de ação estratégica integrado que assenta em três eixos estratégicos, designadamente:

- política cultural – visa a criação de políticas e instrumentos que valorizem e promovam o compromisso cultural entre os setores sociais e económicos, consciencializando o valor da cultura e artes como formação integral do cidadão e do seu impacto social na dimensão educativa;
- capacitação – este eixo apresenta medidas com enfoque na formação de professores, educadores e artistas permitindo disseminar conceitos, práticas e processos artísticos e pedagógicos promovendo a disseminação de uma reflexão crítica;
- educação e acesso - este eixo prevê a garantia de acesso às arte de todos os cidadãos, numa perspetiva que permita uma participação ativa de cada um. Incentivar à colaboração entre artistas, educadores e outros intervenientes estimulando o seu poder criativo.

Para cada um destes eixos foram desenvolvidos programas específicos dos quais resultaram diversas medidas.

DESPORTO E EDUCAÇÃO

Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

No quadro das orientações de política educativa definidas no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos.

Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização da aprendizagem.

Na prossecução da missão da Escola Pública que passa por garantir que todas as crianças e jovens têm acesso às aprendizagens que lhes permitem concluir a escolaridade com os saberes, as competências, as atitudes e os comportamentos necessários à vida em sociedade, o papel das escolas e dos professores é determinante, no âmbito da sua ação nos conselhos de ano/turma, já que a melhoria das práticas educativas é intrínseca à promoção do sucesso escolar para todos os alunos.

Carta Educativa

A Carta Educativa, elaborada no âmbito do Decreto-Lei n.º 73/2003, de 15 de janeiro, é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos e tem por objetivo último uma perfeita adequação entre oferta e procura educativa a nível municipal, tendo em vista a rentabilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico, social e económico de cada município.

A Carta Educativa do Município de Vale de Cambra foi homologada pelo Ministério da Educação em maio de 2007, monitorizada de dois em dois anos. A revisão da Carta Educativa encontra-se concluída com base nas alterações prevista na legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 31 de maio.

Carta Desportiva

A carta desportiva é um instrumento de planeamento desportivo, que permite ao município avaliar as infraestruturas desportivas, otimizando a gestão da rentabilização dos equipamentos, definindo critérios urbanísticos coerentes e integrados na programação das instalações, satisfazendo as necessidades da população.

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro, explicita quais os princípios orientadores do sistema desportivo, conjugado com o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (RJID), Decreto-Lei nº 141/2009 de 16 de junho, que promove a simplificação dos procedimentos de instalação e a melhorar o enquadramento dos deveres dos proprietários e entidades responsáveis pela exploração e funcionamento das instalações desportivas, são os diplomas legais aplicáveis a elaboração da carta desportiva municipal.

Face a ausência deste documento, os equipamentos desportivos integram os estudos setoriais no âmbito da revisão do PDM.

Programa Rede Social

Programa Rede Social foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro (RCM), reconhecendo o papel das tradições de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada e com base nos valores associados a estas tradições, fomentar uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais e incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local.

A Rede Social é um Programa que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social, a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

O que se propõe é que, em cada comunidade, as autarquias e as entidades públicas e privadas:

- Tenham uma visão partilhada dos problemas sociais que existem nessa área;
- Definam em conjunto objetivos, prioridades, estratégias e ações;
- Utilizem de forma mais racional os recursos disponíveis.

A Rede Social tem plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social a nível das freguesias (Comissões Sociais de Freguesia e/ou Interfreguesia - CSF/CSIF) e dos concelhos (Conselhos Locais de Acção Social – CLAS). A um nível regional mais abrangente, estão a ser implementadas plataformas territoriais supraconcelhias nas 28 regiões NUT III.

A gestão, dinamização, acompanhamento e avaliação do Programa Rede Social é da competência do Instituto da Segurança Social (ISS).

Para atingir os objetivos da Rede Social o Programa propõe uma estratégia participada de planeamento cujos instrumentos fundamentais são o Diagnóstico Participado, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação.

Em traços gerais procura-se construir um retrato comum da situação social concelhia, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção na área do concelho que permita identificar prioridades de intervenção.

Este retrato servirá de base para a construção de um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado (cerca de três anos) e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto (planos de ação anuais).

Este processo, cujo objetivo principal é a intervenção para a promoção do desenvolvimento social local, deverá ser sujeito a processos de monitorização e avaliação, que permitam melhorar continuamente as intervenções e aferir o impacto destas na população.

Propõe-se ainda a criação de dispositivos que facilitem a recolha e tratamento de informação agilizando a produção de diagnósticos, dando suporte à avaliação, dando visibilidade às realidades sociais do concelho e às intervenções produzidas e promovendo a troca de informação entre os parceiros e entre estes e a população.

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A Carta Social - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento

territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

O Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa (Decreto-Lei n.º 14/2015, de 26 de janeiro).

5. PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

No âmbito da participação pública, a autarquia levou a cabo várias iniciativas, com o intuito de dar a conhecer que se encontrava a decorrer o processo de revisão do PDM, quais as imposições do quadro legislativo, quer em termos da introdução de nova terminologia ao nível da programação dos solos, quer ao nível das suas implicações na territorialização das propostas. Por outro lado, com o envolvimento dos agentes de desenvolvimento local, onde se incluem todos os munícipes, associações locais, IPSS, empresários e juntas de freguesia, tem-se como objetivo, proceder à recolha de contributos que nos permitam enriquecer o diagnóstico feito para o concelho e, em simultâneo, envolver as forças vivas numa discussão que permita identificar oportunidades e de que forma estas se podem materializar em propostas.

Neste âmbito foram consultados os munícipes em geral, todas as juntas de freguesia do município e convidadas a participar todas as associações locais de carácter cultural, desportivo e social, incluindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) presentes no concelho.

Diagrama n.º 3 - Fases da Participação Pública



5.1. Municípios em geral

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de abertura do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal, publicado em Diário da República, 2ª série - n.º 199 - 16 de outubro de 2018, sob o Edital n.º 967/2018, e nos termos do D.L. n.º 80/2015, foi iniciado o primeiro período de participação pública – participação preventiva - com duração de 30 dias úteis.

Este período decorreu entre o dia 17 de outubro e o dia 28 de novembro de 2018, tendo por objetivo auscultar a comunidade, convidando-a a formular sugestões, prestar informações de interesse para o processo ou, suscitar qualquer tipo de questões no âmbito e de interesse relevante para revisão do PDM.

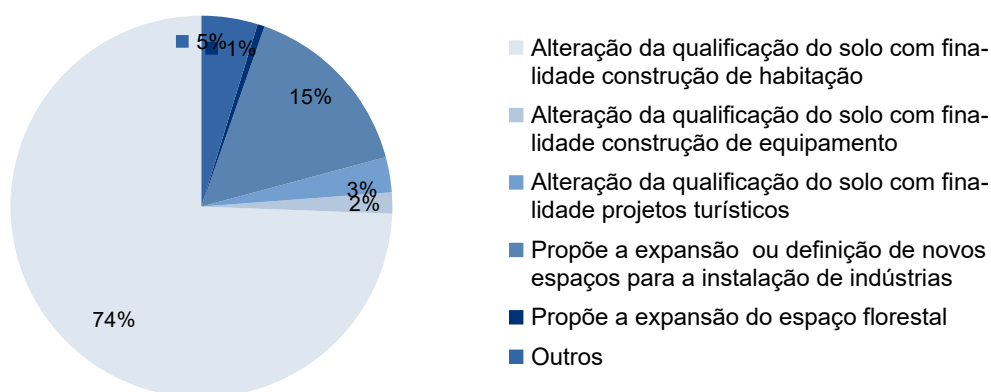
No final deste procedimento verificou-se que se registaram 168 participações, 90 das quais no decurso do período legal e, 78 participações fora do período de auscultação pública, no entanto todas as participações foram consideradas.

Analizadas as participações recebidas foi possível concluir que:

→ cento e vinte e cinco das participações (74,4%) estão relacionadas com a alteração do uso do solo para a categoria de solo urbano tendo em vista a construção de habitação. Na maioria, no PDM em vigor inserem-se na RAN ou Agrícola Complementar;

→ vinte e seis participações (15,5%) são propostas de ampliação das áreas industriais existentes, nomeadamente na união de freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e na freguesia de Macieira de Cambra e, que no PDM em vigor estão inseridas na categoria de uso de solo – Espaços Florestais;

→ as freguesias com menor participação são Arões, Junqueira e Cepelos, as mesmas em que se verifica menor população no concelho, apresentam no total vinte e sete participações e que essencialmente formulam a pretensão de alteração do uso do solo para a categoria de solo urbano para a construção de habitação.



Quadro n.º 4 – Número de participações por freguesia e por âmbito de participação

Âmbito da participação		São Pedro de Castelões	Macieira de Cambra	Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho	Rôge	Cepelos	Junqueira	Arões	Total
Alteração da qualificação do solo com finalidade construção de habitação		35	21	25	19	14	3	8	125
Alteração da qualificação do solo com finalidade construção de equipamento		2	0	1	0	0	0	0	3
Alteração da qualificação do solo com finalidade projetos turísticos		1	3	0	1	0	0	0	5
Propõe a expansão ou definição de novos espaços para a instalação de indústrias		2	10	14	0	0	0	0	26
Propõe a expansão do espaço florestal		0	0	0	0	1	0	0	1
Outros		4	1	2	0	0	0	1	8
Total	N.º	44	35	42	20	15	3	9	168
	%	26,2	20,8	42,0	11,9	8,9	1,8	5,4	100

Após este período as participações continuaram a ser aceites, para, posteriormente serem analisadas em sede de discussão pública final.

5.2. Sessão promovida com a participação da CCDR-N

No âmbito da promoção do direito à informação e à participação dos cidadãos nos processos da revisão do PDM, a Câmara Municipal convidou a Dr.^a Cristina Guimarães, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), para colaborar numa sessão pública de esclarecimentos, com o objetivo de informar acerca das alterações legislativas e das suas consequências ao nível da programação dos solos.

A sessão permitiu concluir que o ordenamento do território ao nível nacional apresenta fragilidades, apesar de mais de três décadas de planeamento (PDM), continua a existir enorme dispersão na construção e a carência de infraestruturas básicas. Esta fragmentação territorial, que tem sido uma prática comum, obrigando o município a um esforço financeiro para proporcionar condições de equidade a toda a população.

A nível legislativo foram esclarecidas as alterações preconizadas, salientando-se o desaparecimento da qualificação de *solo urbanizável*, passando apenas a constar a classificação de **solo urbano** (solo em área urbana devidamente infraestruturado) e o restante solo classificado como **solo rústico**. Ressalva-se que a classificação do solo como rústico não significa ausência de construção, dada a possibilidade de qualificar este solo na categoria de aglomerados rurais, com possibilidade de construção para vários usos.

Este novo paradigma do planeamento pretende uma valorização do solo rústico como forma de resposta aos desafios ambientais emergentes, como as alterações climáticas, através da valorização ambiental, paisagística e de biodiversidade e da utilização do solo de acordo com a sua natureza e aptidão.

O solo urbano afeto à urbanização e à edificação, devidamente infraestruturado, implica que existam, cumulativamente, infraestruturas urbanas e de prestação de serviços associados, nomeadamente, rede de transportes públicos, equipamentos de utilização coletiva, abastecimento de água e saneamento, distribuição de energia e de telecomunicações. A programação dos solos é uma alternativa a considerar, devendo as infraestruturas ser garantidas no horizonte do PDM, mediante a inscrição em plano de execução e consequente inscrição nos planos de atividade e orçamentos municipais.

5.3. Sessão Promovida com a Participação da Universidade de Aveiro

A segunda sessão promovida no âmbito participação pública no processo de revisão do PDM teve lugar no auditório da Biblioteca Municipal.

Esta sessão aberta aos munícipes foi dividida essencialmente em duas partes.

Numa fase inicial desta sessão, a equipa de revisão do PDM expôs aos munícipes uma primeira abordagem dos estudos de caracterização e diagnóstico em desenvolvimento no âmbito da presente revisão. Esta apresentação teve como objetivo a sensibilização dos munícipes e demonstrar, com dados atuais, de que forma é que o concelho de Vale de Cambra tem evoluído nos últimos anos. Para o efeito foram apresentados dados relativos às diferentes categorias consideradas de maior relevo para o concelho, entre elas a caracterização, através dos dados da evolução demográfica, da habitação, dos transportes e mobilidade, dos equipamentos e espaços verdes existentes, o Património Natural, Arqueológico e Arquitetónico, a Agricultura e a Floresta, a Indústria, o Turismo, assim como as Infraestruturas existente.

Já para a segunda parte desta sessão de esclarecimentos foi convidado o Professor Dr. José Carlos Mota, docente da Universidade de Aveiro, Diretor do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, especialista em Participação Pública e Investigador, com o intuito de sensibilizar os munícipes para a importância da Participação Pública tendo como base na sua experiência adquirida, bem como a prática de várias técnicas investigadas e aplicadas em PMOT, sendo defendido que “quanto mais participado for o processo de revisão, maior é a probabilidade de sucesso”.

Nesta abordagem e a título de exemplo, foi exibido e explicado o processo de Participação Pública da revisão do PDM do município da Maia, tendo este método sido desenvolvido pela equipa de investigação da UA e liderada pelo Professor Dr. José Carlos Mota. Através de ações educativas e interativas, este grupo de trabalho conseguiu mobilizar os diferentes agentes que fazem parte do concelho da Maia, destacando-se entre esses as Associações e os Munícipes no seu conjunto.

A coesão territorial é essencial para o bom resultado de um PDM. Como já referido sendo este um Plano estratégico de médio e longo prazo deve a sua estratégia ser implementada metodicamente, com os ajustes que se vieram a revelar necessários.

Como demonstrado nesta sessão, uma das várias formas para estabelecer uma coesão territorial passa pelas dinâmicas do território, sendo importante a manutenção de tradições e costumes num mundo cada vez mais global. A preservação da autenticidade cultural e territorial é sem dúvida um caminho a seguir, sendo que uma maior atração dos diferentes territórios leva consequentemente

ao desenvolvimento desses mesmos sendo decisivos para as zonas rurais e mais interiores do País.

5.4. Juntas de Freguesia

As Juntas de Freguesia têm um papel bastante importante na comunidade local devido à proximidade e amplo conhecimento que detém acerca do território, podendo afirmar-se que são os principais interlocutores entre a comunidade e o Executivo Municipal, motivo pelo qual merecem, destaque no âmbito do processo de participação pública.

Em resumo, a participação pública na esfera das juntas de freguesia traduziu-se em três fases/sessões concretas.

Numa primeira fase, foram convidados todos os presidentes de junta de freguesia para uma sessão com os técnicos envolvidos na revisão do PDM a fim de tornar inteligível a importância do Plano Diretor Municipal, bem como apelar à cooperação no levantamento das necessidades da freguesia.

Numa segunda fase, no âmbito de um ciclo de reuniões com a equipa de revisão do PDM, foram abordados vários temas relevantes e transversais a todas as freguesias do concelho. Entre esses temas destacam-se os seguintes:

- Rede de saneamento e abastecimento de água;
- Rede viária;
- Espaços de atividades económicas e industriais;
- Agricultura;
- Turismo, lazer e ambiente;
- Resíduos sólidos, pontos de recolha e depósito;
- Instituições de cariz social;
- Antigo parque escolar em muitos dos casos devolutos e a necessitar de reabilitação.

A reflexão sobre estes temas teve como principal objetivo a identificação das fragilidades e oportunidades detetadas pelo poder local em particular, e da população de cada freguesia em geral.

A terceira fase ocorreu em sessões abertas à população tendo tido lugar nas respetivas juntas de freguesia tendo as mesmas sido divulgadas através da colocação de editais, colocados nos locais de destino e através das redes sociais.

Estas sessões tiveram, como principal alvo a discussão das propostas previamente definidas nas reuniões conjuntas entre a equipa de revisão do PDM e o poder local de cada freguesia.

Após uma análise ao levantamento das carências por freguesia, conclui-se que ao nível das **redes de abastecimento de água e de saneamento**, as freguesias das zonas consideradas mais altas do concelho e com características mais rurais são as que apresentam maiores carências. Foi reconhecida que a execução deste tipo de infraestruturas se reveste de algumas dificuldades devido à topografia do território. Desta forma, em parte dos aglomerados rurais, a solução passa pela execução de sistemas autónomos, os quais têm custos associados de manutenção acrescidos, mas que devem ser equacionados.

De notar que Arões foi a freguesia que mais insistiu na necessidade de dotação de rede de abastecimento de água e saneamento, como prioridade principal.

Vale de Cambra dispõe de uma extensa **rede viária** com cerca de 1436 km de extensão. Apesar desta grande extensão de vias, foram apontadas algumas carências ao nível de cada uma das freguesias, sendo as principais, o alargamento e pavimentação.

Já como prioridade ao nível da rede viária e com importância municipal, destaca-se a execução de quatro novos traçados viários, designadamente a ligação à A32, a Variante Norte (desde Codal até ao Calvário – Macieira de Cambra), a Variante Sul (desde a Felgueira – ZI da Calvela – Chã - EN328) e a ligação de Cepelos a Rôge, com a intenção de aproximar algumas sedes de freguesia a partir da criação de novos eixos destinados a melhorar o fluxo rodoviário permitindo um melhor escoamento de bens e pessoas, acesso aos serviços, não só dentro do concelho e entre localidades, mas, também, dos produtos que circulam diariamente para e a partir das Z.I., para outros destinos.

Ao longo dos últimos anos o município tem promovido a criação de novas **Zonas Indústrias** no concelho e melhoria das Concentrações Industriais já existentes. A necessidade de áreas vocacionadas para o tecido industrial é conhecida e transversal a todas as freguesias, face à necessidade expressa de criar condições para a fixação da população gerando rendimento.

Após o ciclo de reuniões com o poder local concluiu-se que apesar dos esforços para criar novas Zonas Industriais, foi transmitido que a carência desses espaços é uma realidade. No entanto ressalva-se que a freguesia de Arões que não se identifica com essa carência tendo colocado outras prioridades em primeiro plano, assumindo-se genuinamente e orgulhosamente como uma freguesia rural, querendo beneficiar desse estatuto.

Outro setor abordado por algumas das freguesias foi o da **agricultura**, tendo-se reconhecido que ao longo das últimas décadas o abandono da atividade tem-se vindo a agravar persistindo uma

agricultura de autossubsistência, desvalorizando-se a potencial riqueza deste setor. De acordo com os diferentes estratégias e planos nacionais para o território é notória a defesa que é feita aos ativos que constituem os terrenos com aptidão agrícola, maioritariamente traduzidos em RAN. Vale de Cambra dispõe ainda de um conjunto de infraestruturas de regadio de grande envergadura como é o caso da Barragem de Burgães e respetivos canais. Este conjunto de infraestruturas foi resultado de grandes investimentos feitos no passado, pela administração central com o intuito de irrigar toda a área agrícola mais baixa do concelho conhecida como perímetro hidroagrícola de Burgães.

Note-se que, paralelamente, existem outros regadios privados.

De ressaltar que neste campo, Vila Cova de Perrinho dispõe de um vale agrícola de grande importância para a aldeia e que foi abordado como um “Vale” de interesse não só no que toca à exploração agrícola, que deverá ser mantido e apoiado, como também com alguma importância turística, dada a sua beleza e proximidade com o centro da cidade de Vale de Cambra.

O **turismo** a nível nacional tem vindo a crescer exponencialmente nos últimos anos, e Vale de Cambra não é exceção. Esta oportunidade concentrou uma atenção redobrada sobre este setor, não só pelos agentes locais e poder político mas também pela população em geral. O dinamismo que o turismo pode trazer ao município, pode ter grande incidência nas aldeias com forte identidade rural. Neste sentido foram enumerados pelas diferentes freguesias as carências neste âmbito e indicados os lugares estratégicos para a criação de, por exemplo, pontos de extensão de vistas, a criação ou melhoria dos parques de lazer e eventuais parques de merendas, melhoria das praias fluviais existentes assim como a otimização e divulgação do património cultural, natural, arqueológico e arquitetónico existente.

A limpeza e revitalização das margens dos principais rios e cursos de água e a valorização das respetivas galerias ripícolas, têm uma importância acrescida num concelho que deseja apostar num turismo de natureza, rural, de experiências únicas, conforme defendido no Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico de Vale de Cambra.

Neste sentido, foi proposta a limpeza e reabilitação do património molinológico de Vale de Cambra com incidência nos moinhos existentes ao longo das margens do Rio Viges.

Atualmente encontram-se a ser desenvolvidos dois projetos de relevo, um com interesse intermunicipal, como é o caso do “Eco trilho do Rio Teixeira” e outro de grande relevância municipal, o “Percurso ao longo do rio Caima”. Sobre estes projetos foi notória a expectativa depositada por todos os intervenientes nestas ações de participação pública na área do turismo e

lazer. A interligação destes projetos com as dinâmicas locais foi outro tema abordado e que desperta grandes expectativas pelos diferentes atores das freguesias.

Outro assunto identificado nestas ações foi a questão ambiental e da recolha e processamento dos resíduos sólidos urbanos. Neste campo, a preocupação geral de todas as juntas prendeu-se com a inexistência de um Ecocentro para o depósito e separação de resíduos verdes e de Resíduos de construção e demolição (RCD's), ao qual deveria estar associado um centro de separação seletiva dos resíduos aberto à população em geral. Estas infraestruturas tornam-se cada vez mais imprescindíveis constituindo uma oportunidade num mundo preocupado cada vez mais com a economia circular.

A recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's), nas zonas mais rurais, foi abordada como uma prioridade, principalmente na época das festividades religiosas. Nos meses de verão, constatando-se que a periodicidade da recolha dos resíduos não é suficiente, resultado do aumento substancial de população devido ao fluxo dos emigrantes que regressam às suas aldeias de onde são naturais.

No campo da ação social os interlocutores identificaram algumas carências tanto a nível de assistência aos mais idosos como também de apoio à infância. Comparativamente com outros concelhos, Vale de Cambra detém um número razoável de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) distribuídas pelas diferentes freguesias, no entanto, ainda há uma certa carência no número de vagas atualmente disponíveis, sendo muito do apoio feito através de apoio domiciliário por forma a colmatar esta carência e, em alguns casos, devido à falta de recursos financeiros dos utentes para permanecerem num lar.

Outro fator social identificado foi a carência de espaços de apoio à infância. Reconheceu-se que a carência destas estruturas pode potenciar a desertificação e crescente baixa de natalidade nos meios rurais.

A rede de transporte para as aldeias mais distantes do centro da cidade é outra preocupação demonstrada pela população destas zonas. A colmatção da carência de transportes públicos nomeadamente apoiadas com verbas da junta de freguesia é umas das soluções apontadas, podendo passar pela aquisição de veículos de transporte disponíveis para a população a funcionar sob requisição.

Após a reformulação do parque escolar nos últimos anos, Vale de Cambra, à semelhança do que acontece em todo território nacional, debate-se com o problema da revitalização do antigo parque escolar. A gestão de algumas destas antigas escolas primárias é feita pela autarquia e em alguns casos pelas juntas de freguesias e associações. Muitas destas encontram-se num estado de

degradação avançado e em alguns casos entregues ao abandono o que mostra que é urgente encontrar uma solução conjunta para solucionar este problema.

5.5. Associações Culturais e Desportivas e Instituições Particulares de Solidariedade Social

As associações são agentes locais decisivas na intervenção do território, por força da sua proximidade e envolvimento na comunidade, revelam importantes valores de formação humana, socialização e educação, contribuindo para o aumento da dinâmica territorial, através das atividades que desenvolvem e para a preservação das histórias e tradições locais.

Com intuito de envolver estes agentes no processo de revisão do PDM através do processo de participação pública, foi realizada uma Sessão Participativa direcionada às associações locais que atuam em diversas áreas.

A sessão foi iniciada com uma breve explicação sobre o processo de revisão do PDM e de que forma este interfere no município e na vida da população e, consequentemente, nas associações locais, pelo que se ressaltou a importância deste procedimento de participação pública. Para dar seguimento à sessão, foram criadas cinco mesas de trabalho, cada uma com um tema adjacente à área de atuação de cada associação presente, compostas por, até 10 elementos. Cada mesa teve um moderador com o objetivo de explicar a dinâmica da sessão, que se iniciou com um *brainstorming*, para identificar os problemas e carências das associações, bem como possíveis propostas para a sua resolução. Todos os problemas apresentados, assim como as propostas de resolução foram discutidas, caso a caso, com o objetivo de chegar a conclusões satisfatórias.

A Sessão Participativa desenvolveu-se com as associações sociais, culturais e desportivas do Município e contou com cerca de 40 participantes. Cada elemento escolheu a sua mesa de trabalho de acordo com a área de atuação da associação que representa. Esta ação visou atribuir aos cidadãos presentes o papel central desta ação.

Após finalizados os trabalhos, cada mesa fez a escolha de um orador para apresentar os resultados discutidos com todos os elementos da mesa, para que as associações presentes fossem conhecedoras de todos os problemas existentes a este nível no município e das suas possíveis resoluções.

Os contributos decorrentes da sessão participativa permitiram aferir as áreas onde existem maiores fragilidades e potencialidades, salientando que muitos contributos são transversais a todas as associações, independentemente da sua área de atuação.

As **associações desportivas** apresentaram como principais carências a falta de apoio financeiro para a melhoria de espaços desportivos, assim como para a aquisição de materiais, equipamentos e infraestruturas.

A falta de espaços com qualidade para a prática desportiva é igualmente uma situação que preocupa os dirigentes destas associações. Na maioria, os espaços desportivos existentes reconheceu-se que necessitam de obras de requalificação no que concerne ao edifício, pisos e balneários. No mesmo âmbito foi apresentada uma proposta para a construção de um pavilhão multiusos na parte alta do concelho, tendo como principal público-alvo a população residente nessas zonas rurais. A promoção da pesca desportiva foi uma das propostas discutidas, no entanto, conclui-se haver necessidade da requalificação dos espaços ribeirinhos e a respetiva manutenção (limpeza de margens), como forma de viabilizar o projeto.

A falta de espaços para utilização como sede de associação é um problema recorrente, sendo sugerida a utilização de edifícios devolutos, tais como, escolas do antigo parque escolar, devidamente protocolados pela Câmara Municipal, mas também a utilização de pavilhões escolares de forma gratuita.

As associações referem que a ajuda financeira para a resolução destas necessidades deve ser complementada com a cativação de novos patrocinadores e captação de novos sócios.

Porém, reconhecem que é cada vez mais imperioso a criação de sinergias entre associações, bem como a formação de dirigentes. Como tal, uma das propostas é a criação de um Gabinete de Apoio às Associações.

A falta de transporte próprio é um problema que afeta não só as associações desportivas mas também, de modo geral, todas as associações. A possível resolução aponta para este problema passa pela aquisição de viaturas próprias e a utilização de transportes Municipais.

Relativamente às **associações e instituições particulares de solidariedade social** apresentam como problema o apoio financeiro reduzido, propondo que os orçamentos municipais contemplem mais verba para estes investimentos, a par de uma maior sensibilização dos empresários para apoiar este tipo de projetos.

As associações identificaram uma grande carência no apoio à elaboração de candidaturas a fundos comunitários, pelo que propõem a criação de um Gabinete de Apoio.

Uma vez mais, os problemas identificados no concelho relacionam-se com o envelhecimento da população e a falta de medidas para fixar jovem. Verifica-se a necessidade de ampliação dos edifícios sociais existentes e candidaturas para o alargamento ou criação de novos equipamentos sociais, principalmente no apoio a idosos, salvaguardando a correta distribuição pelo território.

As medidas propostas para a fixação da população mais jovem consistem na construção de habitação a custos controlados, assim como a fixação de valores de habitação a baixo do preço médio dos concelhos vizinhos. Contudo, outros incentivos são necessários para que estes se sintam cativados a permanecer no concelho, através de melhores espaços culturais e também da criação de creches. A insuficiência de creches é um assunto que implica a deslocação diária de pais para outros concelhos. Para colmatar este problema, deverá ser equacionada a criação de creches nas freguesias mais rurais do concelho, um conceito diferente de creche já que existem poucas crianças. Efetuar, ainda, candidaturas para a abertura de novas unidades de creche no concelho ou utilizar e rentabilizar espaços que são propriedade do município.

Outro problema identificado foi a Falta de Estratégia de Desenvolvimento Local e Social que permita preservar as tradições e a cultura rural, apoiar o comércio de produtos locais e as “cadeias curtas” de comercialização de proximidade, assim como apoiar os empresários rurais.

As más acessibilidades às freguesias do interior, nomeadamente a Arões, Junqueira e Cepelos são também objeto de discussão sempre que se fala em demografia e dos aspetos sociais do concelho. É necessário garantir as acessibilidades, e junto das entidades competentes, reivindicar a necessidade dessas infraestruturas para que o interior do concelho não seja esquecido e não desertifique mais.

Por fim, as dificuldades em encontrar voluntários para integrar as associações e ocupar os lugares de chefia foi outro dos problemas identificados. A proposta de resolução passa pela divulgação da necessidade do apoio dos jovens.

As **associações culturais**, tal como as de solidariedade social, apontam o apoio financeiro reduzido e logístico, como principal problema, devendo o apoio financeiro ser dado em função das atividades desenvolvidas.

O apoio ao nível logístico, poderá ser dado através da disponibilização às associações.

As associações presentes consideraram que é importante haver monitorização no que se refere à implementação do plano de atividades e de projetos que tenham sido alvo de financiamento, pelo facto de existirem diversas associações, denominadas “fantasma”, que apenas desenvolvem uma atividade anual para obtenção de subsídio municipal, o que se traduz num prejuízo relativamente às associações pró-ativas.

A falta de autonomia financeira dificulta a manutenção dos espaços existentes e a construção de edifícios sede, pelo que, estas associações reclamam a definição de uma estratégia clara para a utilização dos edifícios municipais e respetivo plano de manutenção, como forma de evitar a sua degradação.

Tal como sugerido por outras associações, é fundamental o acesso a fundos comunitários sendo urgente a criação de um Gabinete de Apoio Especializado para este fim, capaz de gerir toda a informação e procedimentos inerentes. Sendo a elaboração do plano de atividades, por vezes, um problema para estas associações, poderia o Gabinete de Apoio Especializado prestar apoio neste domínio, às coletividades que tenham menos experiência.

Outra sugestão, é a execução de um Orçamento Participativo no concelho para que a população e os agentes locais possam participar nos orçamentos direcionados à cultura e outros.

Foi reconhecida por todas as associações que existe uma falta de cooperação entre si, sendo necessário por todas as associações a dialogar em prol de um bem comum.

A coordenação destas atividades, a sua gestão e divulgação passa, sem dúvida, como se reconhecem pela gestão de uma agenda cultural, gerida pela Câmara Municipal.

A realização de eventos e atividades fora do centro da cidade constituiria uma oportunidade para a promoção do trabalho dos agentes locais, promovendo interatividade e sinergias entre associações, IPSS e empresas, fomentando atividades conjuntas e partilha de experiências.

A falta de meios de transporte é outro dos problemas apresentado, para o qual sugerem uma maior produção de eventos com capacidade para gerar receitas.

A atual situação demográfica do concelho, aliada à falta de voluntários e à diminuição de sócios remeta para a quebra de receitas que pode pôr em causa a manutenção de muitas associações. Propõem as associações que se enverede por atividades mais cativantes e ricas culturalmente onde se promovam os eventos gastronómicos e desportivos dando uma maior abertura às coletividades, desafiando-as a apresentar novas ideias e projetos, como forma de cativar o público de diferentes faixas etárias.

Estas associações sublinham que é possível atrair jovens e combater a desertificação das freguesias do interior, através do incentivo à natalidade, repensando a compatibilidade de horários escolares com os horários de trabalho dos pais, o que poderá ser conseguido através da dinamização dos CATL's (Centro de Atividades dos Tempos Livres). Estas medidas irão permitir que os pais se desloquem para os locais de trabalho, enquanto os filhos continuam no local de residência.

A diminuição do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em zonas rurais, é uma medida a ser equacionada que, conjugada com medidas de dotação destas áreas, com saneamento básico, poderão ser um forte atrativo para fixar a população mais jovem.

Reconhecem estas associações que a valorização dos recursos endógenos constitui uma das potencialidades turísticas mais relevantes podendo tornar as freguesias mais atrativas e mais dinâmicas.

Se aliarmos a valorização deste recursos a outro tipo de património (pontes, açudes) e se o município for capaz de implementar uma estratégia de desenvolvimento turístico, haverá condições para promover o interior do concelho e criar novos empregos.

A reabilitação do parque habitacional e a resolução dos problemas das casas devolutas poderá contribuir para atenuar os problemas de fixação da população.

CULTURA

Apoios insuficientes Financeiro e Logístico	Cooperação entre associações	Atratividade jovem	Espaços Culturais	Eventos Culturais	Valorização de recursos endógenos
Subsídios municipais proporcionais às atividades desenvolvidas	Investimento para projetos coletivos	Eventos de interesse juvenil	Protocolos de ocupação de edifícios municipais e/ou devolutos	Eventos em espaços públicos	Projetos de valorização
Apoio logístico pela CM	Coordenação de eventos	Envolvimento de famílias e crianças		Divulgação de eventos na internet e cartazes	Recuperação de pontes e açudes
Gabinete de apoio a associações (Fundos Comunitários, elaboração de Planos de Atividades, outros)	Agenda Cultural (gerida pela CM)	Planos de atividades atrativos	Requalificação de espaços culturais	Produção de eventos geradores de receita	
Orçamento participativo	Comunicação entre associações, IPSS e empresas	Mais eventos gastronómicos e desportivos	Plano de manutenção para espaços protocolados	Envolvimento de jovens com formação na área	Agência independente rural
		Novos Sócios			

SOCIAL

Apoio Financeiro insuficiente	Envelhecimento demográfico	Acessibilidades às freguesias do interior	Estratégia de Desenvolvimento Local e Rural
Revisão do orçamento municipal	Edifícios Sociais (ampliação e novos)	Garantir acessibilidades para combate à desertificação	Preservar tradições
Campanha de sensibilização a empresas	Ampliação de ERPI		Apoiar comércio de produtos locais
Apoio na formulação de candidaturas a Fundos Comunitários	Novas unidades de Creche	Requalificação de espaços existentes (edifícios, pisos, balneários, ...)	Apoiar a empresários rurais
Gabinete de apoio a IPSS e Associações	Atratividade Jovem		
	Habitação a custos controlados		

DESPORTO

Apoio Financeiro insuficiente	Falta de edifício Sede	Qualidade de espaços desportivos
Patrocinadores Investidores	Ocupação de edifícios devolutos	Pavilhão multiusos interfreguesias (zona alta do concelho)
Novos Sócios		Requalificação de espaços ribeirinhos (pesca desportiva)
Formação de dirigentes associativos		Requalificação de espaços existentes (edifícios, pisos, balneários, ...)
Gabinete de apoio a associações		

5.6. Empresários

Face à impossibilidade de promover reuniões presenciais com os empresários do município e reconhecendo-se a importância do contributo que estes podem dar para a revisão do PDM, entendeu-se realizar um inquérito, dando a possibilidade de os empresários se manifestarem.

Com este inquérito pretende-se indagar se no concelho há facilidade na aquisição de lotes industriais, o que pensam relativamente à localização das zonas industriais (Z.I.) e qual a opinião relativamente aos preços praticados. Por outro lado, foram colocadas outras questões com o objetivo de avaliar as necessidades de ampliação das atuais unidades, qual a área média adequada para a criação de novos lotes e quais as valências de apoio às Z.I. a considerar.

As questões colocadas foram:

1 - Considera que no município de Vale de Cambra existe facilidade na aquisição de lotes industriais?

2 - Considera a localização das Zonas Industriais adequada?

3 - Como classifica os preços dos terrenos industriais no município de Vale de Cambra?

4 - Prevê a necessidade de ampliação da sua área produtiva/administrativa?

5 - Qual a área média que acha adequada para novos lotes?

6 - Dentro das zonas industriais quais as valências de utilização coletiva de apoio que considera prioritárias?

7 - Identifique o que considera serem os maiores entraves ao desenvolvimento económico do setor e de que forma se podem superar, equacionando o problema desde a aquisição da matéria-prima, acessibilidades, escoamento de produtos e, ainda, referindo a facilidade/dificuldade em recrutar/manter a mão-de-obra. Qual a formação que considera adequada para o setor e que condições devem ser disponibilizadas à família no horário laboral?

Foram obtidas 29 respostas, das quais foi possível tirar as seguintes conclusões:

1 - Do universo das respostas dadas, 65,5% dos empresários referiram haver dificuldade na aquisição de lotes industriais, e apenas 6,9% referiram a facilidade de adquirir lotes industriais. Os restantes 27,6% referiram não ter opinião sobre o assunto;

2 - Quanto à localização das Z.I. a opinião dos empresários é bastante satisfatória, pois, 65,5% referem que a localização das Z.I. é adequada, enquanto que 27,6% considera a localização pouco adequada. Os restantes 6,9% não tem opinião sobre o assunto;

3 - Sobre a questão dos preços praticados na aquisição de lotes ou terrenos qualificados como industriais, há a forte convicção de que estes são caros (69,0%). 20,7% referem que os terrenos são acessíveis, havendo uma pequena franja que referem que estes são baratos (3,4%). 6,9% não responderam a esta questão;

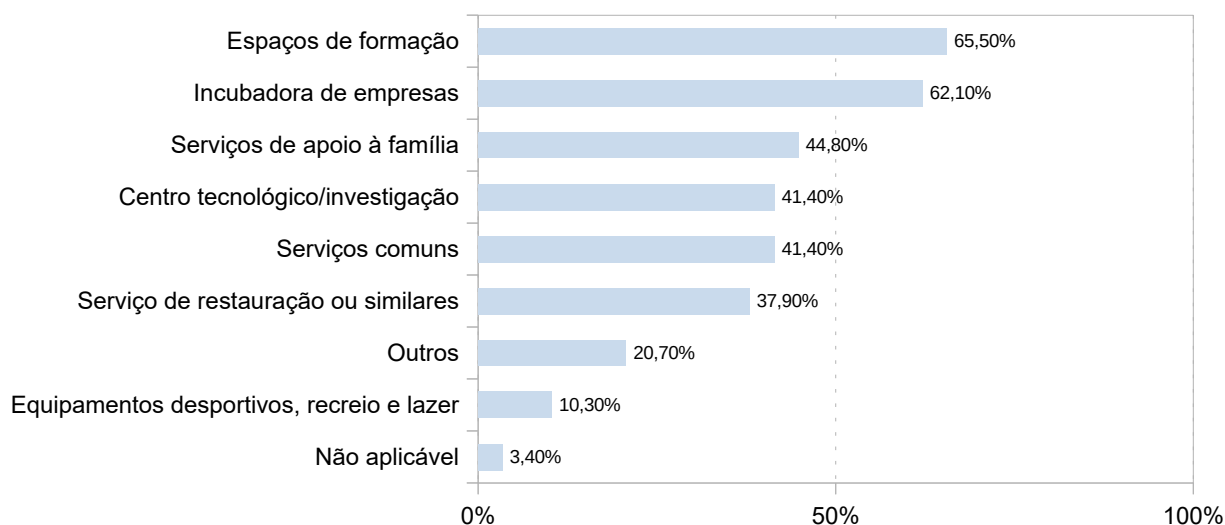
4 - É significativa a percentagem de empresários que consideram haver necessidade de ampliação das suas instalações (79,3%), enquanto que 17,2% dos empresários referem não ter necessidade de ampliar as suas instalações; 3,4% não responderam a esta questão;

5 - A dimensão dos lotes deve ser diversificada, pois, há procura para lotes que variam desde os 2 000 m² até aos 10 000 m². Verifica-se, ainda, que a área média do lote mais procurado é de 5 000 m² e, pontualmente, verifica-se a necessidade de lotes que podem ir até aos 20 000 m². Os

empresários fazem a recomendação de, nos loteamentos industriais, ser permitida a junção de vários lotes, como forma de fazer face às necessidades de aumento das instalações.

6 - Como valências de utilização coletiva de apoio à indústria foi referida a importância dos espaços de formação (65,5%), a construção de uma incubadora (62,1%), os serviços de apoio à família (44,8%), a construção de um centro tecnológico e os serviços comuns (ambos com 41,4%), não menos importantes, os serviços de restauração (37,9%) e com menos expressividade, também foram referidos os equipamentos desportivos (10,3%).

Gráfico n.º 1 - Valências de utilização coletiva de apoio às Z.I.



7 – Na pergunta de resposta aberta, o maior entrave identificado, relativo ao desenvolvimento económico do setor, foi a dificuldade em recrutar e manter mão-de-obra, quer qualificada, quer especializada, para o tipo de indústria predominante no Concelho, a metalomecânica (soldadores, serralheiros, desenhadors/projetistas, operadores de máquinas tipo CNC, etc). De modo a contornar esta situação, foi recomendada a melhoria e especialização da formação prestada pela Escola Tecnológica, de modo a ir de encontro à colmatação das carências do setor, tornando-a atraente, eficiente e competitiva. Em segunda instância, foi mencionada a importância da melhoria das acessibilidades, para receber as matérias-primas e escoar os produtos.

5.7. Criação de Boletim Informativo

No recurso do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra, foi desenvolvido, pela equipa responsável da revisão do Plano, um boletim informativo cuja distribuição coincidia com a realização das reuniões da Assembleia Municipal. Este boletim informativo teve essencialmente dois objetivos:

→ O objetivo principal desta iniciativa destinou-se essencialmente à sensibilização dos Municípios para o processo de revisão do PDM, mantendo a população em geral informada das ações que iam sendo desenvolvidas no decorrer da execução do Plano. Em suma, estes boletins apresentam uma agenda descrevendo as diferentes ações que tinham sido e iriam ser desenvolvidas num certo período de tempo. Esta iniciativa, à semelhança de outras, destinou-se ainda a promover a transparência e participação pública no decurso da realização do processo de revisão do PDM.

→ Outro objetivo foi informar e fazer um ponto de situação em conjunto com os órgãos colegiais constituintes da Assembleia Municipal que, na generalidade se reuniram de 3 em 3 meses. Desta forma foi possível a este órgão estar sempre ocorrente, não só das iniciativas que a equipa técnica responsável pelo PDM tomava, como também, das opções que iam sendo tomadas pelo executivo.

Após a publicação de cada boletim, estes foram distribuídos pelas diferentes sedes das juntas de freguesia, assim como pelas instalações da CM, entre outros equipamentos municipais e locais de relevância.

6. EIXOS ESTRATÉGICOS

A definição dos eixos estratégicos do PDM de Vale de Cambra decorrem do diagnóstico prospetivo, assim como da visão para o concelho de Vale de Cambra tornando-o atrativo para viver, visitar e investir.

Assente na valorização do território e na sua promoção, quer através da qualificação dos seus aglomerados rurais, da valorização dos seus produtos endógenos ou das suas condições naturais, destaca-se a paisagem, a criação de condições para o desenvolvimento e fixação de indústria inovadora e competitiva, a afirmação de um turismo sustentável, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e, também, a criação de um quadro habitacional competitivo disponibilizando habitação de qualidade e habitação a custos controlados acessível a todos.

Deste modo, a visão para o município é a seguinte:

O Município de Vale de Cambra pretende alcançar um nível de desenvolvimento sustentável e harmonioso em consonância com os seus recursos, potencialidades e equilíbrio ambiental, proporcionando aos Valecambrenses, e demais habitantes, um nível de qualidade de vida elevado, através da superação dos desafios identificados e da competitividade e diversificação da sua base económica, assente no conhecimento e na inovação.

O processo para a concretização dos objetivos aprovados pelo Executivo Municipal, tendo como meta a visão pretendida, compreendeu as seguintes etapas:

1. Políticas, programas e planos de hierarquia superior, que possibilitaram a identificação de 7 áreas temáticas consideradas prioritárias: ambiente, economia circular, mobilidade, turismo, habitação, indústria e cultura;

2. Questões estratégicas identificadas no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), traduzem linhas de força para o desenvolvimento territorial de Vale de Cambra:

- Ordenamento do território e qualificação urbana;
- Dinamização económica local/qualificação, inovação e competitividade;
- Qualificação das acessibilidades e promoção da mobilidade urbana sustentável;
- Desenvolvimento do potencial turístico/proteção e qualificação do património concelhio;
- Promoção da sustentabilidade na gestão dos recursos endógenos.

3. Diagnóstico prospetivo do concelho que compreendeu uma análise dos cenários de desenvolvimento dos PDM's anteriores, das tendências de desenvolvimento e, por fim, identificou os principais pontos fortes e fracos, as oportunidades, bem como as ameaças.

4. Contributos recolhidos nas ações de participação pública, envolvendo todos os munícipes, associações locais, IPSS, empresários e juntas de freguesia, com o objetivo de proceder à recolha de contributos que permitam enriquecer o diagnóstico feito para o concelho e, em simultâneo, identificar oportunidades e de que forma estas se podem materializar em propostas.

Após a articulação das etapas referidas, foram definidos **5 Eixos Estratégicos** que revelam as prioridades a concretizar na execução do plano:

Eixo 1 – Consolidação das áreas urbanas e revitalização das áreas rurais;

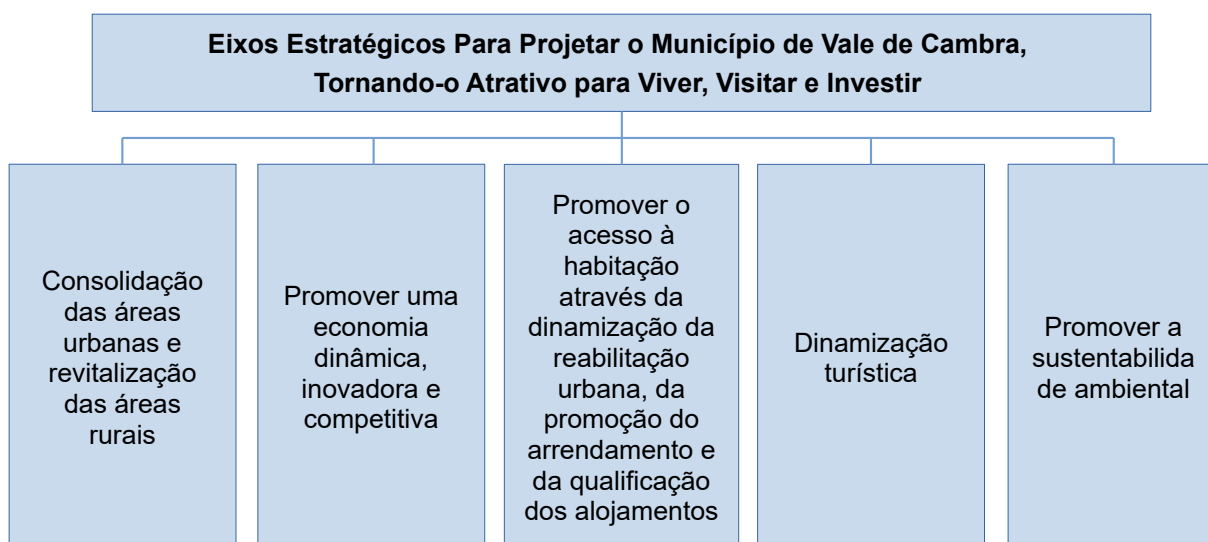
Eixo 2 – Promover uma economia dinâmica, inovadora e competitiva;

Eixo 3 – Promover o acesso à habitação através da dinamização da reabilitação urbana, da promoção do arrendamento e da qualificação dos alojamentos;

Eixo 4 – Dinamização turística;

Eixo 5 – Promover a sustentabilidade ambiental.

Diagrama n.º 4 - Eixos Estratégicos



A concretização dos eixos proporcionam a finalidade indireta de contrariar a desertificação do interior, o envelhecimento ativo.

Com a definição destes eixos estratégicos pretende-se identificar as áreas mais relevantes para o concelho onde é necessário intervir, quer para suprir falhas e induzir dinamismo quer, para reforçar a manutenção de políticas, quando estas estão a produzir resultados positivos.

As áreas identificadas, de uma forma abrangente, para todo o município, variam desde o ambiente, até às questões sociais, passando pelo turismo, economia, habitação e coesão territorial.

Para a concretização do **Eixo 1 – consolidação das áreas urbanas e revitalização das áreas rurais** – é necessário que se proceda à requalificação e expansão da rede de equipamentos culturais e dinamização de eventos, se reforcem os níveis de coesão social e territorial, se contrariem as dinâmicas de despovoamento e perda de importância dos territórios rurais, sendo crucial que se proceda à melhoria e beneficiação da rede viária municipal e nacional. No que concerne à rede viária nacional é urgente a beneficiação da EN(d)224-1 e da ER227 e a criação de um novo acesso à A32, a partir da via Lordelo/Codal.

Este eixo contempla ainda a melhoria global das redes de infraestruturas, num esforço na continuação de dotação de todos os aglomerados com água e saneamento e na aposta do aumento da rede de equipamentos e serviços públicos de utilização coletiva, nomeadamente de solidariedade social, educação e desporto, garantindo a cobertura e o acesso a todos. A concretização deste eixo justifica a definição de UOPG na identificação de áreas a sujeitar à elaboração de Planos de Pormenor e Planos de Urbanização.

Apresentando o concelho de Vale de Cambra uma grande dinâmica no setor industrial e sendo este um dos pilares da estratégia municipal, é fundamental manter essa dinâmica e, se possível, potenciá-la, o que se pretende, seja conseguido com a definição e concretização do **Eixo 2 – promover uma economia dinâmica, inovadora e competitiva** – sendo necessário implementar loteamentos industriais, a promover por particulares e, em complemento, o município disponibilizar espaços qualificados de acolhimento empresarial. Paralelamente, urge que se proceda à qualificação dos espaços industriais existentes, no que se refere aos espaços exteriores e acessibilidades, com especial destaque para o acesso feito para a Zona Industrial do Rossio a partir da via designada por “acesso de Algeriz a Vila Cova do Perrinho”, criando condições para aceder rapidamente à rede viária nacional.

Para manter esta dinâmica em crescimento contínuo devem ser criadas condições, em simultâneo, que favoreçam o aparecimento e instalação de equipamentos e serviços de apoio ao setor industrial, nomeadamente ao nível da restauração, da hotelaria, espaços de formação, rede

de transportes e outros. Enveredar por esta via significa, também, a promoção e dinamização do comércio e serviços, que apresentam algum défice no concelho.

A par destas iniciativas justifica-se o desenvolvimento de redes de parceria entre empresas e entre estas e outras instituições, permitindo a criação de novos empregos, a qualificação dos colaboradores e a integração profissional.

Para o sucesso deste eixo, e de uma forma transversal a todos os eixos, é importante reter que, presentemente, no concelho, não está assegurada a substituição de gerações, o que, se traduzirá em falta de mão-de-obra, devendo ser tomadas medidas urgentes a curto prazo, caso contrário, podemos assistir ao encerramento de empresas, ou à sua deslocalização para outros municípios.

Ao nível florestal, e tendo em conta o peso deste setor na economia local e a grande área que ocupa, justifica-se que se tomem medidas que o potenciem através de uma adequada gestão florestal, o que poderá passar pela promoção do reflorestamento em espaços florestais de produção.

Através do **Eixo 3 – promover o acesso à habitação através da dinamização da reabilitação urbana, da promoção do arrendamento e da qualificação dos alojamentos** – pretende-se abordar a temática da habitação, reabilitação e, a questão sensível da inclusão social. Apesar de termos assistido a um aumento de alojamentos no concelho, existem muitas debilidades que devem ser equacionadas e ser objeto de políticas municipais prioritárias e na continuidade do presente trabalho.

A atuação neste setor exige medidas concretas e orientadas para a área da reabilitação e qualificação urbanística do edificado, quer este seja privado, assegurando o acesso a uma habitação condigna a todas as famílias, quer se trate de equipamentos e espaços públicos, devendo a prioridade incidir na dinamização deste mercado através do incentivo à construção de habitação a custos controlados, da adequação da oferta habitacional à procura e da construção de habitação com qualidade, promovendo o aumento da eficiência energética.

Sendo o mercado de arrendamento inexistente em Vale de Cambra, este deve ser promovido através da integração dos edifícios reabilitados e fogos devolutos numa política de habitação acessível, contribuindo para fazer face a este défice o património não habitacional e devoluto do Estado e do Município depois de reconvertido e reabilitado.

A criação de uma base de dados em permanente atualização é fundamental para o conhecimento das situações de grave carência habitacional e da promoção da inclusão social.

Como recurso e em prol do setor, não se deve excluir a sistematização de vistorias ao estado de conservação do edificado, com notificação aos proprietários para a necessidade de obras de manutenção e, quando imprescindível, realização de obras coercivas.

Este trabalho já foi iniciado com a elaboração das Operações de Reabilitação Urbana (ORU) da cidade de Vale de Cambra e da vila de Macieira de Cambra, no entanto, deve dar-se continuidade com a delimitação faseada de mais Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), sendo urgente a Elaboração da Estratégia de Habitação (ELH).

Sendo o turismo um dos pilares que sustenta a estratégia municipal, a definição de um eixo associado a esta temática é fundamental, **Eixo 4 – dinamização turística** – através do qual, e em complementos ao Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico, se defendem várias valências.

A primeira valência em que se deve investir é no reforço do posicionamento do Município de Vale de Cambra no projeto “Montanhas Mágicas” e no incentivo da sua divulgação e, por consequência, no projeto “O Vale Mágico”, uma vez que são as apostas atuais do Executivo Municipal.

Outra das valências está associada ao desenvolvimento de produtos turísticos sustentáveis e captação de novos visitantes, sendo necessário o desenvolvimento de projetos associados à revitalização e dinamização dos centros rurais, da preservação das tradições e cultura rural e da valorização dos produtos endógenos, gastronomia e vinhos, sendo vital, à sua concretização, o apoio ao comércio de produtos locais, através de incentivos à produção e sua comercialização de proximidade.

A preservação e valorização das áreas naturais de maior valor ecológico, associada à qualificação da paisagem e do património histórico e cultural, constitui, sem dúvida, uma oferta turística de promoção dos recursos materiais e imateriais, mas que exige, previamente, a construção de infraestruturas de apoio, com destaque para a criação de roteiros e percursos temáticos, sua sinalização e valorização das praias fluviais.

Todas as ações associadas ao turismo, devem ser objeto de um plano de divulgação e de marketing turístico, que passa pelo recurso às novas tecnologias, como garantia do sucesso desta estratégia municipal.

Estruturante, no contexto contemporâneo, é a definição do **Eixo 5 – Promover a sustentabilidade ambiental** – onde, as questões a equacionar estão para lá das preocupações de utilização dos recursos naturais de uma forma sustentável. Existem novos desafios prementes, que vão desde as metas que Portugal se propõe atingir ao nível da neutralidade carbónica, das

alterações climáticas que poderão ter como principal origem as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), passando pela promoção da economia circular ou, ainda, por questões de transportes alternativos.

Nesse sentido, importa desenvolver medidas de abordagem do aproveitamento dos recursos hídricos, enquanto sistema ecológico fundamental, proteção e conservação dos ecossistemas de maior fragilidade, nomeadamente os habitats de flora e fauna e melhoria do ambiente urbano, considerando a qualidade do ar, o ruído, espaços verdes e qualificação dos espaços públicos. A abordagem de dinâmicas de ocupação do uso, proteção e valorização do solo, associada à vulnerabilidade do território municipal aos riscos naturais, é crucial e exige, de igual forma, medidas adequadas.

Os espaços florestais como suporte dos ecossistemas e numa perspetiva multifuncional devem assumir carácter estratégico no ordenamento do território promovendo uma política e gestão sustentáveis. Para isso, deve ser garantida a preservação adequada dos recursos florestais e respetivas funções, em simultâneo na adoção de incentivos que facilitem os mecanismos de defesa da floresta contra incêndios e, por sua vez permitam a contenção do fenómeno da desertificação.

Sendo o aquecimento global uma realidade e uma preocupação mundial, importa saber quais as medidas a adotar a nível local, capazes de contribuir para a minimização deste problema, ou seja, nesta área, as ações de mitigação do Município devem equacionar a redução das fontes de emissão de GEE, implementando as opções de adaptação para fazer face às vulnerabilidades identificadas na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Esta estratégia passa pela redução da utilização dos combustíveis fósseis, promovendo a utilização de fontes de energia renováveis, pela promoção de ações de (re)arborização com espécies autóctones, da utilização de variedades que resistam à seca, conservação dos recursos hídricos, promovendo sistemas de reutilização de água, ou ainda, através da modificação da rotação de culturas, entre outras medidas.

O contributo de Vale de Cambra para atingir o valor nulo de emissões líquidas de GEE, exige que se tomem medidas imediatas nos setores da indústria, transportes e mobilidade, floresta e resíduos. Ao nível da indústria, os empresários devem ser sensibilizados para as vantagens da modernização da estrutura de produção; nos transportes, a opção pela mobilidade planeada deve ser assumida politicamente, retirando importância ao automóvel individual, incentivando o uso de transporte público coletivo e a partilha de transportes, de preferência elétricos, enquanto, paralelamente se devem promover os projetos que favoreçam a multimodalidade e a mobilidades

por modos suaves; a adoção de medidas pela economia circular e de medidas de combate a incêndios florestais constituirão um grande contributo para a diminuição de GEE.

O sucesso deste percurso passa pela sensibilização e cativação da população para esta nova cultura, desenvolvendo formas inovadoras de garantir o total envolvimento das famílias, das crianças e dos jovens no desenvolvimento destas políticas, e pela implementação de instrumentos já desenvolvidos, quer pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) quer pelo Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), redesenhando o espaço urbano e criando dinâmicas de continuidade.

O Quadro n.º 5 apresenta os objetivos estratégicos para cada eixo estratégico definido.

Quadro n.º 5 – Objetivos de concretização de cada um dos eixos estratégicos

Consolidação das áreas urbanas e revitalização das áreas rurais	→ Promover a melhoria das acessibilidades viárias aproximando o interior à sede de concelho e este com os concelhos vizinhos; → Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades. → Contrariar a desertificação do interior do concelho, promovendo e qualificando os seus aglomerados induzindo dinâmicas de desenvolvimento.
Promover uma economia dinâmica, inovadora e competitiva	→ Reforçar e qualificar a oferta de espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo com especial incidência na localização e relocalização industrial.
Promover o acesso à habitação através da dinamização da reabilitação urbana, da promoção do arrendamento e da qualificação dos alojamentos	→ Promover uma estratégia local de habitação ajustada às necessidades da população e à realidade do mercado imobiliário;
Dinamização turística	→ Promover o potencial turístico do Município, tendo por base os recursos endógenos do concelho; → Valorizar o património cultural e natural enquanto motores de desenvolvimento, socioeconómico.
Promover a sustentabilidade ambiental	→ Promover a adaptação às alterações climáticas, através do aumento da resiliência do território, aos efeitos das mesmas; → Incentivar a neutralidade carbónica; → Promover a Mobilidade Urbana Sustentável e Acessibilidade com foco nas Pessoas; → Promover a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, com enfoque na floresta.

CAPÍTULO II

MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

1. INTRODUÇÃO

O planeamento de âmbito municipal, de acordo com o PNPOT, tem como objetivo definir modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num quadro estratégico de desenvolvimento municipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional e regional.

Tendo em conta o papel que o PDM desempenha no sistema de gestão territorial deverá este ter um conteúdo estratégico reforçado, limitando os conteúdos regulamentares de alguma rigidez e de fraca dinâmica, pelo que compete ao município promover a dinâmica de planeamento e assegurar uma gestão ativa e adaptada ao território municipal.

O PNPOT, nas suas diretrizes de coordenação e articulação para os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial e para regulamentos municipais.

Por outro lado, as orientações de carácter estratégico, relativas ao uso do solo, devem incluir as que decorrem de Planos Especiais e Planos Setoriais, sendo preponderante a articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios, com preponderância para a monitorização de incêndios florestais com deteção automática de incêndios emergentes e alerta de primeira resposta instantânea.

Por sua vez, o Modelo Territorial, no que se refere às diretrizes de conteúdo, previstas no PNPOT, considera que os PDM são determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial, quer pelo seu âmbito territorial quer pela sua índole estratégica, de onde destacamos:

- A explicitação da estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado para o município, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais, regionais, bem como as orientações específicas de natureza setorial e especial

aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas;

- Identificação de carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes;
- O reforço das dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais;
- A identificação de medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de perímetros urbanos, de aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas;
- A delimitação das áreas de suscetibilidades a perigos e de riscos, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definição de medidas de precaução, prevenção adaptação e redução da exposição a riscos;
- O desenvolvimento de abordagens e integração de estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade;
- A travagem da artificialização do solo, a adequação da extensão do solo urbano, promoção da regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, a restrição a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico;
- A definição de modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade;
- Considerar a paisagem e a arquitetura como recurso com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

Com o Modelo de Organização Espacial pretende-se demonstrar o compromisso de organização estabelecido com o território, tendo como ponto de partida a estratégia de desenvolvimento municipal, as questões estratégicas identificadas no relatório de Fatores Críticos para a Decisão, definido-se estas, a par de questões ambientais e de sustentabilidade, como desafios críticos para a definição de políticas e tomada de decisão.

2. CONFORMIDADE DO PDM COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

O modelo de planeamento em Portugal assenta num sistema de gestão territorial que se organiza num quadro de interação coordenada que se reconduz aos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, sendo a política de solos, de ordenamento do território e de urbanismo desenvolvida através de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT): Programas e Planos.

Neste sistema de gestão territorial os programas correspondem a Instrumentos de natureza estratégica e programática (PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, PS – programas setoriais, PE- programas especiais, PR- programas regionais, PI- programas intermunicipais), correspondendo os planos aos Instrumentos de natureza operacional e regulamentar - (PDM- plano diretor municipal, PU- planos de urbanização, PP- plano de pormenor).

De acordo com o n.º 6 do artigo 44º da Lei de Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo “sempre que entre em vigor um programa territorial de âmbito nacional ou regional, é obrigatória a alteração ou atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, que com ele não sejam compatíveis (...)”, daí a importância da necessidade de proceder a um levantamento exaustivo desse quadro de referência.

No concelho de Vale de Cambra encontram-se em vigor IGT, de âmbito nacional, regional e municipal, que se encontram traduzidos no esquema seguinte e, cujas orientações e regras foram integradas no presente Plano.



Para além dos IGT apresentados, encontram-se em vigor:

No âmbito Regional,

→ Estratégia da Área Metropolitana do Porto 2020.

No âmbito municipal,

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico;
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Macieira de Cambra;
- Operação de Reabilitação Urbana da cidade de Vale de Cambra.

3. CONDICIONANTES DE ORDEM SUPERIOR

3.1. Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) foi instituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 451/82, de 16 de novembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, precedido da primeira alteração pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, aprovando o regime jurídico da mesma.

Segundo este Decreto-Lei, a RAN “constitui um instrumento de disponibilização do solo agrícola para os agricultores e contribui para a fixação da população ativa na agricultura, para a valorização da paisagem, para o melhoramento da estrutura fundiária e para o fomento da agricultura familiar” (n.º 1 do artigo 5.º) para, assim, defender e proteger as áreas de maior aptidão agrícola e garantir-lhe a sua afetação, por forma a poder contribuir para o pleno desenvolvimento da agricultura e para o correto ordenamento do território.

No âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vale de Cambra verificou-se a necessidade de se proceder à redelimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), uma vez que o território está em constante transformação e estão disponíveis novos recursos para se proceder a esta redelimitação de modo a retratar a realidade o mais fidedignamente possível.

Desta forma, e segundo as orientações fornecidas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), em consonância com a equipa de revisão do PDM, e atendendo ao conteúdo do Decreto referido, foi elaborada uma proposta de redelimitação da RAN, submetida para apreciação e alvo de posterior aprovação.

Assim, a proposta justifica-se devido, essencialmente, a correções decorrentes da transposição cartográfica (limites de cadastro, acidentes topográficos, traçado das vias), bem como a acertos, colmatação e expansão de área urbana. Nesta, encontram-se assinaladas as áreas com maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas, segundo os critérios já referidos, salvaguardando, quando possível, o pleno desenvolvimento da agricultura e o correto ordenamento do território que se pretende com a revisão do PDM.

Visa-se dar pleno e eficaz aproveitamento aos solos com maiores potencialidades para a agricultura e a sua inserção em explorações agrícolas bem dimensionadas.

No município de Vale de Cambra as áreas de RAN são predominantes a Nascente (zona do Vale) e Poente (interior) do concelho, sempre adjacentes a pequenos núcleos rurais.

Assim, nos solos considerados RAN, não poderão ser levadas a efeito quaisquer ações que conduzam à utilização desse solo para fins não agrícolas, sendo, ao mesmo tempo, áreas *non aedificandi*¹, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural. As ações interditas nestes solos, bem como a sua utilização para outros fins, estão descritas no artigo 21.º e no artigo 22.º, do Capítulo V, do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, respetivamente, sempre dependente de um parecer favorável.

A área total proposta para a RAN Final é de 2086,93 hectares, representando um acréscimo de aproximadamente 78,83 hectares em comparação com a RAN atualmente em vigor. Destaca-se que a percentagem de RAN em relação à área total do concelho é de aproximadamente 14%.

3.2. Aproveitamento Hidroagrícola de Burgães

No concelho de Vale de Cambra existe a Obra de Aproveitamento Hidroagrícola de Burgães (AHB), vulgarmente designada por Perímetro de Rega de Burgães, situa-se entre o rio Caima e o rio Viques, nas freguesias de São Pedro de Castelões, Rôge, Macieira de Cambra e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (no lugar de Vila Chã).

A infraestrutura foi pensada para fins de rega e, de acordo com as condições edafoclimáticas da região, a forma de exploração agropecuária era a que melhor se enquadrava.

Constituem infraestruturas essenciais do AHB a Barragem do Eng.º Duarte Pacheco e o dique misto. Esta infraestrutura conta com dois Açudes e respetivos canais principais de rega, o Canal nº1 ou Canal de Baixo com 4300m de extensão e o Canal n.º 2 ou Canal de Cima ou Levada Velha, com uma extensão de 8100m, que tem origem no açude localizado a jusante da Barragem e a montante do Canal nº1.

No âmbito da revisão do PDM de Vale de Cambra e tendo presente que na década da vigência do PDM em vigor ocorreram alterações substanciais à área beneficiada pelo AHB, o DGADR procedeu à nova delimitação da área beneficiada pelo Aproveitamento, da qual resultou um novo limite superiormente aprovado que consta da cartografia do PDM em revisão. Esta nova delimitação da área beneficiada pelo AHB ocorreu a par da nova delimitação da RAN, da qual resultará a carta da RAN da revisão do PDM.

Tendo em conta a importância da agricultura de auto-consumo e de lazer e como forma de fomentar a autossuficiência alimentar, deveria estrategicamente, repensar-se o papel do AHB na promoção de uma cidade mais verde e ambientalmente sustentável.

¹ Áreas em que não são permitidas edificações.

Nos solos incluídos no Perímetro de Rega de Burgães, qualquer tipo de intervenção está sujeita a parecer do DGADR e nas áreas incluídas em Reserva Agrícola Nacional ao parecer daquela entidade e da Comissão Regional da Reserva Agrícola.

3.3. Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi instituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 321/83, de 7 de maio, e veio “salvaguardar, em determinadas áreas, a estrutura biofísica necessária para que se possa realizar a exploração dos recursos e a utilização do território sem que sejam degradadas determinadas circunstâncias e capacidades de que dependem a estabilidade e fertilidade das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais”. Este decreto foi posteriormente atualizado pelos Decretos-Leis n.ºs 93/90, de 19 de março, 213/92, de 12 de outubro, e 180/2006, de 6 de setembro.

Mas foi o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto que aprovou o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março), que incorporou alterações significativas em matéria de objetivação dos conceitos, de agilização e simplificação dos procedimentos administrativos, bem como de partilha de competências e de responsabilidades entre as entidades intervenientes aos níveis nacional, regional e municipal. Foi, também, a partir dessas alterações, introduzidas em 2008, que passou a estar previsto que, daí em diante, as delimitações da REN deveriam obedecer às Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional (OENR). Este decreto foi, também ele, posteriormente atualizado pelos Decretos-Leis n.ºs 239/2012, de 2 de novembro, 96/2013, de 19 de julho, e 80/2015, de 14 de maio e 124/2019 de 28 de agosto.

Segundo o Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, “a REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pela sensibilidade, função e valor ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial” e “visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território” (n.ºs 1 e 3, artigo 2.º, capítulo I).

Desta forma, a REN representa uma figura de ordenamento do território integrada no PDM, cuja delimitação no concelho de Vale de Cambra se revela fundamental ao equilíbrio ecológico concelhio, integrando-se na programação dos trabalhos de Revisão do PDM.

3.4. Plano Rodoviário Nacional

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), publicado através do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado

pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, define a Rede Rodoviária Nacional (RRN), por sua vez constituída pela Rede Nacional Fundamental e pela Rede Nacional Complementar.

Segundo as Infraestruturas de Portugal (IP), de acordo com o PRN, o concelho de Vale de Cambra é servido pelos seguintes troços de estrada existentes sob sua jurisdição:

Rede Rodoviária Nacional (RRN) - Rede Nacional Complementar - Estradas Nacionais

→ EN224, entre Vale de Cambra (rotunda oval) e o limite do concelho de Oliveira de Azeméis.

Estradas Regionais

→ ER227, entre o limite do concelho de Oliveira de Azeméis e o Distrito de Viseu, à exceção do troço se encontra sob gestão da Câmara Municipal de Vale de Cambra (Auto de Transferência homologado em 27-10-2016).

Estradas Nacionais Desclassificadas

→ EN(d)224, entre o limite do concelho de Arouca e Vale de Cambra (centro urbano);

→ EN(d)224-1, entre limite do concelho de Arouca e o limite do concelho de Oliveira de Azeméis;

→ EN(d)328, entre a Rotunda entre Pontes (km 2,100) e o limite do concelho de Sever do Vouga (km 8,325).

Para além das estradas nacionais desclassificadas acima mencionadas, que apesar de se encontrarem desclassificadas pelo PRN se mantêm sob jurisdição das IP, existem outros lanços de estradas nacionais desclassificadas que se encontram integrados na rede municipal, tendo sido celebrados os devidos protocolos entre a Câmara Municipal e, na altura, o Instituto de Estradas de Portugal (IEP).

Neste âmbito, foram integradas na rede municipal do concelho de Vale de Cambra, nos termos do artigo 166 do Estatuto das Estradas Nacionais, os seguintes lanços:

→ EN(d)224 entre o km 51.833 e o km 53.544, (incluindo a beneficiação de extensão total de 1.711km);

→ EN(d)238 entre o km 0.000 (na intersecção com a EN224) e o km 2.100, (incluindo a beneficiação do troço entre o km 0.600 e o km 2.100);

→ ER(d) 227 entre o km 9.680 e o km 13.680, correspondente à travessia da sede do concelho numa extensão global de 5.589km;

→ EN(d)227-2 entre o km 0.000 e o km 0.550;

→ EN(d)224-3 entre o km 18.278 e o km 18.987.

3.5. Património Cultural

O património cultural imóvel, de acordo com a Direção-Geral do Património Cultural trata-se de “bens imóveis que assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. São bens que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura.” Deste modo, devem ser preservados e salvaguardados, garantindo a sua perpetuação no tempo.

Todo o Património cultural presente no território de Vale de Cambra encontra-se identificado, georreferenciado e inventariado por técnico especializado em Arqueologia, resultando num relatório específico que acompanha a revisão do PDM. Esta inventariação resultou de uma metodologia assente na pesquisa e seleção de informação documental existente sobre o concelho.

O património cultural integra o Património Classificado e Património Cultural inventariado arquitetónico e arqueológico.

A principal legislação aplicada ao património arquitetónico e arqueológico é a seguinte:

- Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural — Lei 107/2001, de 8 de setembro.
- Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda - Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro.
- Regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal — Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho.
- Regulamento de Trabalhos Arqueológicos — Decreto-lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.
- Regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) — Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março.

3.6. Sítio da Rede Natura – Serras da Freita e Arada

Ao abrigo da Diretiva 79/409/CEE do Concelho, de 2 de abril de 1979 (diretiva das aves) - revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro – e da Diretiva 92/43/CEE (diretiva de habitats) forma-se uma rede comunitária composta por locais de elevado valor ecológico.

Este instrumento deriva de uma política definida pela União Europeia fundamental no que concerne à conservação da natureza e da biodiversidade, em meio terrestre ou marinho, como resposta às crescentes ameaças sobre as espécies e habitats.

A seleção e classificação assenta em critérios científicos, mas também pelos seus valores de universalidade e excecionalidade, ecológicos, sociais e cénicos, num processo entre os Estados Membros e a Comissão Europeia.

A Comissão Europeia define um conjunto de sítios de interesse comunitário (SIC) e, os Estados Membros podem apresentar dois tipos de classificação, designadamente Zonas Especiais de Proteção (ZEP) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC).

O Sítio Serras da Freita e Arada – PTCON0047 - classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de julho, abrange os concelhos de Vale de Cambra, São Pedro do Sul, Castro Daire e Arouca, numa área de 28 659ha.

A classificação tem como objetivo conservar e preservar os habitats e espécies incluídas, nesse sentido foi atribuído ao SIC Serras da Freita e Arada a classificação de ZEC, conforme o disposto no Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março, assegurando as medidas de salvaguarda e medidas complementares de conservação, vinculando as entidades públicas e privada, tendo em vista a conservação da natureza e biodiversidade.

A área classificada no concelho de Vale de Cambra apresenta uma área de 3046ha (21% da área classificada), abrangendo as freguesias de Arões, Cepelos, Macieira de Cambra e Rôge.

Neste Sítio encontram-se cartografados 23 habitats naturais e seminaturais, bem como as espécies de fauna e flora, identificados na Diretiva Habitats (92/43/CEE), dos quais 4 habitats são prioritários. Prevê-se a ocorrência de diversas espécies raras, nomeadamente comunidades turfosas permanentes, charnecas húmidas de *Erica tetralix* e *Ulex minor*, bem como os bosques nas margens dos rios constituídos por *Alnus glutinosa*, *Quercus robur* e/ou *Quercus pyrenaica* e *Ilex aquifolium*. Ainda de referir a presença de *Ulex europaeus* subsp. *Latebracteatus*, *Ulex minor* e a vegetação casmofítica em rochas siliciosas.

3.7. Conformidade do Plano com a Rede Natura 2000

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) passou a ser constituído como um IGT após a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, resultante da implementação das Diretivas europeias n.º 79/409/CEE, de 2 de abril (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE, de 21 de maio (Diretiva Habitats).

O PSRN 2000 visa a salvaguarda e valorização ambiental das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e das Zonas de Proteção Especial (ZPE) do continente português, bem como a manutenção dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens integrados nesses espaços.

Na sua essência, o PSRN 2000 é um instrumento para a gestão da biodiversidade e vincula as entidades públicas às suas orientações estratégicas e normas programáticas, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos territoriais (PT) e nos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), regendo-se pelos objetivos pelo qual o PSRN 2000 foi elaborado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de junho, sendo eles:

1. “Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE;
2. Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
3. Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nas ZPE; – Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
4. Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
5. Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
6. Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.”.

No concelho de Vale de Cambra o PSRN 2000 é referente à ZEC PTCON0047 Serras da Freita e Arada.

O presente relatório, visa dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 que estipula a metodologia a utilizar para a ponderação e a integração dos valores naturais do PSRN 2000, existentes no concelho de Vale de Cambra, de forma a verificar a compatibilidade da proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra com os objetivos definidos no referido Plano Sectorial.

3.7.1. Elaboração da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal

3.7.1.1. Metodologia

No quadro n.º 1 são identificadas as situações aplicáveis ao Município e a sua compatibilização com a proposta de revisão do PDM de Vale de Cambra.

Quadro n.º 6 – Metodologia de integração dos valores naturais do PSRN 2000 na 2.ª revisão do PDM de Vale de Cambra

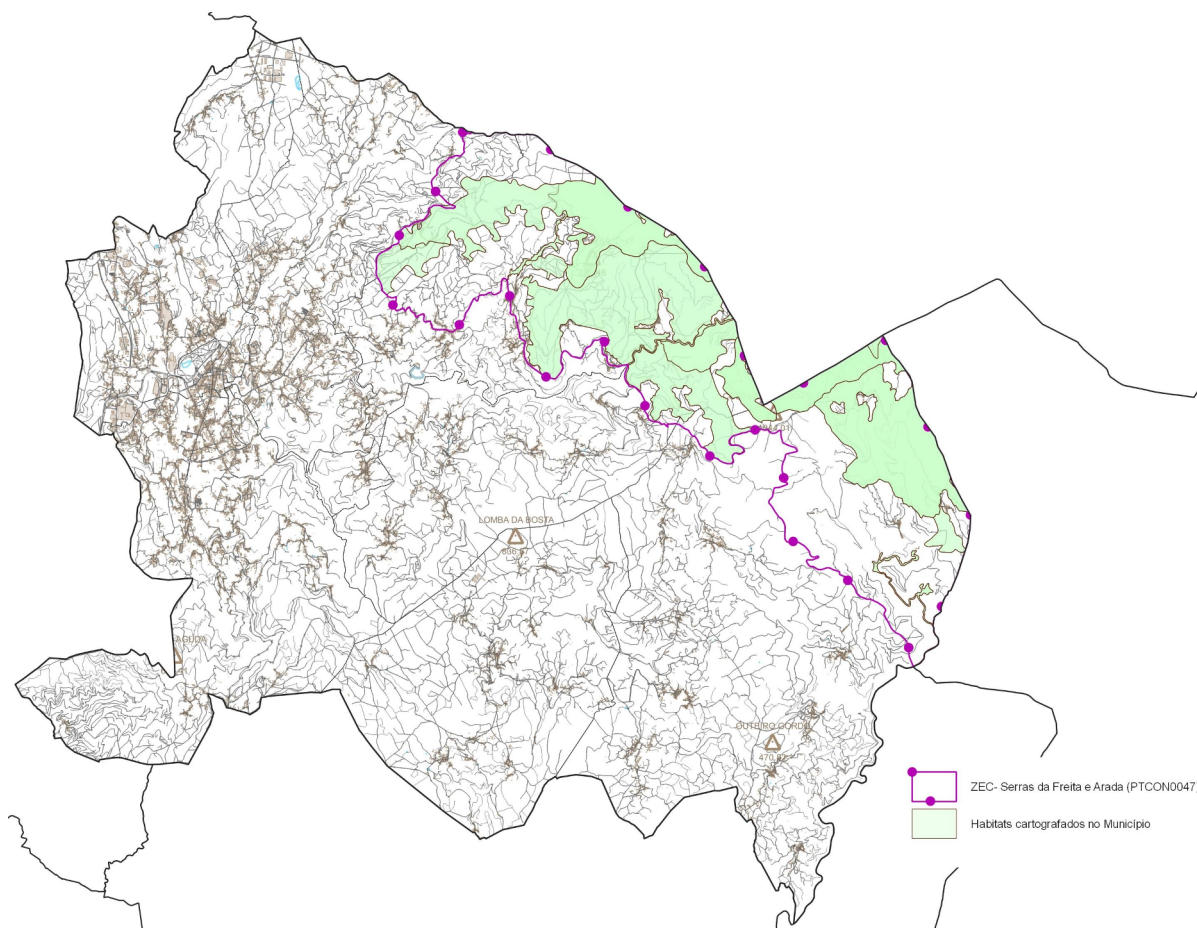
Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 (Cap. 7.3)	Compatibilização na 2ª revisão do PDM de Vale de Cambra
a) Transposição dos limites de Sítios e ZPE , para a respetiva escala de elaboração, devendo esse polígono ser vertido para a planta de condicionantes ;	Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais (Adotaram-se os limites das ZEC tal como publicados no Decreto Regulamentar 1/2020, de 16 de março, disponibilizados no geocatálogo do ICNF)
b) Análise do conteúdo das fichas de Sítios e ZPE onde é efetuada uma caracterização genérica da área classificada e identificados os valores naturais (habitats e as espécies da flora e da fauna, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, e espécies do anexo I da Diretiva Aves) que nelas ocorrem, com especial destaque para os valores naturais cuja relevância ao nível nacional e europeu foi determinante para a criação do respetivo Sítio ou ZPE;	Regulamento (Anexo I)
c) Aferição da informação cartográfica relativa à ocorrência e distribuição dos valores naturais constantes dos documentos de base do PSRN 2000, para a respetiva escala de elaboração com base em cartografia com uma metodologia adequada à escala 1:25 000 ou maior.	Adotaram-se os limites da ZEC tal como publicados no Decreto-Regulamentar 1/2020, de 16 de março, disponibilizados no geocatálogo do ICNF
d) Fixada a informação sobre a existência de valores naturais, são aplicáveis a esses elementos as orientações de gestão determinadas pelo PSRN2000 para os respetivos valores , ou outras, que venham a ser identificadas e acordadas, de modo a garantir o cumprimento das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro;	Relatório de Fundamentação da Proposta
e) Nos PMOT, as áreas de ocorrência dos valores naturais ou necessárias à sua conservação e restabelecimento integram obrigatoriamente as estruturas ecológicas municipais , integradas nas diferentes categorias de acordo com as exigências ecológicas, necessidades de gestão e o grau de proteção necessário à concretização dos objetivos de conservação dos valores em presença;	Planta de Ordenamento II (Estrutura Ecológica Municipal)
f) Os regulamentos dos PMOT estabelecem os parâmetros de ocupação e de utilização do solo , de modo a assegurar a compatibilização das funções de conservação, regulação com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações. Os relatórios dos PMOT e PEOT, na sua primeira revisão ou alteração posterior à aprovação do PSRN2000, devem especificar o cumprimento dos objetivos de conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais os Sítios e ZPE foram classificados.	Regulamento

3.7.1.2. Transposição dos Limites da Rede Natura 2000

O território de Vale de Cambra integra uma ZEC classificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de junho, designada por SERRA DA FREITA E ARADA, com o código PTCON0047, tal como visível no cartograma de seguida representado.

No referido concelho, esta área corresponde a 3026 ha.

Cartograma n.º 1 – Representação gráfica da ZEC SERRA DA FREITA E ARADA no concelho de Vale de Cambra



Nos diversos elementos que constituem e acompanham o Plano, são feitas diversas menções à Rede Natura 2000.

Relativamente à fase de caracterização e diagnóstico, o relatório apresenta informação relativa às classes de habitats e às espécies florísticas e faunísticas identificadas, e disponibilizadas à data.

Os limites definidos no PSRN 2000, obtidos a partir do Geocatálogo do ICNF, foram transpostos e encontram-se cartografados na Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais, à escala da revisão do PDM de Vale de Cambra, cuja cartografia de referência foi

elaborada à escala 1:10.000. Não foram realizadas quaisquer alterações nos limites, tendo sido adotados os limites tal como publicados no Decreto-Regulamentar 1/2020, de 16 de março.

As áreas afetadas à Rede Natura 2000 foram ainda integradas na Estrutura Ecológica Municipal.

3.7.1.3. Identificação dos Valores Naturais

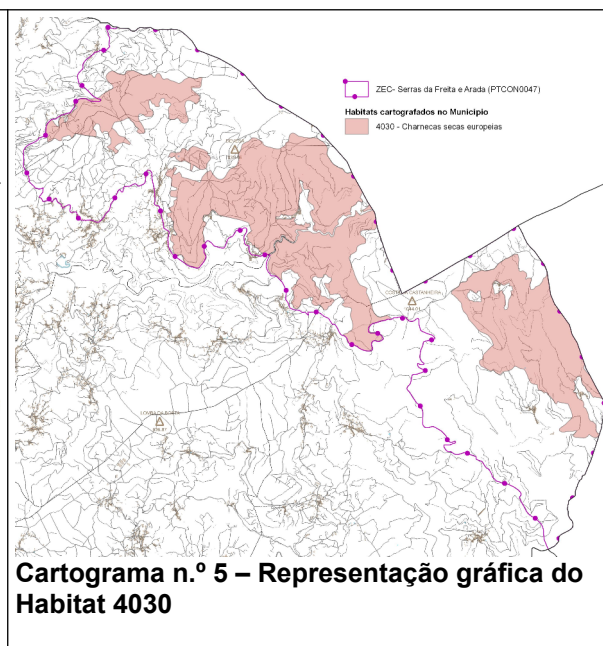
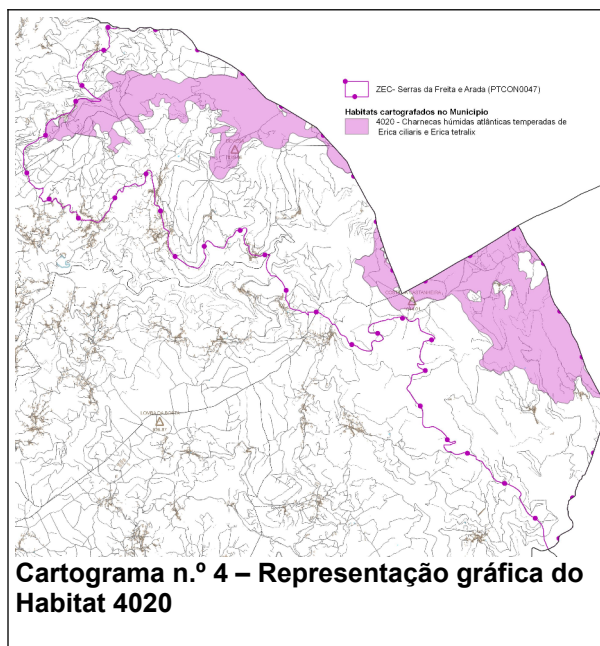
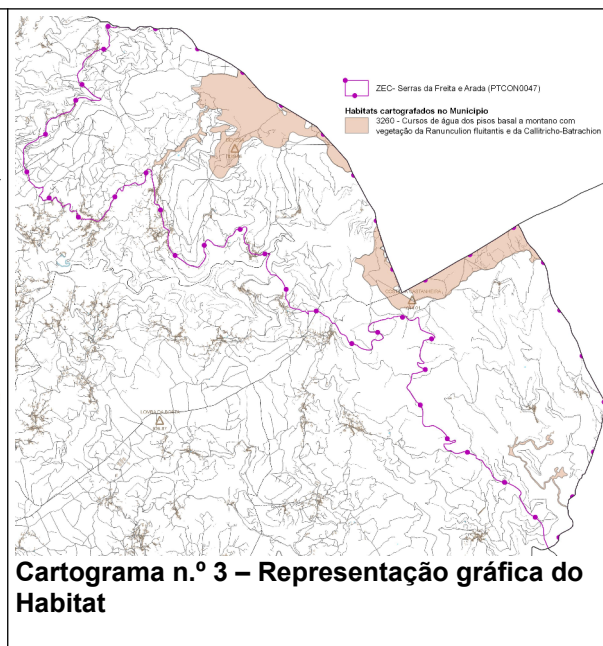
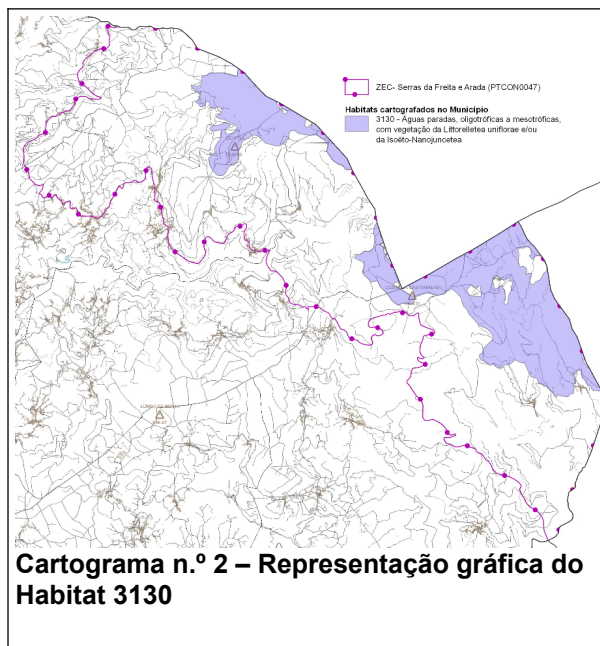
Os valores naturais do concelho de Vale de Cambra, que correspondem aos habitats e às espécies da flora e da fauna, dos anexos I e II da Diretiva Habitats, e espécies do anexo I da Diretiva Aves, disponibilizados no geocatálogo do ICNF.

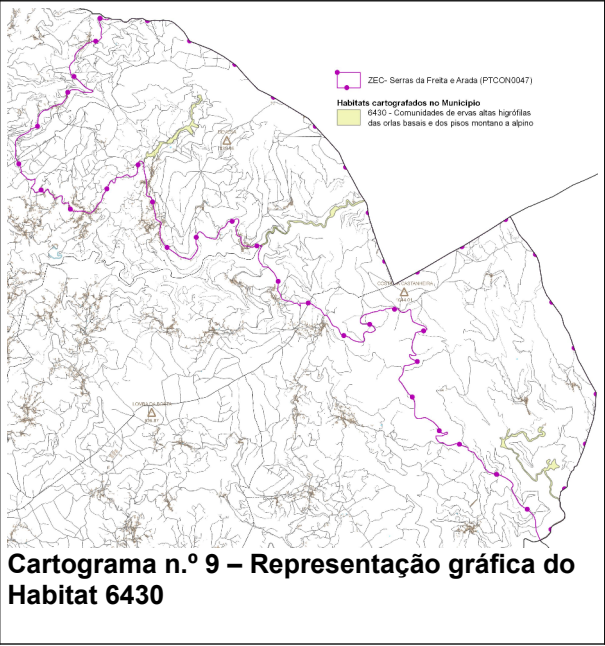
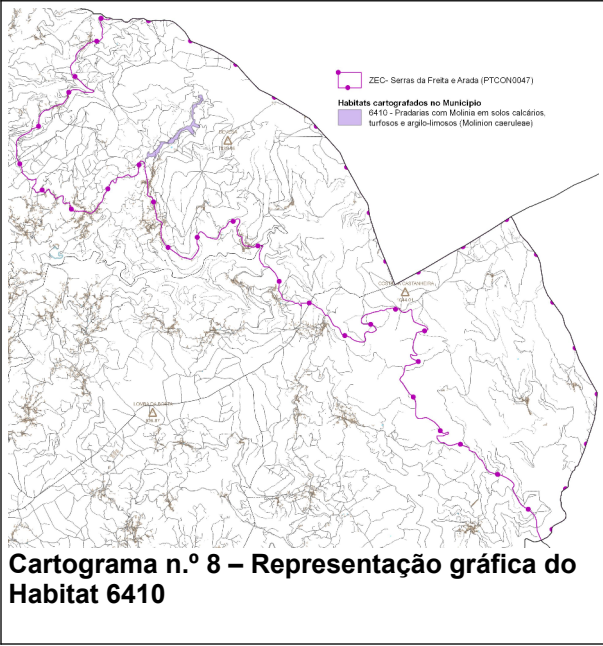
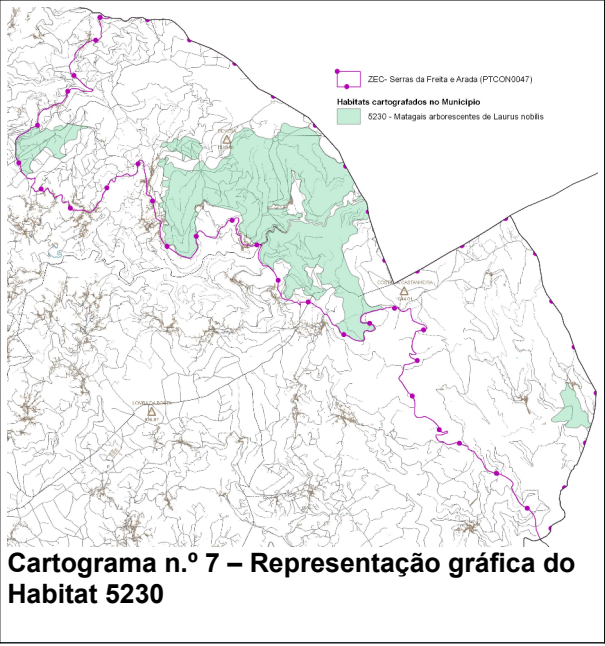
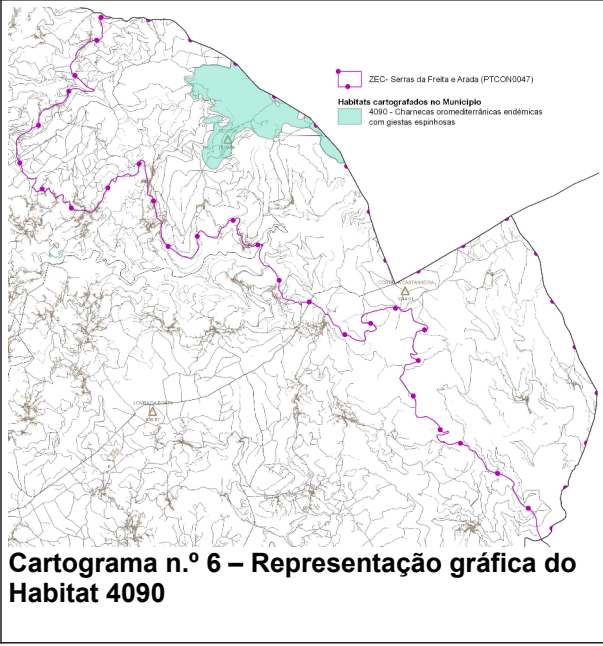
No quadro n.º 2, são enumerados os habitats naturais e seminaturais presentes no concelho de Vale de Cambra, e devidamente cartografados, desde o cartograma n.º 2 até ao cartograma n.º 18.

Quadro n.º 7 – Habitats naturais e seminaturais presentes no concelho de Vale de Cambra

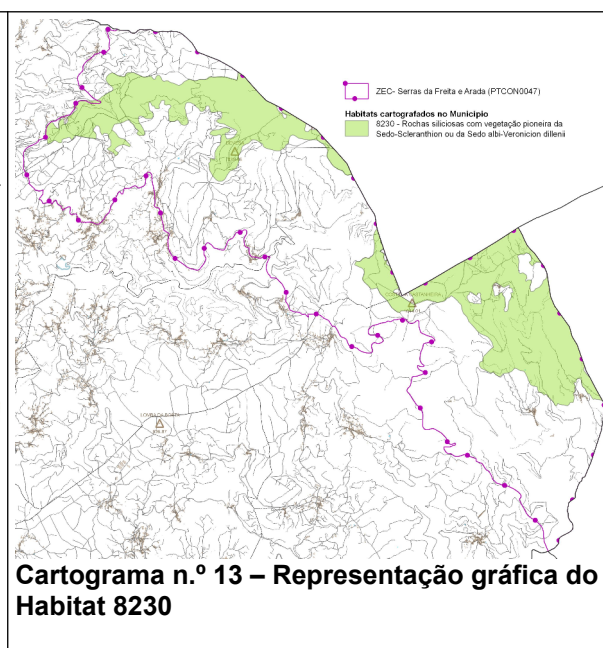
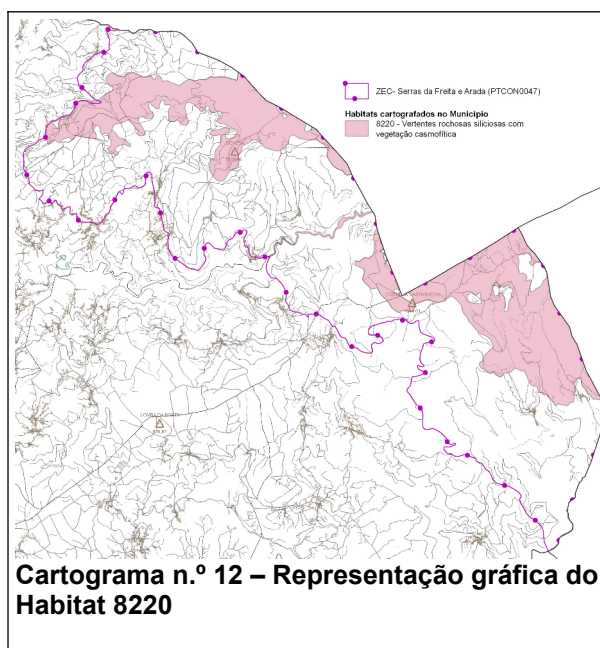
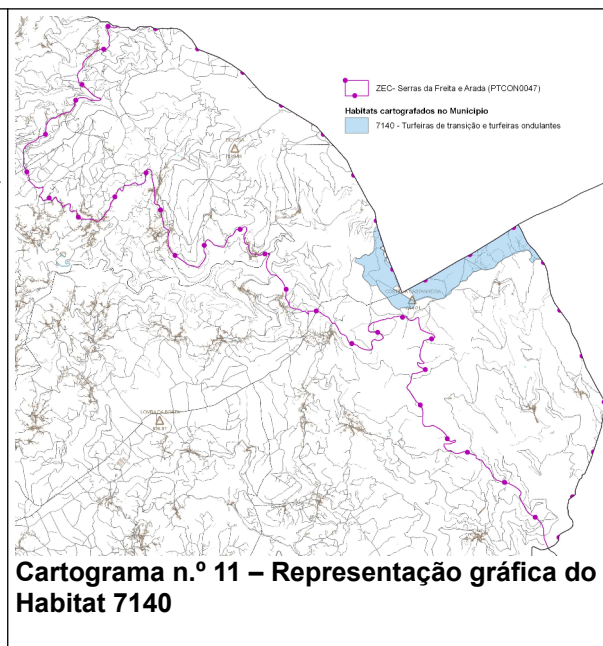
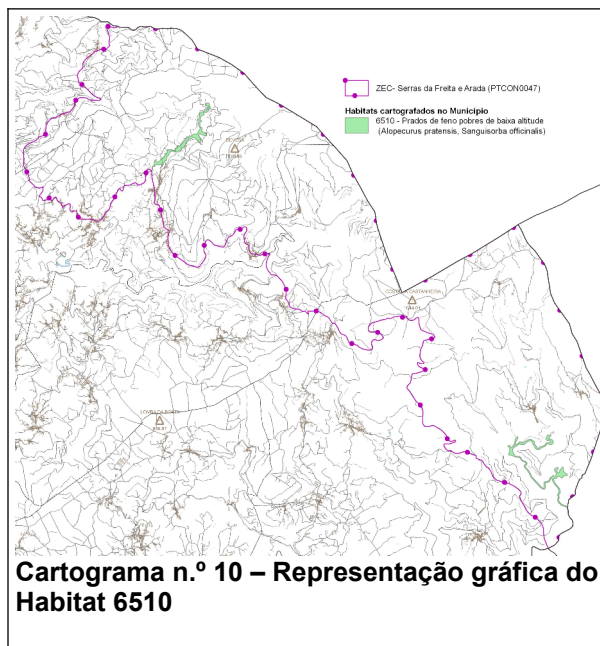
Código	Habitats
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a esotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachio</i>
4020*	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetrali</i>
4030	Charnecas secas europeias
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas
5230*	Matagais arborecentes de <i>Laurus nobili</i>
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinio caeruleae</i>)
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi -Veronicion dillenii</i>
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno -Padion</i>, <i>Alnioincanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>

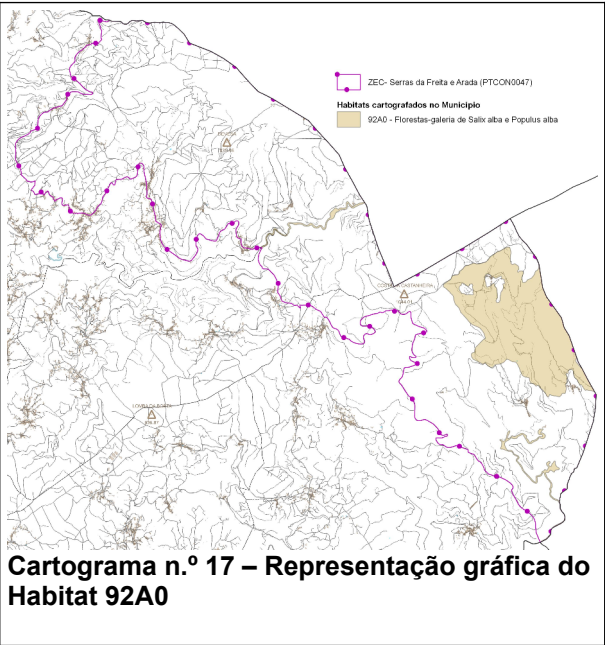
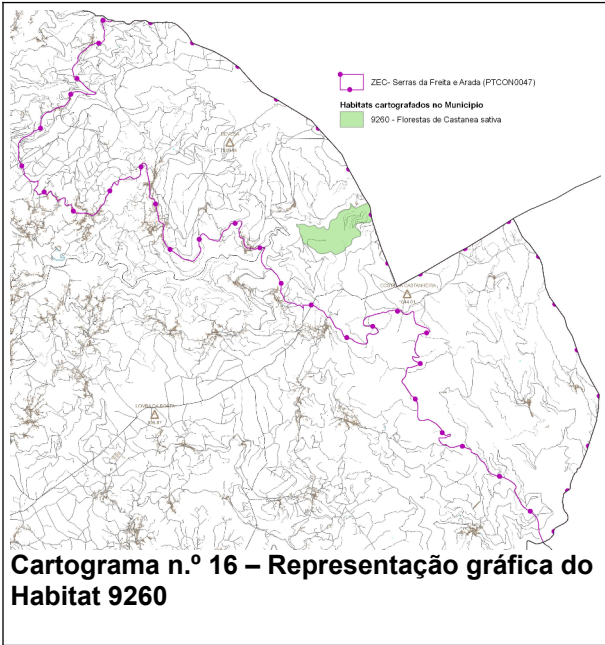
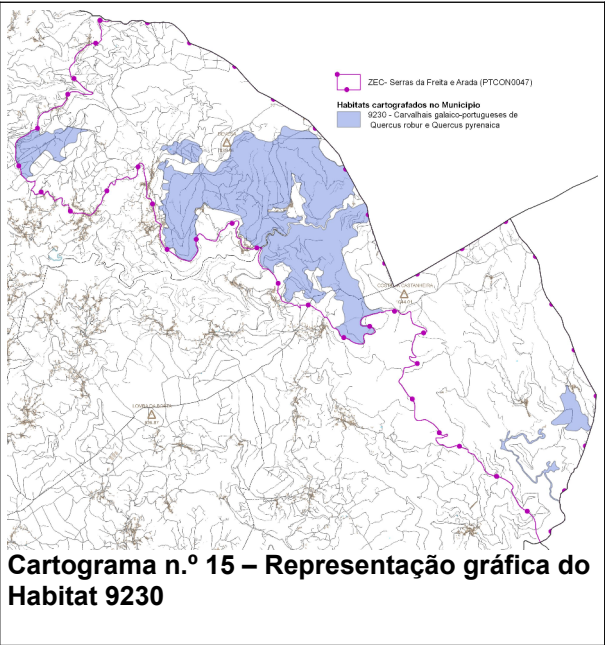
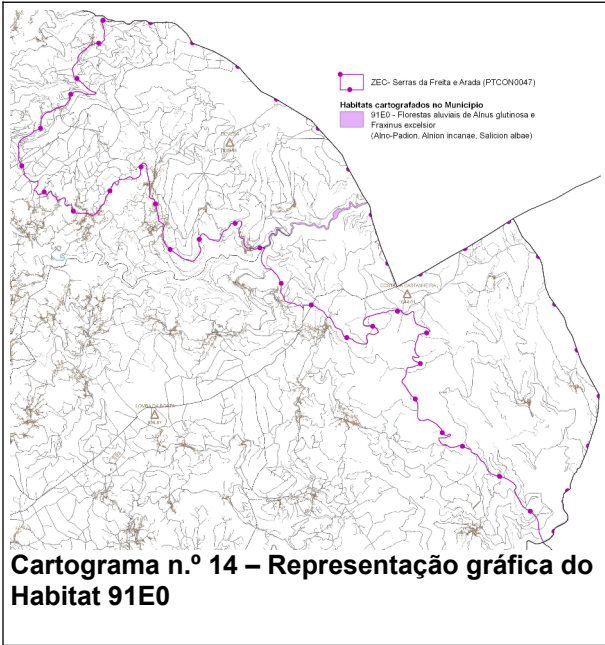
* Habitats Prioritários

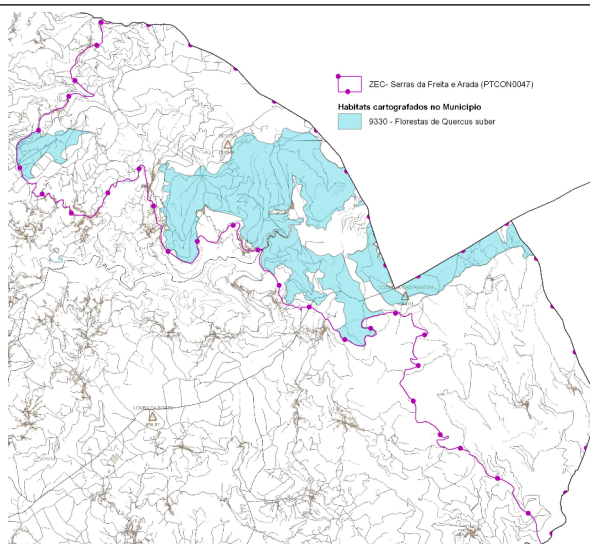




--	--







**Cartograma n.º 18 – Representação gráfica do
Habitat 9330**

Para além dos habitats referidos, nos quadros seguintes são apresentadas as espécies da fauna (invertebrados, anfíbios, répteis e mamíferos) e da flora presentes no concelho de Vale de Cambra, e o seu respetivo estatuto de proteção legal.

Quadro n.º 8 – Valores naturais da fauna no concelho de Vale de Cambra

Código	Fauna- Espécies		Proteção Legal
	Nome Científico	Nome Comum	Decreto-Lei N.º 156-A/2013
Valores naturais da fauna (invertebrados)			
1083	Lucanus cervus	Cabra-loura, vacaloura, carocha	B-II
Valores naturais da fauna (anfíbios)			
1172	Chioglossa lusitânica	Salamandra-lusitânica	B-II e B-IV
Valores naturais da fauna (répteis)			
1259	Lacerta schreiberi	Lagarto-de-água	B-II e B-IV
Valores naturais da fauna (mamíferos)			
1301	Galemys pyrenaicus	Topeira-de-água	<i>B-II e B-IV</i>
1352*	Canis lupus	Lobo	B-II e B-IV
1355	Lutra lutra	Lontra-europeia	<i>B-II e B-IV</i>

*Espécies Prioritárias

Quadro n.º 9 – Valores naturais da flora no concelho de Vale de Cambra

Código	Flora- Espécies	Proteção Legal
	Nome Científico	Decreto-Lei N.º 156-A/2013
1793	<i>Centaurea micrantha</i> Hoffmanns. & Link subsp. <i>herminii</i> (Rouy) Dostál.	B-II e B-IV
1861	<i>Narcissus cyclamineus</i> DC.	B-II e B-IV
1426	<i>Woodwardia radicans</i> (L.) Sm.	B-II e B-IV

3.7.1.4. Integração dos Valores Naturais e Orientações de Gestão

No processo de análise e avaliação dos valores naturais do concelho de Vale de Cambra foram tomadas as devidas diligências para que o ordenamento, em particular as categorias do solo que permitem a edificação, não conflituem com os valores naturais do PSRN 2000. Da mesma forma, foram tomadas todas as considerações em sede de Regulamento do PDM para a proteção e promoção do estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário das áreas classificadas da RN 2000 no território concelhio, designadamente da ZEC Serras da Freita e Arada.

A incorporação dos valores naturais na proposta da 2ª revisão do PDM de Vale de Cambra integra, na sua larga maioria, as áreas de habitats prioritárias na categoria de espaços naturais e paisagísticos, onde são salvaguardadas as restrições necessárias para a conservação do seu estado natural. Os habitats cujo uso dominante é florestal, assim como outras áreas localizadas em área de Rede Natura com ocupação florestal, são incorporadas na categoria de espaços florestais. As restantes áreas da Rede Natura que correspondam a espaços Agrícolas, maioritariamente RAN, são integradas nestas categorias.

Nos quadros que se seguem são apresentados os habitats e as respetivas ameaças e orientações de gestão, bem como as principais categorias de uso do solo em que estes valores foram incluídos e as disposições regulamentares propostas a aplicar a cada um deles.

Tendo em conta que nem todas as orientações de gestão são suscetíveis de ser transpostas para os planos territoriais, optou-se por considerar, apenas, aquelas que pela sua natureza, condicionam o uso do solo.

Quadro n.º 10 – Compatibilização das orientações de gestão dos habitats do concelho de Vale de Cambra como Planta de Ordenamento I e Regulamento do PDM

Habitats		Ameaças	Orientações de Gestão	Categoria de Uso do Solo Proposta	Regulamento Proposto
3130	Águas estagnadas, oligotróficas a esotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	→ Desenvolvimento excessivo de comunidades de grandes helófitos da Phragmito-Magnocaricetea ; → Deposição de resíduos, sobretudo lixo; → Eutrofização da água por efluentes domésticos; → Drenagem; → Pastoreio direto; → Abandono da agricultura; → Excesso de pisoteio por gado bovino.	→ Impedir introdução de espécies não autóctones / controlar existentes; → Promoção do tratamento dos efluentes domésticos; Interdição da drenagem; → Ordenamento do pastoreio; → Manutenção da atividade agrícola; → Condicionamento do pastoreio por gado bovino e consequente pisoteio.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachio</i>	→ Construção de açudes; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Eutrofização da água.	→ Condicionar alterações ao uso do solo indutoras de alterações na qualidade da água, em zonas limítrofes à área de ocupação do habitat; → Condicionar obras hidráulicas; → Condicionar as captações de água; → Condicionar drenagem; → Promover estudos corológicos e ecológicos das comunidades dulceaquícolas.	Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Espaço Agrícola de Produção.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
4020*	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetrali</i>	→ Pastoreio direto; → Queimas/Fogos rurais; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhados; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Drenagem.	→ Ordenamento do pastoreio; → Reduzir o risco de incêndio; → Condicionar atividades agrícolas e silvícolas.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
4030	Charnecas secas europeias	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhados.	→ Condicionar a construção de infraestruturas; → Impedir introdução de espécies não autóctones / controlar existentes; → Manter práticas de pastoreio extensivo; → Condicionar a expansão urbano-turística.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal de Proteção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 65.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
4090	Charnecas oromediterrânicas endémicas com giestas espinhosas	→ Arborização excessiva; → Abertura ou alargamento de caminhos florestais.	→ Condicionar a construção de infraestruturas; → Condicionar a expansão urbano-turística; → Condicionar a abertura ou o alargamento de estradas e caminhos.	Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
5230*	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos	→ Condicionar a construção de infraestruturas; → Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; → Impedir espécies não autóctones / controlar	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico,	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.

		hidroelétricos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Implementação de aviários e pisciculturas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhados.	existentes; → Condicionar a expansão do uso agrícola; → Adotar práticas silvícolas específicas; → Reduzir o risco de incêndio; → Condicionar a expansão urbano-turística; → Condicionar o corte e a colheita de espécies; → Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos; → Ordenar acessibilidades; → Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo.	Outros Espaços Agrícolas.	
6410	Pradarias com <i>Molinia</i> em solos calcários, turfosos e argilo-limosos (<i>Molinia caeruleae</i>)	→ Perturbação excessiva pelo pastoreio; → Drenagem; → Eutrofização da água a montante.	→ Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; → Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Adotar práticas de pastoreio específicas; → Interdição à drenagem.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Implementação de aviários e pisciculturas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhados.	→ Adotar práticas de pastoreio específicas; → Impedir espécies não autóctones / controlar existentes;	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)	→ Abandono; → Maneio descuidado; → Substituição da fenação por silagem; → Plantação de árvores; → Substituição por outras culturas agrícolas.	→ Manter /recuperar habitats contíguos; → Impedir espécies não autóctones / controlar existentes.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes	→ Pisoteio; → Deposição de inertes; → Implantação de vias e obras de alargamento de estradas e caminhos.	→ Adotar práticas de pastoreio específicas; → Condicionar a construção de infraestruturas; → Interdição da extração de inertes e sua fiscalização; → Condicionar a abertura ou o alargamento de estradas e caminhos.	Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos;	→ Condicionar a construção de infraestruturas; → Regular dragagens e extração de inertes; → Impedir introdução de espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar a florestação; → Condicionar a expansão urbano-turística.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal de Proteção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 65.º e Artigo 69.º.

		→ Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadais.			
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>	→ Implantação de vias e obras de alargamento de estradas e caminhos; → Construções; → Aterros.	→ Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar a construção de infraestruturas; → Manter / recuperar habitats contíguos.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal de Proteção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 65.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
91E0*	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno -Padion</i>, <i>Alnioincanae</i>, <i>Salicion albae</i>)	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadais.	→ Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; → Promover a regeneração natural; → Condicionar construção de açudes em zonas sensíveis; → Condicionar construção de barragens em zonas sensíveis; → Adotar práticas silvícolas específicas; → Reduzir o risco de incêndio; → Manter /recuperar habitats contíguos.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Fogos rurais; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadais.	→ Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; → Adotar práticas silvícolas específicas.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º e Artigo 62.º.
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadais.	→ Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água; → Promover a regeneração natural; → Salvar pastoreio; → Adotar práticas silvícolas específicas; → Reduzir o risco de incêndio.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal de Proteção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º e Artigo 69.º.
9260	Florestas de <i>Castanea</i>	→ Corte e/ou limpeza.	→ Interdição do corte e da limpeza.	Espaço Florestal de Produção,	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º,

	<i>sativa</i>			Espaço Natural e Paisagístico.	Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	→ Invasão pelas acácias; → Instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e pinheiro-bravo; → Implantação de pequenos empreendimentos hidroelétricos; → Extração e lavagem de inertes; → Fogos rurais; → Raids todo-o-terreno e desportos aquáticos; → Construção de açudes; → Construções clandestinas; → Florestação de terrenos agrícolas, sobretudo lameiros, cervunais e malhadas.	→ Impedir espécies não autóctones / controlar existentes; → Promover a regeneração natural; → Condicionar a construção de infraestruturas; → Impedir introdução de espécies não autóctones / controlar existentes; → Condicionar a expansão do uso agrícola; → Salvar de pastoreio; → Adotar práticas silvícolas específicas; → Condicionar a florestação; → Promover áreas de matagal mediterrânico; → Reduzir o risco de incêndio; → Condicionar a expansão urbano-turística; → Ordenar acessibilidades.	Espaço Agrícola de Produção, Espaço Florestal de Produção, Espaço Florestal de Proteção, Espaço Florestal Silvopastoril, Espaço Natural e Paisagístico, Outros Espaços Agrícolas.	Artigo 15.º, Artigo 38.º, Artigo 40.º, Artigo 45.º, Artigo 51.º, Artigo 58.º, Artigo 60.º, Artigo 62.º, Artigo 63.º, Artigo 65.º, Artigo 69.º, Artigo 72.º e Artigo 73.º.

3.8. Perímetro Florestal

Os Perímetros Florestais correspondem a áreas compostas por terrenos baldios, camarários ou particulares, que no seguimento da Lei do Povoamento Florestal, se encontram sujeitos ao Regime Florestal, criado pelo Decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de dezembro e legislação complementar.

O Regime Florestal, de acordo com o artigo 3º, do Regulamento do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho, constante no Anexo A da Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro, estabelece um “conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob ponto de vista da economia nacional mas também ao revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e areias no litoral marítimo”.

A submissão dos baldios ao Regime Florestal e, conseqüentemente o seu agrupamento em Perímetros Florestais, tem como objetivo principal a arborização para fins de utilidade nacional ou de utilidade pública, conforme se trate, respetivamente, de Regime Florestal Total ou Regime Florestal Parcial.

O Perímetro Florestal da Serra da Freita foi criado pelo Decreto 21-09-1940, publicado em 27/09/1940, no Diário da República n.º 226, 2ª série e encontra-se submetido ao Regime Florestal Parcial, de acordo com a cartografia oficial do Regime Florestal a área total é de 5327,72ha abrangendo os concelhos de Arouca, Vale de Cambra e São Pedro do Sul. A gestão é efetuada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., conforme a Deliberação n.º 717/2017, de 29 de julho, publicada no Diário da República n.º 144, 2.ª série, de 27 de julho de 2017.

No território de Vale de Cambra, o Perímetro Florestal compreende as freguesias de Arões e Cepelos. Atualmente, no Perímetro Florestal da Serra da Freita regista-se entre os povoamentos puros de Pinheiro bravo a existência de alguns exemplares de *Chamaecyparis spp.*, espécie com elevado número de exemplares no passado. No entanto, por força dos recentes incêndios florestais, a espécie de *Chamaecyparis spp.* encontra-se em menor número. Esta área integra igualmente o estatuto especial da Rede Natura 2000, incluindo 23 habitats, destacando-se algumas espécies de carácter prioritário.

4. PROPOSTA DE ORDENAMENTO

4.1. Enquadramento Legislativo

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), estabelece no seu artigo 9º que o regime de uso do solo é estabelecido pelos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal através da classificação e qualificação do solo.

De acordo com o artigo 10º LBPPSOTU a **classificação do solo** determina o destino básico do solo, com respeito pela sua natureza, e assenta na distinção entre solo rústico e solo urbano.

Estes conceitos são adotados pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), através da publicação do DL n.º 80/2015 de 14 de maio, sendo:

- **Solo rústico**, aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano;

- **Solo urbano**, o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação.

No que se refere à **qualificação do solo**, e nos termos do artigo 74.º, n.º1 e nº 4, a qualificação do solo define, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento, por referência às potencialidades de desenvolvimento do território, fixando os respetivos usos dominantes e, quando admissível, a edificabilidade. Por sua vez, a alusão aos usos dominantes, bem como das categorias relativas ao solo urbano e rústico, obedece a critérios uniformes, aplicáveis a todo o território nacional e estabelecidas pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Quanto à **reclassificação do solo rústico em solo urbano**, esta é de carácter excecional, sendo necessário que se demonstre a sustentabilidade económica e financeira dessa transformação, quer através de indicadores demográficos, quer dos níveis de oferta e procura do solo urbano. A classificação do solo urbano e a reclassificação do solo rústico em solo urbano, deve, em nome da sustentabilidade, limitar-se ao indispensável, traduzindo uma opção de planeamento, fixando-se o prazo para a execução da operação urbanística, os encargos a suportar e a distribuição de benefícios e encargos, a operacionalizar, com os

privados através de contrato de urbanização e, tratando-se de investimento público, através da inscrição dos projetos em plano de atividades e orçamento da CM.

4.2. Classificação do Solo

4.2.1. Solo Rústico

A classificação do solo como rústico visa a proteção do solo enquanto recurso natural escasso e não renovável, podendo, de acordo com o n.º2 do artigo 6º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, obedecer à verificação de um dos seguintes critérios:

- a) Reconhecida aptidão para aproveitamento agrícola, pecuário ou florestal;
- b) Reconhecida potencialidade para a exploração de recursos geológicos e energéticos;
- c) Conservação, valorização ou exploração de recursos e valores naturais, culturais ou paisagísticos, que justifiquem ou beneficiem de um estatuto de proteção, conservação ou valorização incompatível com o processo de urbanização e edificação;
- d) Prevenção e minimização de riscos naturais ou antrópicos ou de outros fatores de perturbação ambiental, de segurança ou de saúde públicas, incompatíveis com a integração em solo urbano;
- e) Afetação a espaços culturais, de turismo, de recreio ou de lazer que não seja classificado como solo urbano, ainda que ocupado por infraestruturas;
- f) Localização de equipamentos, infraestruturas e sistemas indispensáveis à defesa nacional, segurança e proteção civil, incompatíveis com a integração em solo urbano;
- g) Afetação a infraestruturas, equipamentos ou outros tipos de ocupação humana que não confirmem o estatuto de solo urbano;
- h) Afetação a atividades industriais ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários e florestais, ou à exploração de recursos geológicos e energéticos;
- i) Os solos que não sejam classificados como solo urbano, ainda que não preencham nenhum dos critérios anteriores.

No município de Vale de Cambra a classificação do solo como rústico não se limitou a considerar este como uma classe residual, pelo contrário, foi valorizada a defesa dos solos, preservando a sua aptidão natural, o que resultou num trabalho de identificação das potencialidades do solo que se traduziram no reconhecimento e aptidão do solo para a prática de agricultura ou atividade florestal. Por sua vez e associada a esta atividade,

complementou-se esta classificação com as respetivas infraestruturas de apoio, de onde destacamos a construção de serviços e atividades ligadas ao aproveitamento dos produtos endógenos.

Como resultado imediato deste processo resultaram propostas setoriais concretizadas na delimitação da Reserva Agrícola Nacional, bruta (proposta elaborada em colaboração com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte) e dos Espaços Florestais.

4.2.2. Solo Urbano

A classificação do solo como urbano, e de acordo com o regime legal, é o solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação, traduzido, no presente caso, em Plano Diretor Municipal, nos termos dos nº1 e nº2 do artigo 7º do decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, devendo observar, cumulativamente, os seguintes critérios:

- a) Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;
- b) Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- c) Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;
- d) Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
- e) Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

Relativamente aos perímetros urbanos reconhece-se que, no Município, alguns se revelaram dotados de áreas de expansão excessivas, capazes de acolher um potencial de crescimento que na prática não se concretizou, quer devido à diminuição da população em geral e, particularmente devido à diminuição da população dos grupos etários até aos 18 anos. Por sua vez, e apesar da diminuição em termos absolutos da população com mais de 65 anos, assistimos ao seu aumento relativo, que não é traduzido na procura de locais de

construção, dado que este grupo se encontra numa fase de vida de maior estabilidade, daí que a expansão não deva ser equacionada.

Na delimitação dos perímetros urbanos pretendeu-se minimizar a discricionariedade inerente a este processo, relativamente aos solos que já se encontram urbanizados ou edificados, mesmo que parcialmente.

No trabalho elaborado e apesar de só poderem ser integrados em solo urbano os que sejam total ou parcialmente urbanizados ou edificados, não impediu a classificação de alguns lugares como aglomerados rurais, apesar das características urbanas identificadas, ou seja, foram identificados solos parcialmente urbanizados e integrados no solo rústico, pois, como permite a legislação, apesar da existência de infraestruturas entendemos que estas não lhes conferiam o “estatuto de solo urbano”.

Assim, neste procedimento teve-se em conta a ocupação do solo que promova a concentração do edificado, contrariando a dispersão difusa do povoamento, privilegiando a requalificação do edificado, associado à rentabilização das infraestruturas e equipamentos, evitando os custos da extensão desnecessária das redes e dos perímetros.

4.3. Qualificação do Solo

Os critérios para a qualificação do solo rústico e urbano obedecem a requisitos específicos. Para o solo rústico, de compatibilização com opções dos programas regionais e intermunicipais, com opções dos programas setoriais, com incidência no território municipal, com programas especiais e demais regimes jurídicos, salvaguarda e aproveitamento das áreas afetas a usos florestais e agrícolas, ou ainda à conservação e exploração de recursos geológicos e recursos energéticos. Para o solo urbano, o respeito pelas finalidades do processo de urbanização e edificação e dos princípios da multifuncionalidade e complementaridade de usos e de utilizações dos espaços urbanos, de compatibilização de usos, equilíbrio ambiental e salvaguarda e valorização dos valores culturais e paisagísticos, conforme o estipulado nos artigos 16º e 24º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

Por sua vez, esta qualificação do solo processa-se com base em categorias e subcategorias de uso do solo a delimitar e a regulamentar em planos territoriais, especificamente, no presente caso, em Plano Diretor Municipal.

O objetivo do presente trabalho consiste em explicar a forma como se procedeu à delimitação dos perímetros urbanos e dos aglomerados rurais, recorrendo ao uso de categorias e subcategorias, que para o presente trabalho se considerou relevante.

Como base de trabalho, partiu-se da análise dos perímetros urbanos definidos no PDM em vigor, da análise de ortofotomapas homologados de 2017 e dos ortofotomapas oficiais de 2018 da Direção Geral do Território (DGT), avaliação dos compromissos urbanísticos e dos números de polícia atribuídos desde 2006 até à presente data.

Partindo do reconhecimento da excessiva proposta de expansão dos perímetros no PDM em vigor, deverão estes ser colmatados, contendo a dispersão territorial. Ressalva-se que geograficamente, o território em estudo apresenta uma dicotomia entre a parte mais baixa do concelho, localizada a oeste, correspondendo à área mais urbanizada, face ao restante território que apresenta características rurais.

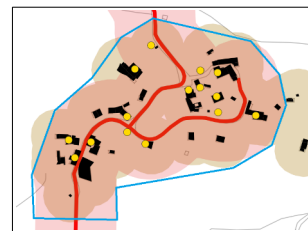
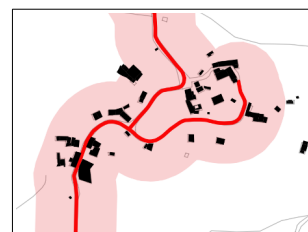
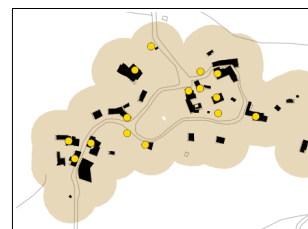
Para além disto, foram consideradas algumas recomendações do “Guia Orientador – Revisão do PDM” da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C), permitindo consolidar os perímetros, evitar a dispersão territorial, expansão excessiva e o crescimento linear ao longo das vias, e, ainda, as recomendações para a racionalização das infraestruturas existentes, garantindo a correta adequação às realidades territoriais, sociais e económicas.

4.3.1. Categorias do Solo Rústico

A categorização do solo rústico compreendeu diversas metodologias, visto que, este solo compreende núcleos edificados como é exemplo a categoria de aglomerados rurais, bem como, categorias de solo não edificadas, como é exemplo os espaços agrícolas.

Assim, tendo em conta o atrás exposto, a definição dos aglomerados rurais assentou essencialmente na definição de:

- *Buffer* de 25 metros ao edificado;
- Análise dos pedidos dos interessados, resultantes da participação pública quer preventiva, quer em fase de elaboração/revisão;
- Compromissos assumidos pela Câmara Municipal, traduzidos em relatório próprio;
- Análise do número de edifícios habitacionais;
- Avaliação de Restrições de Utilidade Pública;
- Trabalho de campo, com destaque para:
 - características morfológicas do Município;
 - o conhecimento da rede hidrográfica;
 - o levantamento da rede viária, definindo a rede viária habilitante;
- identidade e características do lugar - *genius loci*.



Note-se que se verifica a existência de diversos lugares servidos por infraestruturas, que, por força da sua identidade própria, associada às suas características, não foi atribuída a classificação de solo urbano mas sim de solo rústico.

A categoria de Espaços Agrícolas, cujo uso dominante é o que “decorre das potencialidades e das limitações para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias com base no aproveitamento do solo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade” (n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto), foi subdividida em duas subcategorias: espaços agrícolas de produção e outros espaços agrícolas.

Os espaços agrícolas de produção correspondem a áreas com predominante elevada capacidade de uso e aptidão agrícola, coincidindo com a RAN, constante na Planta de Condicionantes.

A RAN foi alvo de um processo de redelimitação, tendo por base a Carta da RAN que se encontrava em vigor, e implicou:

→ A realização da transposição e ajuste da carta da RAN, que se encontrava em vigor, à nova cartografia de base;

→ A redelimitação técnica das manchas, resultante da apreciação do técnico responsável da DRAPN que acompanhou o processo, elaborada através do trabalho de campo, tendo-se percorrido todo o território do concelho, permitindo a realização de uma carta de RAN Bruta Final, que configura uma base cartográfica dos solos com maior aptidão para a agricultura, tendo em vista o ordenamento agrícola e a preservação do recurso solo;

→ Após o cruzamento dos perímetros urbanos e aglomerados rurais, presentes na carta de ordenamento, com a carta de RAN Bruta Final, foi possível elaborar-se a carta de propostas de exclusões da RAN, alvo de avaliação e posterior aprovação, por parte da DRAPN.

Após a aprovação da proposta de delimitação da RAN, constante na Planta de Condicionantes, esta constituiu parte da categoria de Espaço Agrícola na Planta de Ordenamento.

Os Outros Espaços Agrícolas correspondem a solos com uso dominante agrícola, não incluídos na RAN, que pelas suas características intrínsecas ou pelas atividades nestes espaços desenvolvidas, se adequam ao desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, bem como ao desenvolvimento de atividades complementares e de apoio.

4.3.1.1. Aglomerados rurais

Os aglomerados rurais correspondem a núcleos edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural. Tendo em conta os critérios definidos e as reuniões realizadas com a CCDR-Norte, consideram-se no âmbito da presente revisão, aglomerados rurais todos aqueles onde se evidencie a existência de 5 (cinco) ou mais habitações.

4.3.1.2. Espaços de equipamentos e infraestruturas

Áreas destinadas ao acolhimento de equipamentos e infraestruturas compatíveis com o estatuto de solo rústico.

4.3.1.3. Espaços de atividades industriais

Áreas diretamente ligadas à transformação e aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais, geológicos e energéticos.

4.3.1.4. Espaços agrícolas

A categoria de Espaços Agrícolas, cujo uso dominante é o que “decorre das potencialidades e das limitações para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias com base no aproveitamento do solo e dos demais recursos e das condições biofísicas que garantem a sua fertilidade” (n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto), foi subdividida em duas subcategorias: espaços agrícolas de produção e outros espaços agrícolas.

4.3.1.4.1. Espaço agrícola de produção

Os espaços agrícolas de produção correspondem a áreas com predominante elevada capacidade de uso e aptidão agrícola, coincidindo maioritariamente com a RAN, constante na Planta de Condicionantes.

4.3.1.4.2. Outros espaços agrícolas

Os Outros Espaços Agrícolas correspondem a solos com uso dominante agrícola, não incluídos na RAN, que pelas suas características intrínsecas ou pelas atividades nestes espaços desenvolvidas, se adequam ao desenvolvimento da atividade agrícola e pecuária, bem como ao desenvolvimento de atividades complementares e de apoio.

4.3.1.5. Espaços florestais

Áreas com vocação dominante para o desenvolvimento e produção florestal, bem como para a valorização do solo vivo e de todos os recursos biofísicos, garantindo a sua fertilidade, o equilíbrio ambiental e qualidade paisagística. O espaço florestal está subdividido em espaço florestal de produção, espaço florestal de conservação, espaço florestal de proteção e espaço florestal silvopastoril.

Os espaços florestais são sistemas complexos, resultantes de processos ecológicos, apresentando relevantes contributos ao nível económico, social e ambiental (HANN et al., 2001; BORGES, 1999). Estes espaços representam uma área bastante significativa no território de Vale de Cambra. Como tal, a sua delimitação e ordenamento assentam em

vários critérios, numa ótica de multifuncionalidade sustentável dos espaços florestais e do território.

A organização espacial destes espaços teve em consideração as componentes biofísica e as condicionantes legais, numa reflexão sobre as suas características e aptidões. Nesse sentido, foi fundamental o seguimento das orientações definidas pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho (PROF EDM), bem como a composição dos povoamentos florestais, representados na Carta de Ocupação do Solo de 2013 (COS 2013), uma vez que a sua identificação e respetivos valores representam a estrutura fundamental dos ecossistemas florestais.

Garantindo o cumprimento dos demais critérios é certo que a floresta desempenha diversas funções, nomeadamente de produção, proteção, conservação de habitats, recreio, caça e pastorícia. Desta multifuncionalidade resultou a proposta de espaços florestais dividindo-os em quatro subcategorias: espaço florestal de produção, espaço florestal de proteção, espaço florestal de conservação e espaço florestal de silvopastoril.

Ressalva-se que categorização dos Espaços Florestais ocorreu em simultâneo com a definição dos perímetro urbanos e aglomerados rurais, numa perspetiva de ordenamento e planeamento integrado.

4.3.1.5.1. Espaços florestais de produção

Os espaços florestais de produção correspondem a áreas ocupadas por povoamentos florestais com aptidão ou funções produtivas, nomeadamente matéria-prima florestal, tal como a madeira, biomassa para energia, cortiça, frutos e sementes, resinas e outros materiais.

4.3.1.5.2. Espaços florestais de proteção

Os espaços florestais de proteção visam a proteção e manutenção dos sistemas e processos ecológicos, nomeadamente proteção hídrica, erosão do solo e contra incêndios florestais.

Nesta funcionalidade a identificação das áreas foi realizada tendo em conta: as áreas definidas como Reserva Ecológica Nacional (REN), as classes de declives superiores a 15%, o tipo de solo e de coberto vegetal e as galerias ripícolas que apresentam estrutura, dimensão e melhor estado de conservação.

4.3.1.5.3. Espaços florestais de conservação

Os espaços florestais de conservação têm como objetivo a manutenção de áreas florestais particularmente sensíveis e a conservação de habitats e espécies de fauna e flora.

A metodologia para a identificação dos espaços florestais de conservação teve por base as áreas integrada na Rede Natura 2000 (sítio de interesse comunitário Serras da Freita e Arada), Reserva Ecológica Nacional, as sujeitas ao Regime Florestal, o uso do solo (Cos 2013) e a análise de ortofotomapas.

A partir desta análise foi possível a identificação de áreas de maior sensibilidade ecológica, nomeadamente zonas de transição ecológica, linhas de água e exploração extensiva de espécie florestal específica.

4.3.1.5.4. Espaços florestais de silvopastoril

Os espaços florestais de silvopastoril correspondem a sistemas agrosilvopastoris com aptidão para o incremento da pastorícia extensiva em espaços florestais ou associados a estes.

A metodologia para a definição dos espaços florestais silvopastoris, sem prejuízo da sua compatibilização noutras subcategorias, teve como recurso o uso do solo, nomeadamente as áreas de matos e pastagens. Recorreu-se também à análise de ortofotomapas a fim de aferir as áreas identificadas anteriormente.

4.3.1.6. Espaços naturais e paisagísticos

Áreas de reconhecido valor natural e zonas sujeitas a regime de salvaguarda específico, designadamente as albufeiras de águas públicas de serviço público (Albufeira de Ribeiradio, o Açude de Moreira ou Albufeira de Padrastos, a Albufeira de Arões e a Barragem Eng. Duarte Pacheco) bem como áreas integradas no Plano Setorial da Rede Natura 2000, com exceção das áreas onde a predominância é florestal ou agrícola.

4.3.1.7. Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos

Áreas decorrentes da exploração de recursos geológicos com potencial económico.

Os recursos geológicos assumem uma reconhecida importância na vida económica, não só a nível nacional, como local, dado o seu valor enquanto produto final. No entanto existe um potencial risco de conflito da atividade extrativa e transformadora com os demais valores patrimoniais culturais e naturais, mas em particular ao nível da manutenção do equilíbrio geológico. Desta forma é importante que estes integrem o sistema de proteção destes mesmos valores.

Cabe aos serviços e organismos do ministério competente a gestão dos recursos geológicos, salvaguardando as competências atribuídas a outras entidades no âmbito dos regimes da conservação da natureza e do património cultural.

No que diz respeito ao Ordenamento do Território esta categoria de espaços deverá obedecer aos pressupostos defendidos pelos planos nacionais e regionais existentes neste domínio. Assim, e segundo o RJIGT, os programas e os planos territoriais devem identificar as áreas afetas à exploração de recursos energéticos e geológicos, assegurando a minimização dos impactes ambientais e a compatibilização de usos. Devem ainda ser consideradas as estratégias de desenvolvimento referentes a este setor.

Podemos, ainda, dividir as explorações de recursos geológicos em dois níveis. Os integrados no âmbito do domínio público do Estado e os não integrados no domínio público do Estado (podendo estes ser objeto de propriedade privada ou outros direitos reais). Desta forma podemos considerar os integrados no domínio do Estado, as explorações ou áreas de reserva e/ou cativas onde se encontrem os “depósitos minerais” de especial interesse económico, “recursos hidrominerais” (águas minero-industriais e águas minerais naturais) e os “recursos geotérmicos”.

Já os não integrados no domínio público do Estado, encontram-se todos aqueles que podem ser objetos de propriedade privada ou outros direitos reais, nomeadamente as explorações de “massas minerais” referentes a pedreiras, assim como a “exploração de águas de nascente”.

No município de Vale de Cambra, encontramos dois perímetros correspondentes a áreas potenciais para recursos minerais. Essas áreas estão denominadas como “Quinta do Poeta” e “Feiteira”, com alvarás n.º 2239 e 2278 respetivamente. Estas áreas correspondem ambas a depósitos minerais de tungsténio (ou volfrâmio) e estão ambas localizadas na Freguesia de Macieira de Cambra. Importante ainda de ressaltar que não existem direitos mineiros atribuídos a estas áreas, pelo que essas áreas se encontram disponíveis.

Nos registos nacionais de Pedreiras existe ainda uma exploração de massas minerais em laboração no município de Vale de Cambra, designada como Pedral, Pedreiras do Crasto de Cambra, S.A., sendo que esta não se encontra integrada no domínio público do estado, ou seja, não se encontra em área cativa ou de reserva (sendo esta objeto de propriedade privada e/ou outros direitos reais).

Esta exploração está instalada no lugar denominado por Castro de Cambra, freguesia de Macieira de Cambra. Esta exploração, de média dimensão, labora há quase 50 anos e dedica-se à extração de pedras britadas, a partir do granito. Esta unidade ocupa atualmente uma área total de 19,75 hectares. No entanto foi já licenciada pela CM de Vale de Cambra,

com parecer positivo de Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), a ampliação do seu perímetro de exploração para sul, com uma área aproximada de 4,6 hectares. Para a aprovação deste aumento, a Pedral S.A. comprometeu-se a realizar esta nova exploração à superfície, por forma a ter um menor impacte ambiental, principalmente na morfologia da topografia do terreno existente.

De acordo com o artigo 71º do RJIGT, a categoria de espaços destinados a áreas afetas à exploração de recursos energéticos e geológicos deve-se encontrar na classificação de solo rústico.

Quanto à qualificação do solo, encontramos somente um perímetro definido como espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos no Concelho. Trata-se do perímetro da área de exploração da Pedral S.A.

Já no que concerne à carta de servidões e restrições de utilidade pública (carta de condicionante), no concelho, apenas encontramos uma categoria no âmbito dos “espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos”. Esta categoria está definida como “zona de defesa” da exploração da Pedral S.A..

A delimitação da respetiva área de defesa, foi executada a partir do limite da propriedade da exploração e segundo os pressupostos do Decreto-Lei n.º 340/2007 de 12 de outubro, por forma a assegurar a proteção das áreas envolventes à exploração.

Tratando-se o PDM de um documento estratégico, foi definido ao nível da classificação e qualificação do solo que parte da atual exploração da Pedral S.A. se mantenha na categoria de “Espaços de Atividades Económicas”, com o intuito de promover e incentivar, de alguma forma, a recuperação da exploração. Pretende o município de Vale de Cambra, através do seu PDM, tornar de alguma forma vantajoso e exequível para a entidade exploradora preceder à reconversão da exploração, havendo assim a possibilidade da futura valorização dos terrenos nessa área e eventual comercialização.

4.3.1.8. Espaços de ocupação turística

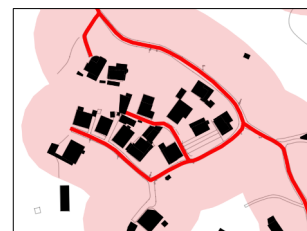
Os espaços de ocupação turística, caracterizam-se pela reserva estratégica de terrenos para instalação e execução futura de novos espaços de utilização para fins turísticos, cuja implementação se pretende que sejam da responsabilidade privada, associada a prazos de execução previstos no programa de execução e na Planta de Ordenamento – Programação e Execução.

4.3.2. Categorias do Solo Urbano

A metodologia para a categorização do solo urbano assentou no princípio de que o crescimento linear ao longo das vias, associado aos elevados custos de infraestruturização, não é desejável, o que se traduz numa redução efetiva dos perímetros, indo de encontro às recomendações para a racionalização da utilização das infraestruturas existentes e a construir, adequando esta categoria às realidades locais.

A definição destes aglomerados foi complementada com os seguintes critérios:

- *Buffer* de 40 metros ao eixo da rede viária existente;
- *Buffer* de 45 metros à rede de abastecimento de água;
- *Buffer* de 45 metros à rede de drenagem de águas residuais;
- *Buffer* de 100 metros às infraestruturas de suporte às indústrias e armazéns existentes;
- Análise dos pedidos dos interessados, resultantes da participação pública quer preventiva, quer em fase de elaboração/revisão;
- Ao longo de arruamentos com programação de infraestruturização, traduzida no plano de ação;
- Compromissos assumidos pela Câmara Municipal, traduzidos em relatório próprio;
- Análise do número de pisos do edificado;
- Avaliação de Restrições de Utilidade Pública;
- Trabalho de campo, com destaque para:
 - características morfológicas do Município;
 - o conhecimento da rede hidrográfica;
 - o levantamento da rede viária, definindo a rede viária habilitante;
 - identidade e características do lugar - *genius loci*.



4.3.2.1. Espaços centrais

Área consolidada que integra funções habitacionais, nomeadamente, habitações multifamiliares, em geral, preferencialmente à face dos arruamentos, verificando-se, ainda, a concentração de atividades terciárias e edifícios de utilização coletiva. Pretende-se a consolidação da identidade da área central no limite da área da cidade.

O espaço central está subdividido em tipo I – maior densidade e em tipo II – média densidade.

4.3.2.1.1. Espaço central tipo I – maior densidade

Áreas consolidadas que integram, maioritariamente, habitações multifamiliares de cêrcea mais elevada.

4.3.2.1.2. Espaço central tipo II – média densidade

Áreas consolidadas que integram, maioritariamente, habitações multifamiliares de cêrcea mais baixa relativamente à categoria de Espaço central tipo I – maior densidade.

4.3.2.2. Espaços habitacionais

Áreas que integram espaços residenciais de maior densidade habitacional, constituindo áreas urbanas ocupadas predominantemente por habitação unifamiliar ou multifamiliar.

4.3.2.3. Espaços urbanos de baixa densidade

Áreas preferencialmente destinadas a habitação unifamiliar (em núcleos consolidados) ou isoladas, verificando-se a existência de espaços de atividade agrícola complementar, áreas de comércio e serviços pontuais.

4.3.2.4. Espaços de atividades económicas

Áreas que integram zonas industriais urbanizadas, espaços de indústria e armazéns consolidados e, ainda, indústrias isoladas e edifícios comerciais de média dimensão. O espaço de atividades económico está subdividido em Espaço de Atividades Económicas – Comércio e Serviços e Espaço de Atividades Económicas – Atividades Industriais, Armazéns e Logística.

4.3.2.4.1. Espaços de atividades económicas - comércio e serviços

Áreas que integram comércio e serviços.

4.3.2.4.2. Espaços de atividades económicas - atividades industriais, armazém e logística

Áreas que integram atividades industriais, armazém e logística.

4.3.2.5. Espaços de uso especial

Os espaços de uso especial incorporam os espaços destinados a equipamentos, a infraestruturas estruturantes e a turísticos.

4.3.2.5.1. Espaços de uso especial – equipamento

Áreas destinadas a localização de equipamentos de utilização coletiva, serviços públicos e Instituições Particulares de Solidariedade Social, que assegurem a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer.

4.3.2.5.2. Espaço de uso especial – infraestruturas estruturantes

Área que integra o posto de transformação de energia elétrica.

4.3.2.6. Espaços verdes

Áreas destinadas a garantir o equilíbrio ecológico, proteção e valorização ambiental, podendo assumir funções e atividades de recreio, lazer e culturais, onde são permitidas instalações e mobiliário urbano que favoreçam o uso pela população.

O espaço verde está subdividido em espaço verde urbano e espaço verde complementar.

4.3.2.6.1. Espaços verdes urbanos

Corresponde a áreas verdes públicas, correspondendo a jardins e praças públicas.

4.3.2.6.2. Espaço verde complementar

Integra áreas de interior de quarteirão, onde se admitem atividades lúdicas, de recreio e lazer, e cujo uso é preferencialmente dedicado à prática agrícola.

4.4. Estrutura Ecológica Municipal

A necessidade de encontrar o equilíbrio entre os sistemas naturais e as sociedades é cada vez maior. A importância da Estrutura Ecológica nos processos de planeamento do território permite que esse equilíbrio seja alcançado, através da manutenção e preservação dos processos ecológicos e recursos naturais.

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) constitui uma estrutura espacial da paisagem que salvaguarda os recursos e sistemas naturais, com vista à sustentabilidade do território e das populações. Estabelecida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), é considerado um elemento determinante no processo de planeamento, cabendo aos instrumentos de gestão territorial a sua identificação. Esta estrutura tem ainda associada a componente humana e em que as interações entre os espaços naturais e culturais são uma prioridade para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

A Estrutura Ecológica é considerada como um recurso territorial, entre outros, como os recursos e valores naturais ou as áreas agrícolas e florestais. Podemos considerar que a estrutura ecológica é caracterizada por cinco objetivos principais:

- Conservar a biodiversidade à escala da Paisagem ou do ecossistema;
- Manter e/ou reforçar a coerência ecológica, especialmente através do estabelecimento de ligações;
- Garantir a proteção de áreas críticas sujeitas a efeitos potencialmente negativos;
- Restaurar os ecossistemas degradados;
- Promover a complementaridade entre o uso do solo e os objetivos de conservação da biodiversidade.

Este instrumento de planeamento municipal “incide nas diversas categorias de solo rústico e de solo urbano com um regime de uso de solo adequado às suas características e utilizações, não constituindo uma categoria de uso de solo autónoma” (Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto).

Esta estrutura deve ainda ter como o princípio o “*continuum naturale*” conforme o consagrado na Lei de Bases do Ambiente (LBA), de modo a estabelecer um sistema constituído por diferentes biótopos e por corredores que os interliguem e que sirvam de suporte à vida silvestre.

Em Portugal, a Estrutura Ecológica Municipal deve ter em conta vários diplomas legais e diretrizes setoriais, tais como o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território

(PNPOT), Plano Domínio Público Hídrico, a REN, a RAN, a Lei de Bases do Ambiente, a Rede Natura 2000 e a Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 na qual a Estrutura Ecológica é entendida como um recurso territorial, um conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos como também é constituída por sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais.

4.4.1 Conceitos e fundamentos

Paisagem

A Paisagem, de acordo com Figueira, 2010 (Dissertação de Mestrado), é um sistema complexo em permanente transformação, que resulta de processos naturais e/ou de processos antrópicos. Entende-se como um conceito holístico de Paisagem aquele que integre as várias componentes: a ecológica, relativa aos ecossistemas, a cultural, relativa à humanização da Paisagem e a socioeconómica referente aos fatores sociais e às atividades económicas que transformam a Paisagem.

A Estrutura Ecológica da Paisagem

De acordo com Magalhães, 2001, citado por Figueira, 2010 (Dissertação de Mestrado), a Estrutura Ecológica da Paisagem é constituída pelos elementos que integram os sistemas ecológicos fundamentais da Paisagem. A componente visível destes ecossistemas constitui áreas de elevada sensibilidade que devem ser preservadas de modo a permitirem a conservação da água, do solo, da vegetação natural e semi-natural e a circulação de massas de ar ao nível topoclimático. Também o sub-solo e o clima são elementos que influenciam a Paisagem “Natural”, embora sem expressão espacial visível, mas com influência determinante.

A Estrutura Cultural da Paisagem

A Estrutura Cultural da Paisagem inclui toda a obra do Homem na Paisagem através dos tempos. Constituída pelos elementos construídos com materiais inertes, nomeadamente os edifícios, as vias que interligam os espaços edificados e que permitem dar uma continuidade à estrutura e pelas áreas com aptidão ecológica à edificação (Magalhães et al., 2007).

Sistema-Paisagem

Já o conceito de “Sistema-Paisagem” consiste numa metodologia de intervenção da Paisagem que tem sido desenvolvida desde 2005 com os Planos Verdes Municipais, e

permite que a interação entre os fatores ecológicos e humanos resulte num balanço ecologicamente positivo.

O Sistema-Paisagem, é constituído por diversos subsistemas:

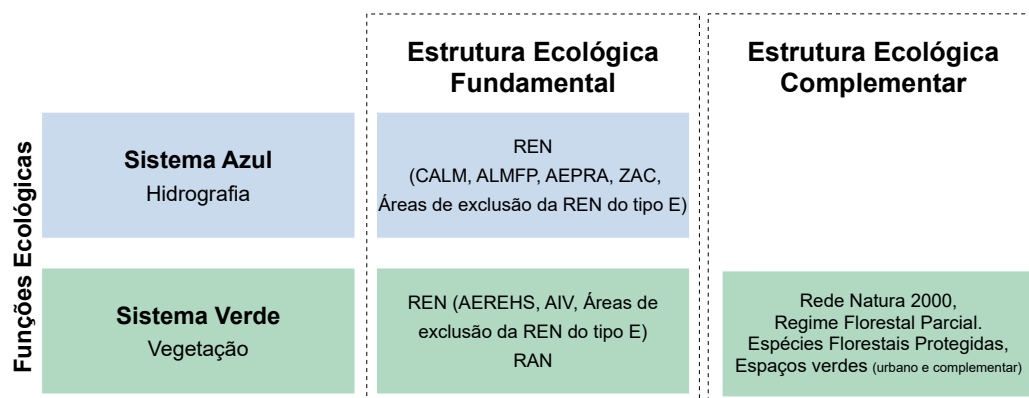
- a morfologia do terreno,
- a geomorfologia,
- o solo,
- a vegetação,
- o clima,
- as atividades humanas ao longo do tempo.

4.4.2 Metodologia

A metodologia assumida para a elaboração da delimitação da EEM foi baseada numa Estrutura Global da Paisagem, a qual é decomposta em duas subestruturas. Por um lado a Estrutura Ecológica Fundamental e por outro a Estrutura Ecológica Complementar.

Na Estrutura Ecológica Fundamental, foram consideradas todas as tipologias da Reserva Ecológica Nacional (REN) subdivididas pelo Sistema Azul (Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM), Albufeiras e respetivos leitos, margens e faixas de proteção (ALMFP), Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA), Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)) e pelo Sistema Verde (Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS) e Áreas de instabilidade de vertentes (AIV)) e pela Reserva Agrícola Nacional (RAN) no Sistema Verde.

Na Estrutura Ecológica Complementar, foram consideradas a Rede Natura 2000, o Regime Florestal Parcial, as Espécies Florestais Protegidas (Azevinho espontâneo e Sobreiros e Azinheiras) e os Espaços verdes (urbano e complementar), no Sistema Verde.

Diagrama n.º 5 - Metodologia para a elaboração da delimitação da EEM

Com base nos conceitos definidos, considera-se que a Estrutura Ecológica constitui um instrumento de planeamento territorial que integra de forma contínua os elementos da Paisagem, que contribuem para a sustentabilidade ecológica da Paisagem e qualidade de vida das populações.

Os elementos que a compõem devem ser criteriosamente selecionados, organizados e geridos de forma a alcançar diferentes objetivos, que podem ser ecológicos, recreativos, produtivos, culturais, estéticos entre outros, mas que considerem o objetivo fundamental desta Estrutura.

Conclui-se que o desenvolvimento de uma Estrutura Ecológica não deve ter um começo nem um fim. Mas, tal como a Paisagem, deve ser um processo evolutivo, que varia no tempo e no espaço, que encontrará barreiras e que as ultrapassará através da cooperação e participação de toda a comunidade.

4.5. Zonamento Acústico

Inúmeros estudos indicam que o ruído representa uma séria preocupação ambiental, sendo uma das principais ameaças à saúde e à qualidade de vida das populações.

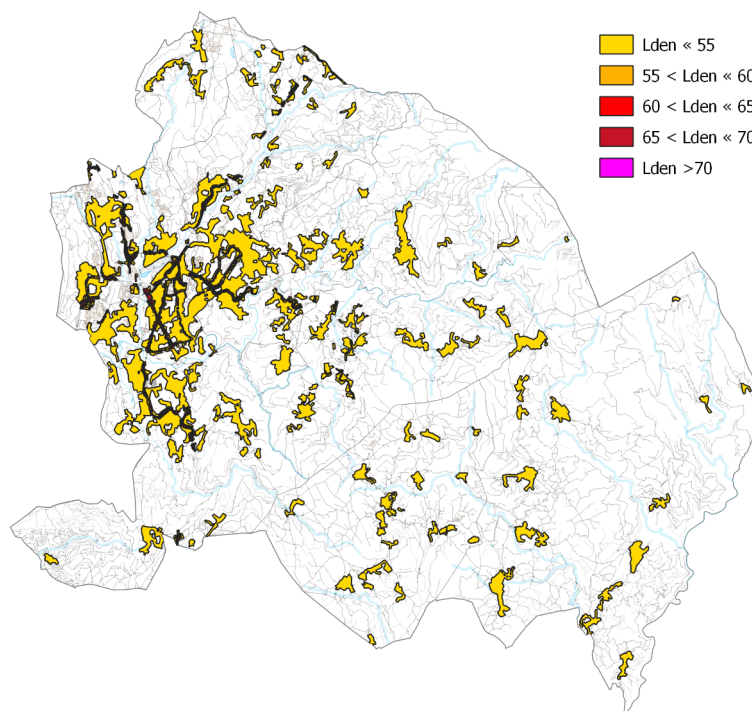
Nas áreas urbanas, o ruído é muitas vezes considerado como algo normal, quase como parte integrante do território, que se encontra ocupado em grande parte por edifícios e infraestruturas de transporte. Os meios de transporte, essenciais para a vida económica e quotidiana, são identificados como as principais fontes de poluição sonora, com destaque para o tráfego rodoviário como o fator preponderante. Diante dessa realidade, as autoridades têm respondido implementando e aprimorando políticas de controlo do ruído.

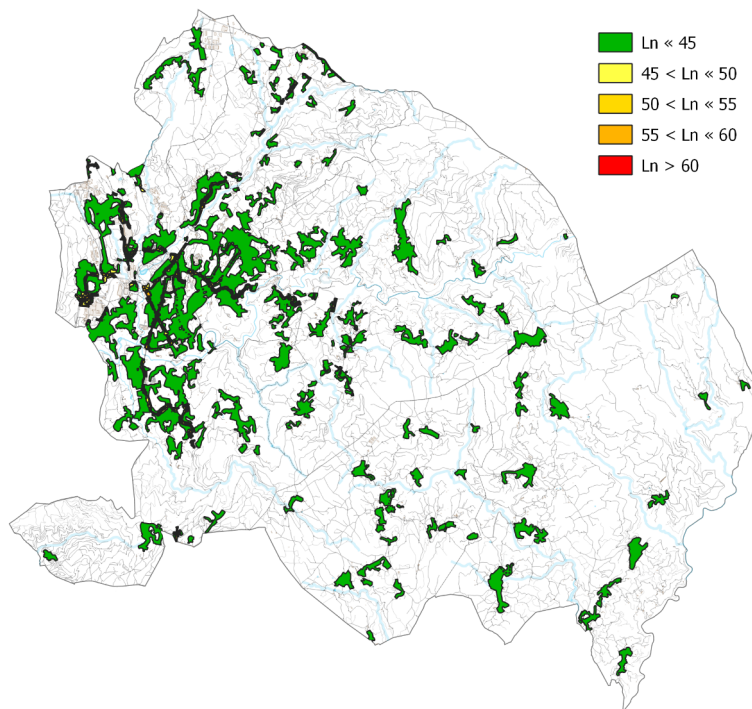
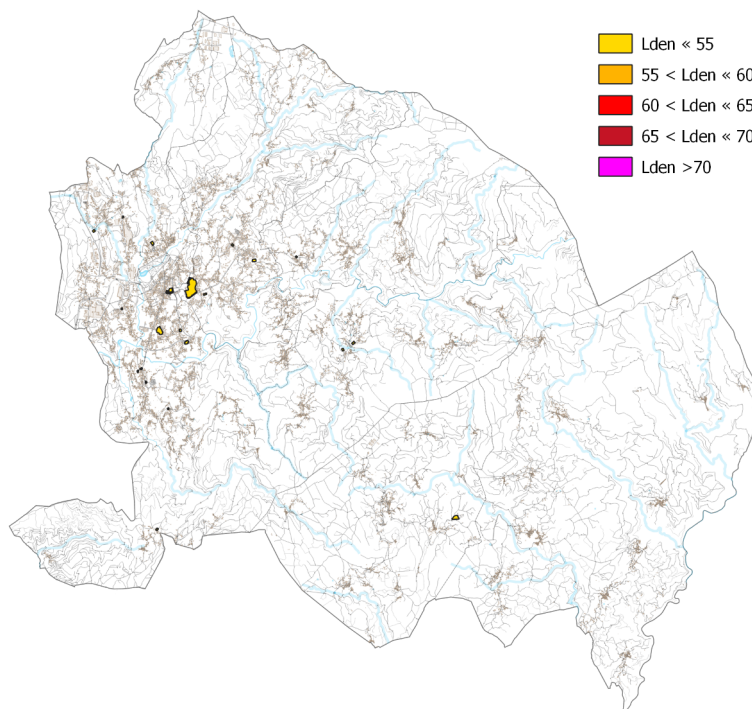
Este ponto delinea o plano de ação a ser executado nas fontes de ruído sob a jurisdição do Município, iniciando pela identificação das áreas críticas no concelho, ou seja, aquelas em que os valores-limite são excedidos.

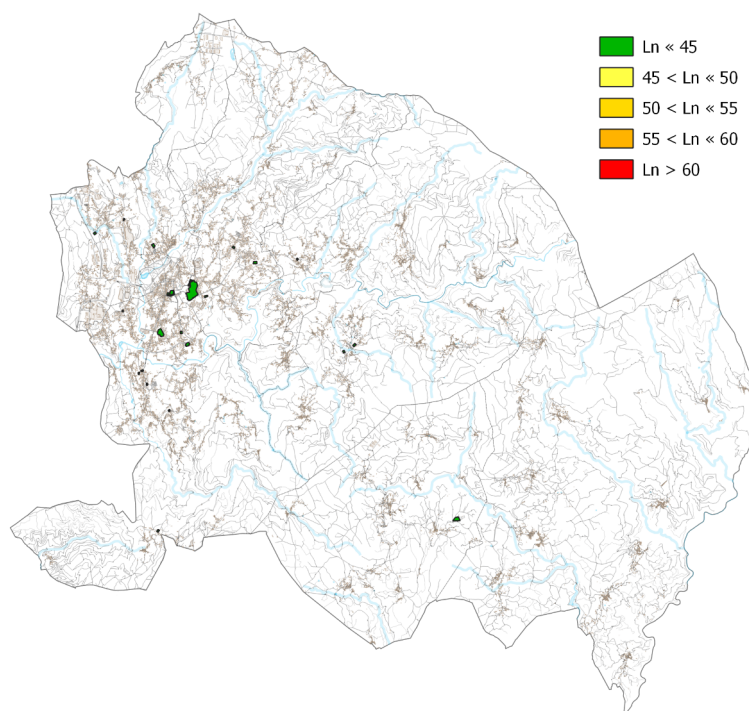
Para minimizar estas fontes de ruído, cada situação identificada é analisada individualmente, de modo a ser possível identificar medidas de minimização a implementar.

O Zonamento Acústico está classificado em dois tipos: a Zona Mista ao Ruído e a Zona Sensível ao Ruído. Houve uma sobreposição das mencionadas zonas com os correspondentes valores de Lden e Ln, conforme ilustrado nos Cartogramas n.ºs 1, 2, 3 e 4.

Cartograma n.º 19 – Cruzamento da Zona Mista ao Ruído com o indicador Lden



Cartograma n.º 20 – Cruzamento da Zona Mista ao Ruído com o indicador Ln**Cartograma n.º 21 – Cruzamento da Zona Sensível ao Ruído com o indicador Lden**

Cartograma n.º 22 – Cruzamento da Zona Sensível ao Ruído com o indicador Ln

No contexto da verificação das áreas de conflito, os valores constantes no Regulamento Geral do Ruído (RGR) foram tidos em consideração. São utilizados os valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior, por tipo de classificação, conforme apresentado no Quadro n.º 6.

Estes parâmetros são cruciais para avaliar e garantir a conformidade com as normas estabelecidas para o controle do ruído no ambiente exterior.

Quadro n.º 11 – Identificação do tipo de classificação acústica e dos respetivos valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior

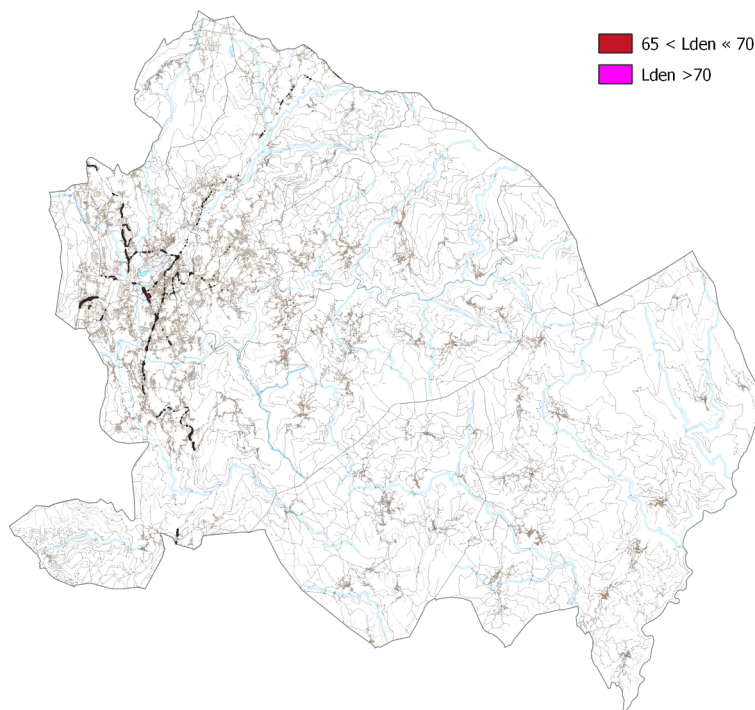
Classificação de Zonas	Lden	Ln
Zona Mista ao Ruído	65 dB(A)	55 dB(A)
Zona Sensível ao Ruído	55 dB(A)	45 dB(A)

Ao aplicar os valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior, torna-se evidente que tanto para o indicador Lden quanto para o indicador Ln, existem áreas de conflito, conforme os Cartogramas n.ºs 5, 6, 7 e 8 abaixo apresentadas.

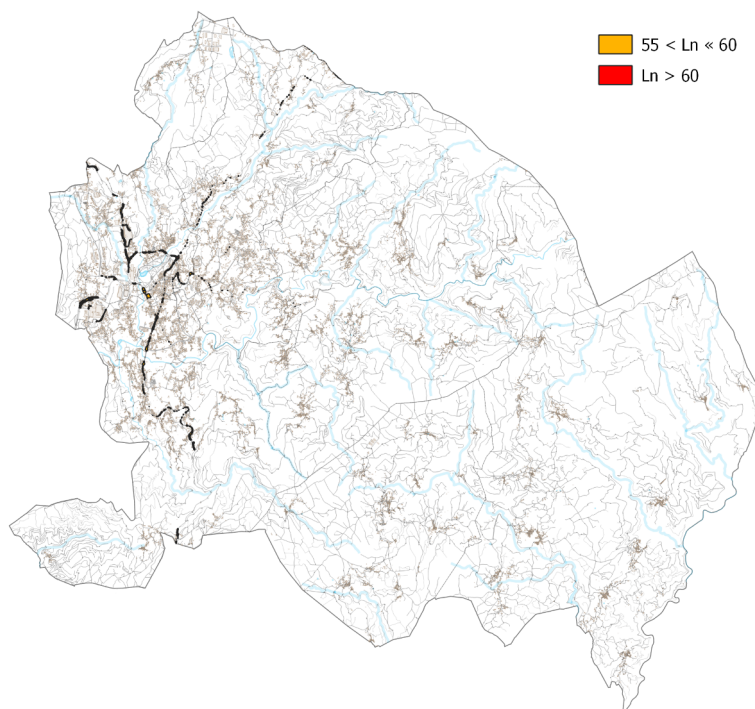
Este procedimento evidencia as áreas em que os níveis de ruído ultrapassam as normas estabelecidas, fornecendo um indicativo crucial para avaliar a necessidade de adotar medidas mitigadoras ou corretivas. A identificação dessas áreas de conflito é essencial para

preservar e melhorar a qualidade acústica do ambiente, contribuindo para o bem-estar e conforto da população.

Cartograma n.º 23 – Mapa de conflito do município na zona mista ao ruído – Indicador Lden

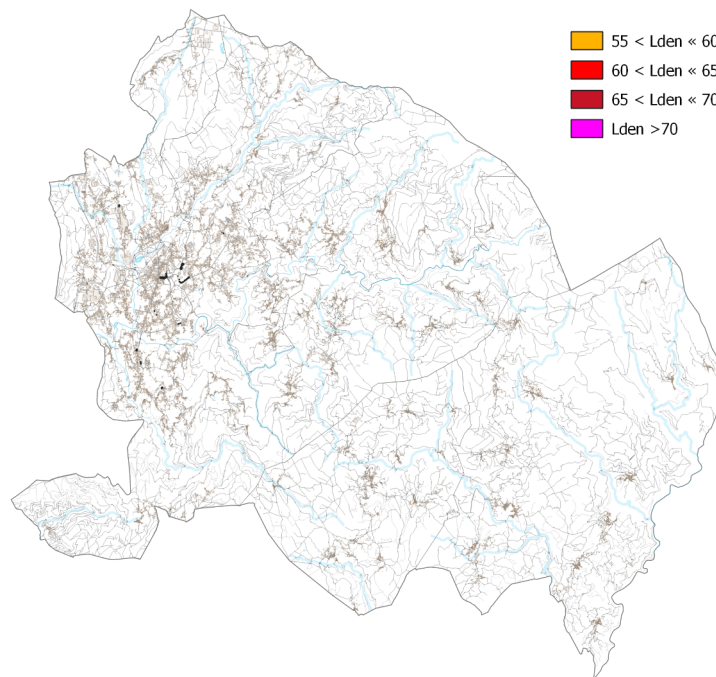


Cartograma n.º 24 – Mapa de conflito do município na zona mista ao ruído – Indicador Ln

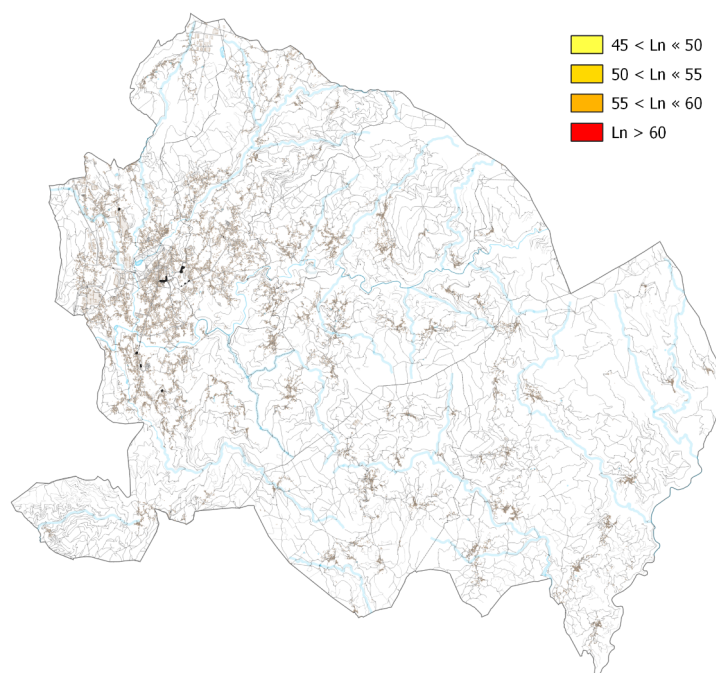


No que diz respeito à Zona Mista ao Ruído, nota-se que as áreas de conflito, em ambos os indicadores, estão restritas principalmente ao longo das vias principais. Esta condição é observada também nas vias sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal. Nesse contexto, o ruído gerado provém exclusivamente do tráfego automóvel, sem se propagar significativamente para além dessas vias, permanecendo localizado e limitado à sua área imediata.

Cartograma n.º 25 – Mapa de conflito do município na zona sensível ao ruído – Indicador Lden



Cartograma n.º 26 – Mapa de conflito do município na zona sensível ao ruído – Indicador Ln



Quanto à Zona Sensível ao Ruído, é evidente que as áreas de conflito, identificadas por ambos os indicadores, coincidem nos mesmos locais. Estas situações de conflito são observadas no Centro de Saúde de Vale de Cambra, na Escola Básica e Secundária de Búzio, no Centro Escolar do Búzio e no Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões, conforme ilustrado nas figuras subsequentes.

As áreas de conflito, onde os níveis de ruído ultrapassam as normas estabelecidas, resultam essencialmente da circulação viária, destacando-se a necessidade de avaliações e intervenções específicas nestas áreas. O objetivo é mitigar os impactos sonoros provenientes do tráfego rodoviário e assegurar a conformidade com a regulamentação acústica vigente.

As medidas a serem implementadas incluem a utilização de sinalização vertical e horizontal, visando a redução de velocidade, preferencialmente até aos 30 km/h. No caso do Centro Social e Paroquial de São Pedro de Castelões, é crucial a implementação de medidas em colaboração com as Infraestruturas de Portugal (IP), considerando a proximidade deste estabelecimento à infraestrutura rodoviária sob sua jurisdição. Estas ações visam garantir um ambiente mais silencioso e seguro, especialmente em áreas sensíveis, promovendo assim o bem-estar da comunidade local.

Figura n.º 1 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído – Lden

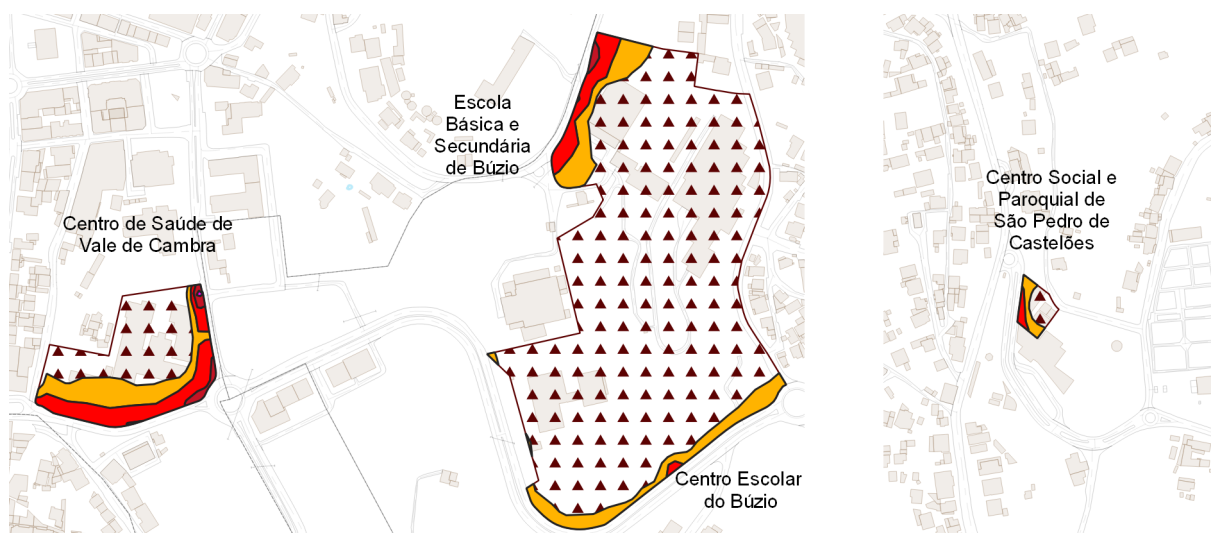
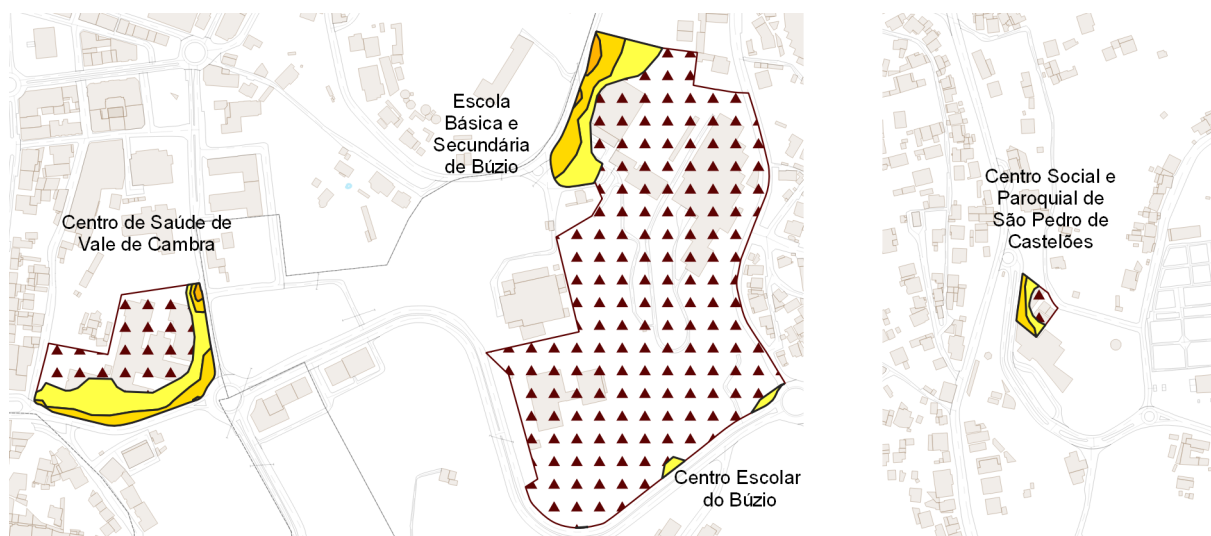


Figura n.º 2 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Ln

Foram identificadas mais três situações de conflito, nomeadamente nas Escolas Básicas de Codal e do Covo e o Jardim de Infância de Areias, onde o ruído identificado é proveniente da circulação viária numa via sob a responsabilidade das Infraestruturas de Portugal (IP). Diante disso, é crucial que a IP, em cooperação com a Câmara Municipal (CM), adote medidas semelhantes às propostas nas situações análogas acima identificadas. Essas medidas incluem a implementação de sinalização vertical e horizontal, visando a redução de velocidade na via afetada, contribuindo assim para atenuar os impactos sonoros e promover um ambiente mais tranquilo nessas áreas sensíveis. A coordenação entre ambas as entidades é essencial para garantir a eficácia e a coerência das ações a implementar.

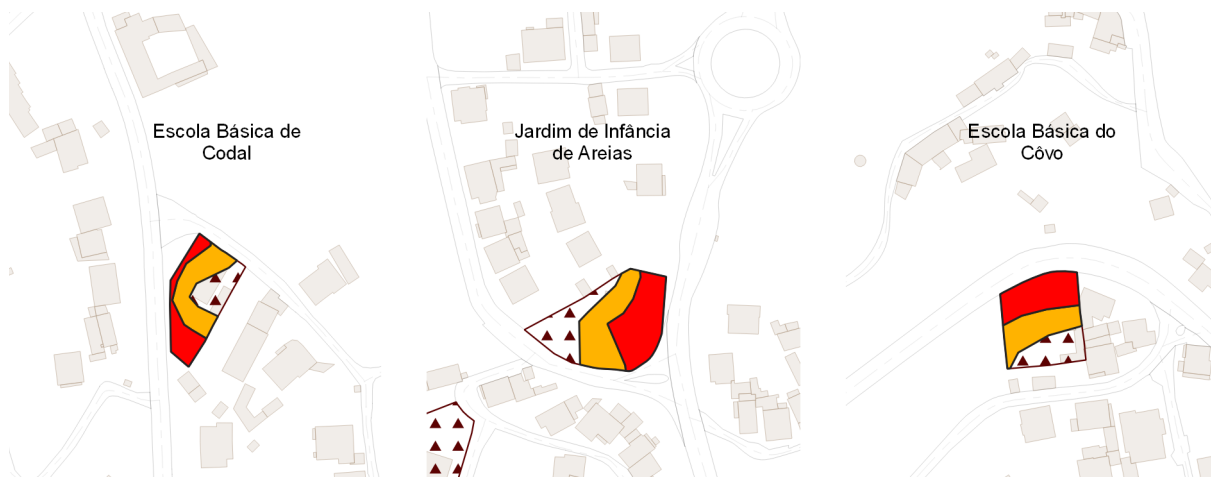
Figura n.º 3 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Lden

Figura n.º 4 – Áreas de Conflito na Zona Sensível ao Ruído - Ln

A análise realizada indica que as situações de conflito não se afiguram preponderantes para a tomada de decisão ao nível das opções de ordenamento.

Não são identificadas áreas significativas de conflito nas Zonas Mistas que justifiquem a implementação de medidas de mitigação. Além disso, não é previsível que as propostas de áreas empresariais e de novas vias causem impactos relevantes no que diz respeito ao ruído. Essas observações sugerem que, no contexto do ordenamento em estudo, as preocupações relacionadas ao ruído não exercem uma influência substancial nas decisões a serem tomadas.

4.6. Comparação da qualificação do solo entre o PDM em vigor e o PDM em revisão

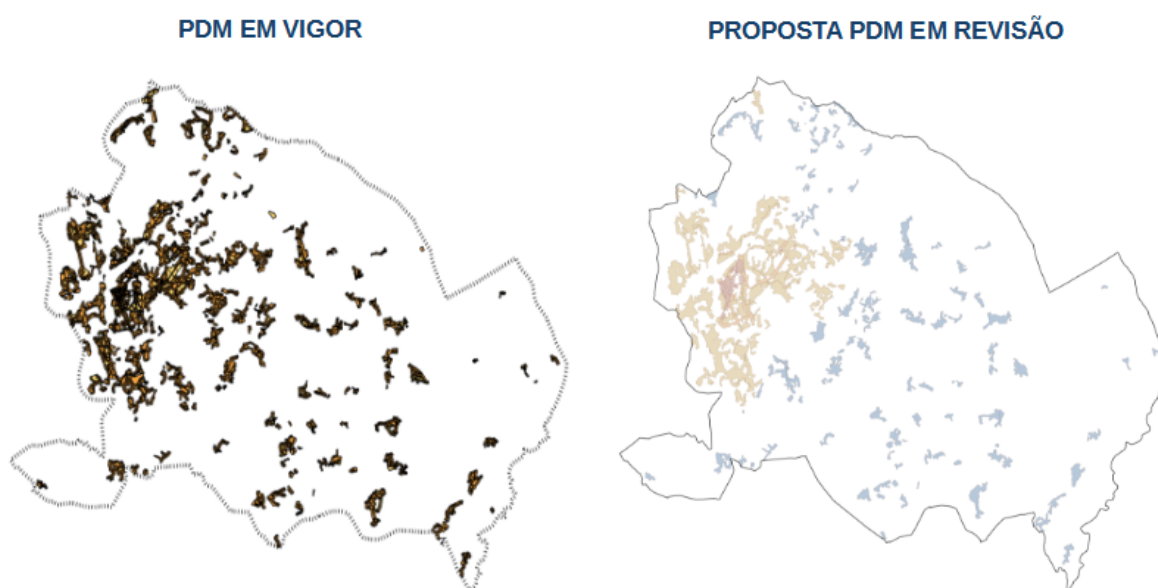
Procedeu-se a uma análise comparativa, em termos de qualificação do solo entre o PDM em vigor e a proposta do PDM em revisão.

Nesta análise procedeu-se à comparação entre as áreas urbanas, os espaços de atividades económicas, os espaços florestais, os espaços agrícolas e a REN.

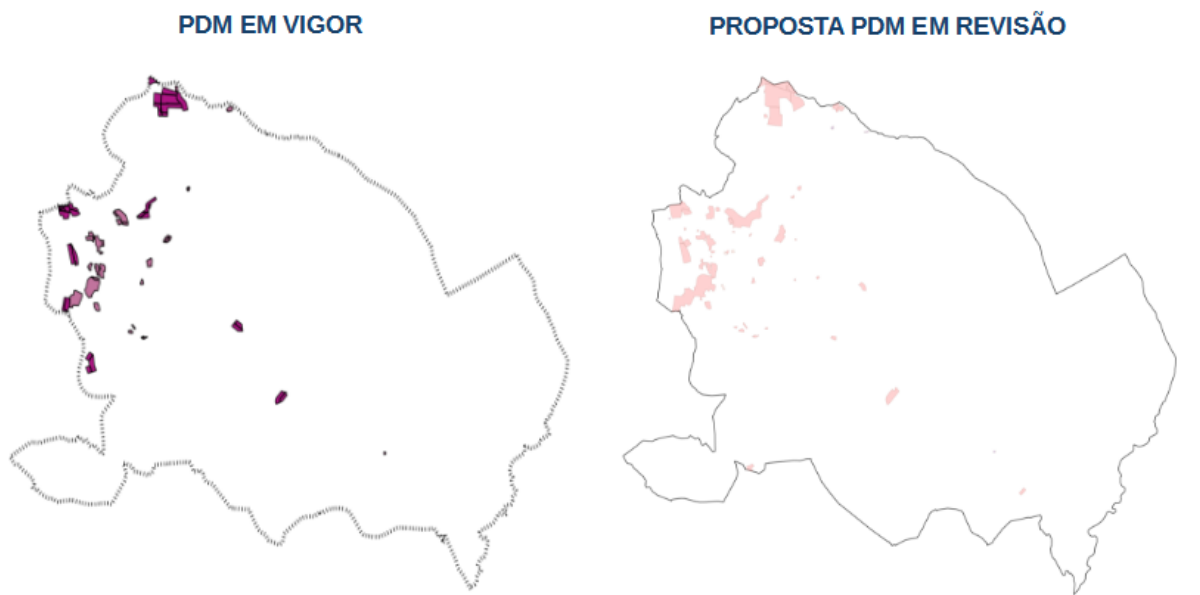
4.6.1 Espaços para habitação e espaços de atividades económicas

Os espaços destinados à habitação, na proposta de revisão e, para possibilitar a comparação, irão integrar os aglomerados rurais. Assim, verifica-se que entre o PDM em vigor e a proposta em revisão que há uma redução de área de construção para habitação em 2,8%.

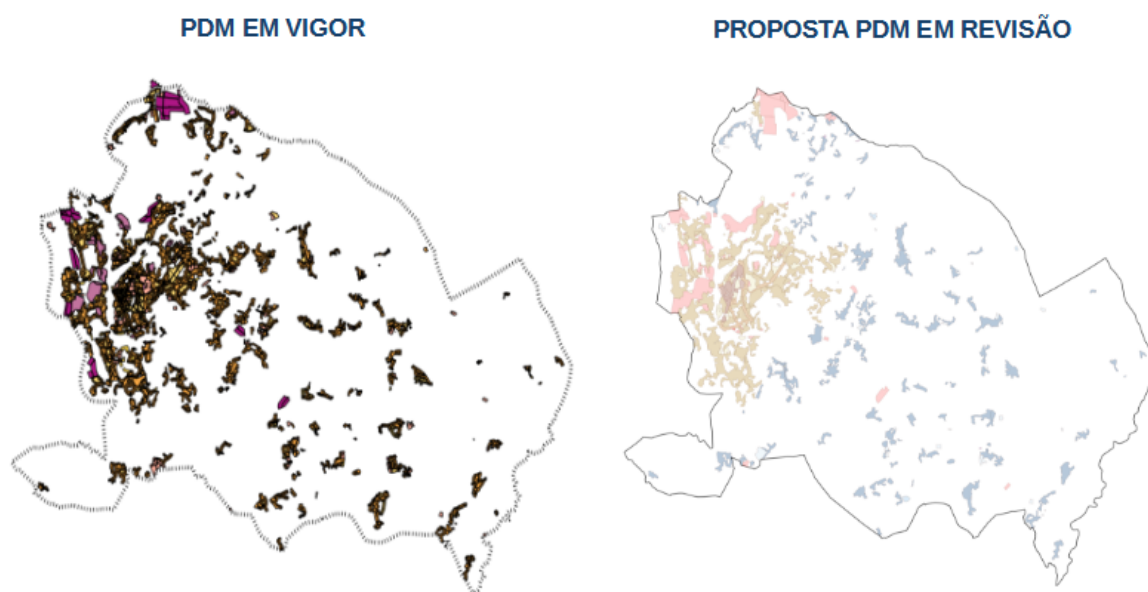
Cartogramas n.º 27 – Comparação entre os espaços para habitação



Relativamente aos espaços de atividades económicas, sendo este um dos vetores fundamentais na proposta de revisão, assiste-se a um aumento dos espaços disponibilizados para instalação de atividades económicas traduzidos em aproximadamente 26,32%, entre o PDM em vigor e a proposta em revisão.

Cartograma n.º 28 – Comparação entre os espaços de atividades económicas

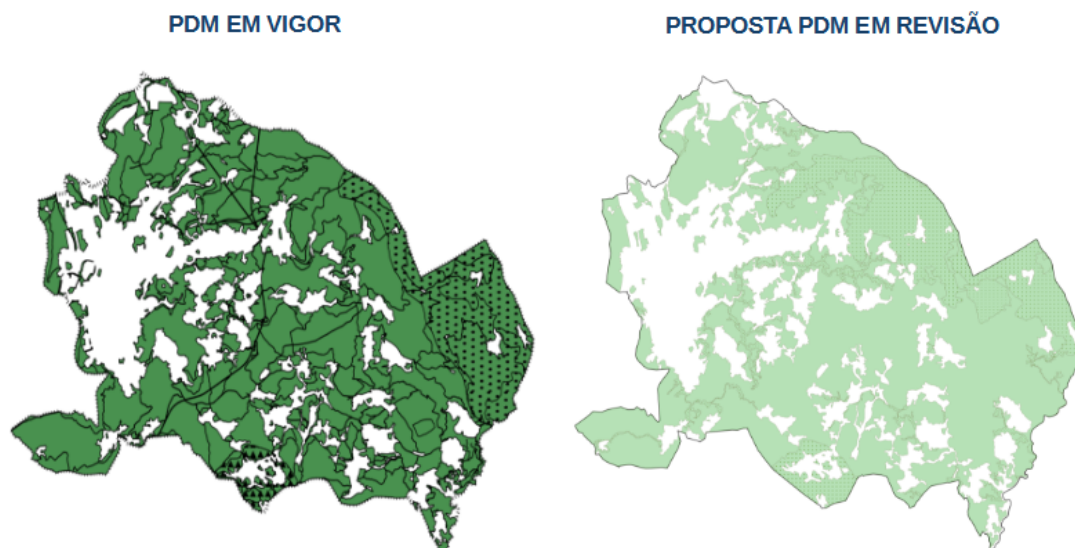
Analisando no seu conjunto, os espaços para habitação e os espaços de atividades económicas, verifica-se que há uma redução total desta área, em 5,8%.

Cartograma n.º 29 – Comparação entre os espaços para habitação e atividades económicas

4.6.2 Espaços florestais

Relativamente aos espaços florestais, assiste-se a um aumento desta área em 2,1%, entre o PDM em vigor e a proposta em revisão, sendo parte deste aumento o resultado do acerto de limites administrativos com o Município de Sever do Vouga.

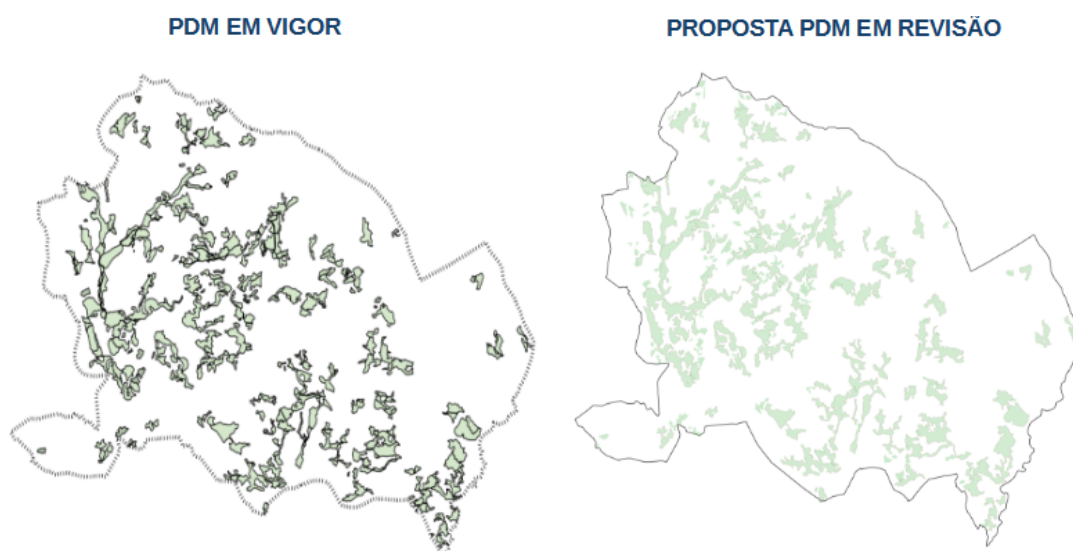
Cartograma n.º 30 – Comparação entre os espaços florestais



4.6.3 Espaços agrícolas

Relativamente aos espaços agrícolas, verifica-se que, entre o PDM em vigor e a proposta em revisão, há um aumento de área de 13%, que em parte se deve à integração de pomares e vinhas na RAN e à integração de áreas a urbanizar, previstas no atual PDM, e que não foram objeto de programação.

Cartograma n.º 31 – Comparação entre os espaços agrícolas



4.6.3.1 RAN

No respeitante à RAN, proposta elaborada em colaboração com a DRAPN, verifica-se que, entre o PDM em vigor e a proposta em revisão, há um aumento de área de 4%.

Cartograma n.º 32 – Comparação da RAN

PDM EM VIGOR



PROPOSTA PDM EM REVISÃO



4.6.4 REN

Quanto à REN, a aplicação da metodologia em vigor, resultou num aumento significativo desta condicionante, associada essencialmente às áreas de instabilidade de vertentes (AIV) e às áreas de erosão hídrica (AEREHS).

Cartograma n.º 33 – Comparação da REN

PDM EM VIGOR



PROPOSTA PDM EM REVISÃO



5. HIERARQUIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE URBANIDADE

A estrutura urbana está diretamente interligada com o grau de urbanidade do território e com a pluralidade de atividades económicas, da rede de equipamentos de utilização coletiva, do nível de prestação de serviços entre outras funções preponderantes. Estas são funções que determinam a dinâmica da ocupação do território e o grau de dependência da população em relação às mesmas.

Para a concretização da hierarquia das diferentes ocupações territoriais, foi considerada a existência de equipamentos, serviços, comércio, dimensão populacional e habitacional, tal como consta no quadro seguinte.

Quadro n.º 12 – Parâmetros para a aferição dos níveis de urbanidade

		Sedes e antigas sedes de Freguesia								
		Arões	Cepelos	Junqueira	Macieira de Cambra	Rôge	S. P. de Castelões	União de Freguesias		
								Vila Chã	Codal	VCP
Administrativos	Câmara Municipal									
	Sedes e antigas sedes de JF									
	Tribunal									
	Finanças									
	Segurança Social									
Culturais	Biblioteca									
	Museu									
	Registo de Notariado									
	Centro cultural ou similar									
	Loja de turismo									
Desportivos	Piscinas									
	Campo de Jogos									
	Polidesportivos									
	Pavilhões									
Ensino	Pré-Escolar									
	EB1									
	EB2,3									
	Secundário									
	Formação Profissional									
Lazer	Parques									
	Jardins Públicos									
	Espaços de Jogo e Recreio									
Proteção Civil	Bombeiros									
	GNR									
	GIPS									
	Sapadores Florestais									
Saúde	Centro de Saúde									
	Extensão do centro de saúde									

	Farmácia									
Sociais	Infância									
	Terceira idade									
Comércio e Serviços	Clínicas privadas									
	Mercado e Feira Municipal									
	Loja de abastecimento diário									
	Lojas especializadas									
	Bancos									
	Multibanco									
	Posto de combustível									

	Sedes e antigas sedes de Freguesia								
	Arões	Cepelos	Junqueira	Macieira de Cambra	Rôge	S. P. de Castelões	União de Freguesias		
							Vila Chã	Codal	VCP
População	1459	1313	1067	4752	1752	7254	3912	946	409
Alojamentos familiares	756	797	563	2505	861	3574	2113	424	225

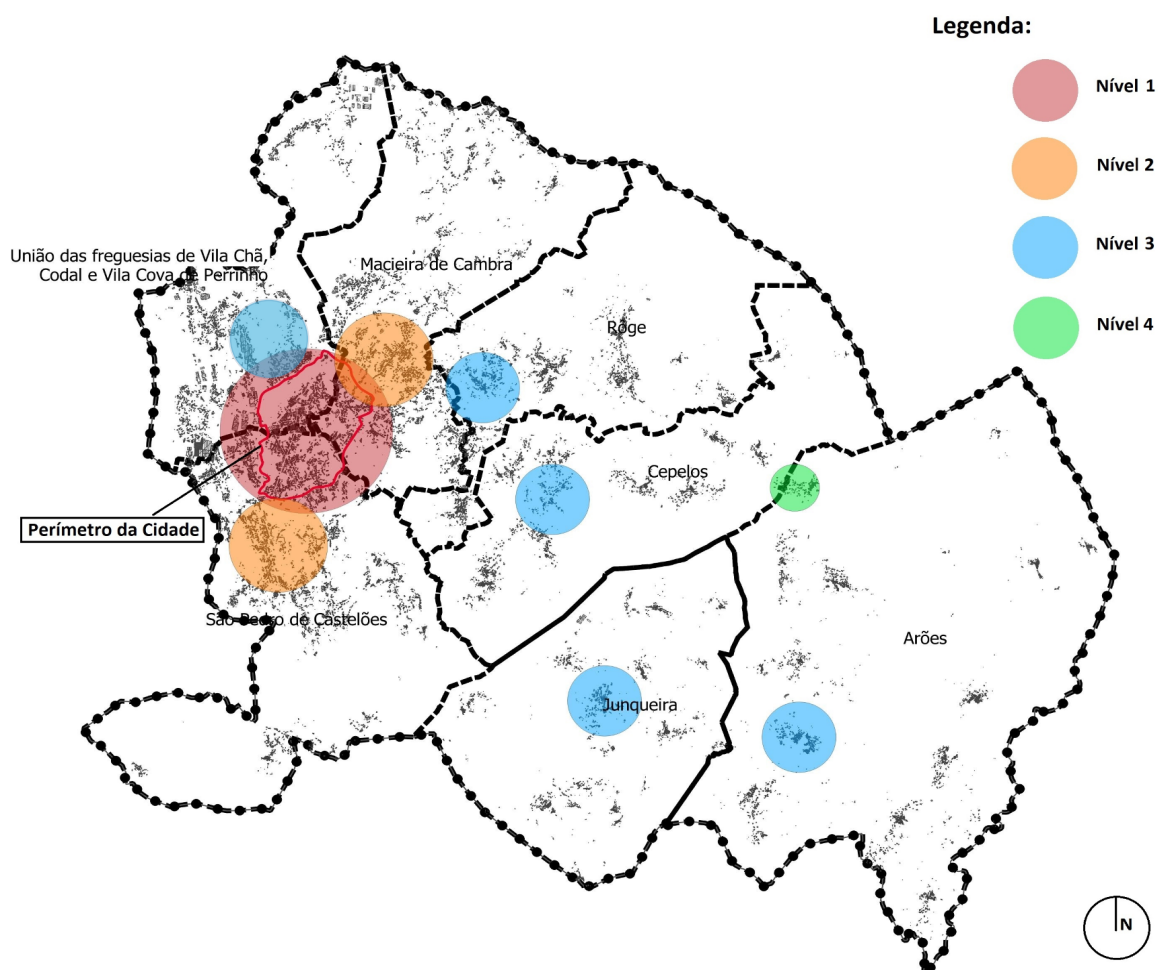
Denota-se uma polarização no perímetro da cidade, que compreende parcialmente parte de três freguesias, designadamente a freguesia de Macieira de Cambra, a freguesia de São Pedro de Castelões e a União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.

Esta polarização expande-se para as Vilas de Macieira de Cambra e São Pedro de Castelões.

Por conseguinte, temos as restantes freguesias com características mais rurais e que evoluíram com uma dinâmica distinta.

Por último, o lugar da Felgueira é distinguido pela sua proximidade à Serra da Freita, funcionando como um elo de ligação entre a Cidade e a Serra.

Assim, foi possível identificar uma hierarquização específica representada em quatro níveis (1, 2, 3 e 4), tal como demonstrado no Cartograma n.º 16.

Cartograma n.º 34 – Hierarquização dos níveis de urbanidade

Nível 1 – Corresponde à área onde o território é marcadamente urbano e sobressai face à sua envolvente pela concentração de serviços de carácter concelhio, e grande diversidade de serviços públicos e privados, de equipamentos e comércio, bem como onde se concentra o maior número de população e alojamentos familiares, correspondendo à área mais consolidada.

Nível 2 – Apresenta um número considerável de estabelecimentos, compreendendo a expansão do nível 1 para as Vilas de Macieira de Cambra e São Pedro de Castelões, pelo que, à escala local funcionam autonomamente.

Nível 3 – Possui um número reduzido de estabelecimentos, compreendendo as freguesias com características mais rurais, quase exclusivamente de uso residencial, fortemente ligados às atividades agrícolas e florestais.

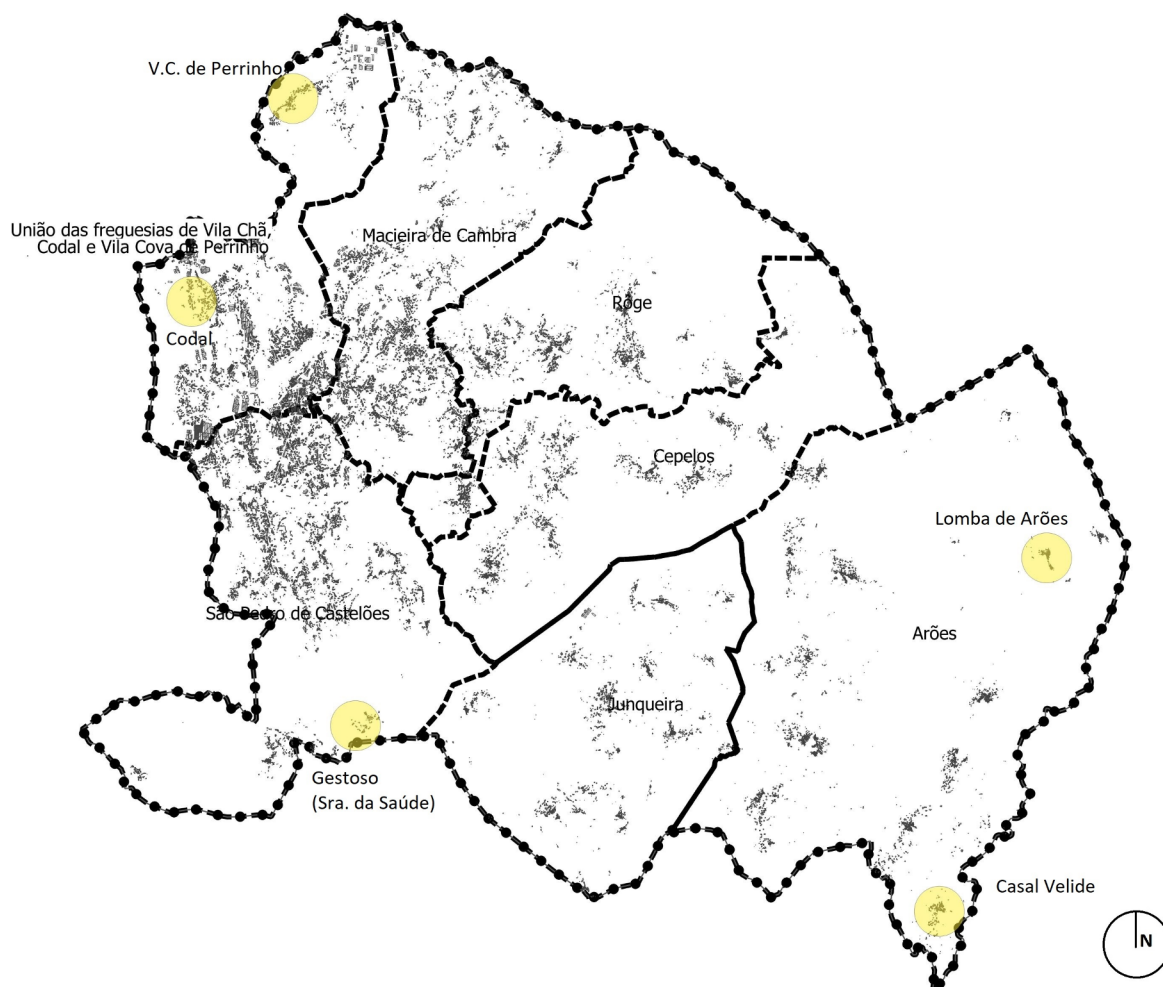
Nível 4 – Corresponde ao lugar da Felgueira, distinguida pela sua proximidade à Serra da Freita, localização estratégica de ligação entre a Cidade e a Serra. Este lugar é

predominantemente um espaço residencial e de segunda habitação, com uma componente turística muito forte.

Após a análise dos quatro níveis concluiu-se que a dicotomia é clara, assumindo Vale de Cambra uma estrutura macrocéfala, sendo muito polarizadora. Existe grande concentração dos serviços e comércio no centro da cidade, sendo que estes diminuem à medida que nos afastamos.

A dinâmica de crescimento do interior do concelho terá que ser induzida e sustentável. Este crescimento e a respetiva mitigação da desertificação do interior poderá passar pela aposta nos recursos culturais, naturais e patrimoniais que estas aldeias possuem, aproveitando o potencial turístico destas, como também qualificar alguns aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir aí desenvolvimento.

Com o objetivo de potenciar os níveis de urbanidade definidos, no Cartograma n.º 17 foram identificados **cinco pontos de desenvolvimento estratégico** nas extremidades do concelho, cujas características são incontornáveis e que se pretendem ver desenvolvidas, no sentido de conferir dinâmica aos núcleos rurais, bem como aos meios urbanos mais próximos.

Cartograma n.º 35 – Pontos estratégicos

Codal - Antiga sede de freguesia, apesar da pouca diversidade de funções, beneficia da proximidade à cidade, bem como à Rede de Autoestradas de Portugal Continental, configurando-se como entrada primordial à cidade de Vale de Cambra. Para além disto, beneficia ainda da presença de várias indústrias de grande dimensão.

Vila Cova de Perrinho - É uma zona com uma ocupação marcadamente rural, quase exclusivamente residencial e fortemente ligada a atividades agrícolas, com destaque para o Vale com características únicas no Concelho.

A Zona Industrial do Rossio, implantada a Norte da antiga sede de freguesia, veio proporcionar melhores condições de infraestruturação a nível de saneamento básico.

No entanto, dada a escala local, as funções são inexistentes, pelo que este se poderia tornar num centro de serviços, designadamente focado para a Z.I., ao invés da sua dependência quer à cidade, quer a outros lugares dentro e fora do concelho.

Aldeia da Lomba - A aldeia da Lomba é uma das mais icónicas aldeias do concelho, estando situada num promontório, na encosta sul da Serra da Freita e terminando numa pequena península onde se acotovelam uma capela, um cemitério, casas de habitação de características celtas, eiras e mais de 15 canastros alinhados.

A sua configuração particular, que resultou de três falhas, que fazem deste um importante local de interesse geológico, enquadram a aldeia nos três lados da península. Com grande extensão de vista para as aldeias de Aqualva, Carregal e Manhouce. A aldeia caracteriza-se pelas encostas íngremes e rochosas organizadas em socalcos, tirando partido das características morfológicas.

Integrado no PR 3 – Vereda do Pastor, é possível, a partir da aldeia da Lomba visitar as aldeias abandonadas das Porqueiras, a 1 km, com uma cascata frondosa, e das Berlengas, a 2 km.

Aldeia de Casal Velide - Distinguida pela originalidade dos seus habitantes que, para além de investirem na reabilitação do parque habitacional, também são impulsionadores de uma dinâmica diferenciadora, pois, desenvolvem diversas atividades. Dessas atividades, destacam-se aquelas que recriam as tradições antigas (como por exemplo, a recriação de desfolhadas) quer para a comunidade local, quer para visitantes, que suscita o interesse de todas as faixas etárias, designadamente de jovens.

De salientar a proximidade à Albufeira de Ribeiradio, que veio potenciar o lugar.

Santuário de Nossa Senhora da Saúde da Serra - Situado num ambiente florestal aprazível, é um espaço de culto à Senhora da Saúde da Serra que se encontra bastante difundido no litoral, onde, todos os anos, acolhe uma romaria destinada maioritariamente à participação da população de Vale de Cambra e redondezas.

Para além disso, o parque envolvente ao santuário é local de encontro e convívio durante todo o ano, que necessita de uma requalificação para rentabilizar o espaço.

6. HIERARQUIA DA REDE VIÁRIA

A Rede Viária do Concelho é formada por Estradas Nacionais (EN) e Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição das IP (EN(d)) e sob responsabilidade da CM (antigas EN), Estrada Regional (ER), Estradas Municipais (EM), Caminhos Municipais (CM), entre outros.

Para efeito da definição da hierarquia viária, no âmbito da 2ª Revisão do PDM, a metodologia adotada é independente do que se encontra classificado no PRN 2000.

Assim, a metodologia adotada teve em consideração as características das diferentes vias, nomeadamente pela tipologia do traçado, ligações que estabelecem e tipo de ocupação circundante. Deste modo, estabeleceu-se a seguinte hierarquia viária:

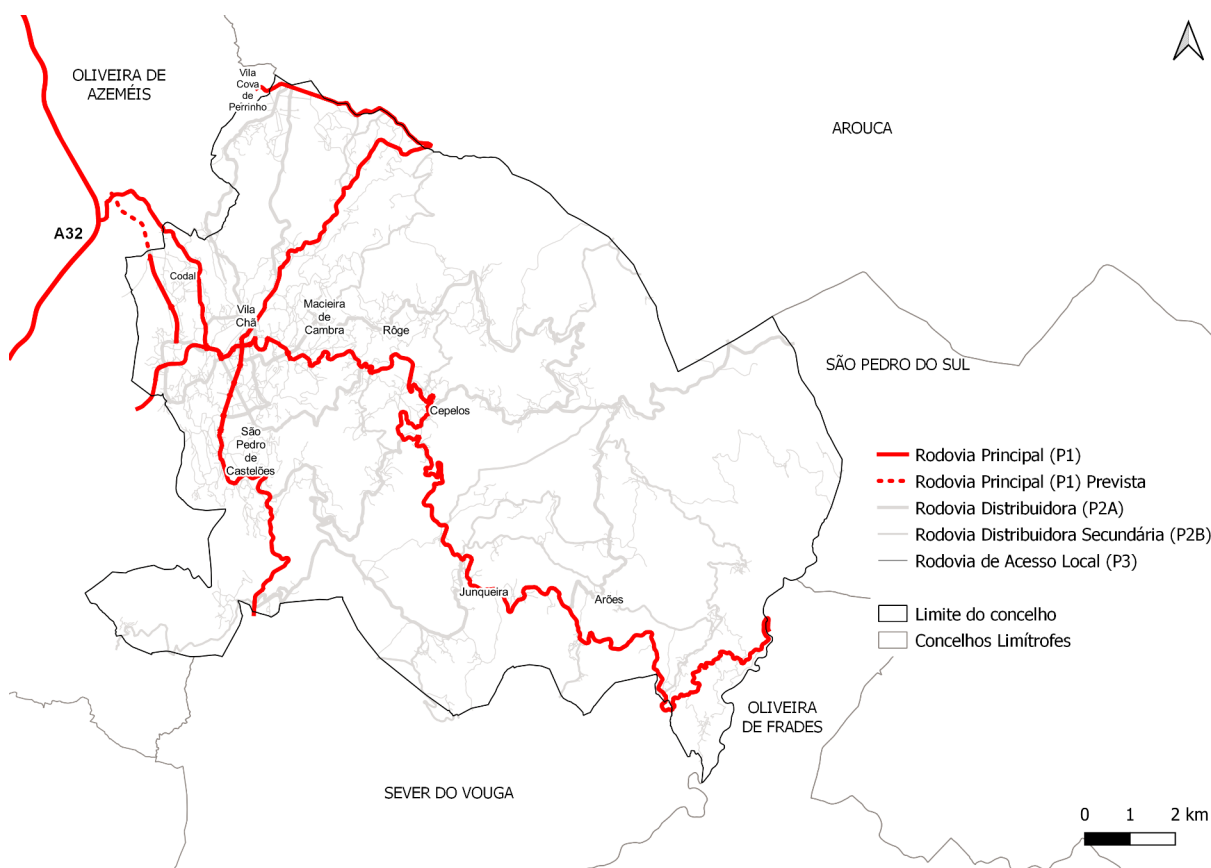
- a) Vias Principais;
- b) Vias Distribuidoras;
- c) Vias de Acesso Local;
- d) Vias de Acesso Rural e Florestal.

Vias Principais – perfil tipo P1

São as vias que desempenham um papel preponderante na estruturação da rede viária concelhia assim como nas ligações aos concelhos limítrofes. Garantem níveis significativos de fluidez, capacidade de tráfego e condição de circulação que se pretendem serem estáveis, constituindo as principais entradas e saídas do Concelho e respetiva ligação com a restante rede viária, assumindo assim, um impacto significativo nas acessibilidades.

Assim a rede de Vias Principais é definida pelas EN224 e ER227, EN(d)224, EN(d)224-1 e EN(d)328, que se encontram sob jurisdição das IP, e o Caminho Municipal de acesso à proposta de ligação à A32, sob responsabilidade do Município.

Cartograma n.º 36 – Vias Principais - perfil tipo P1 da Hierarquia da Rede Viária



Vias Distribuidoras – perfil tipo P2

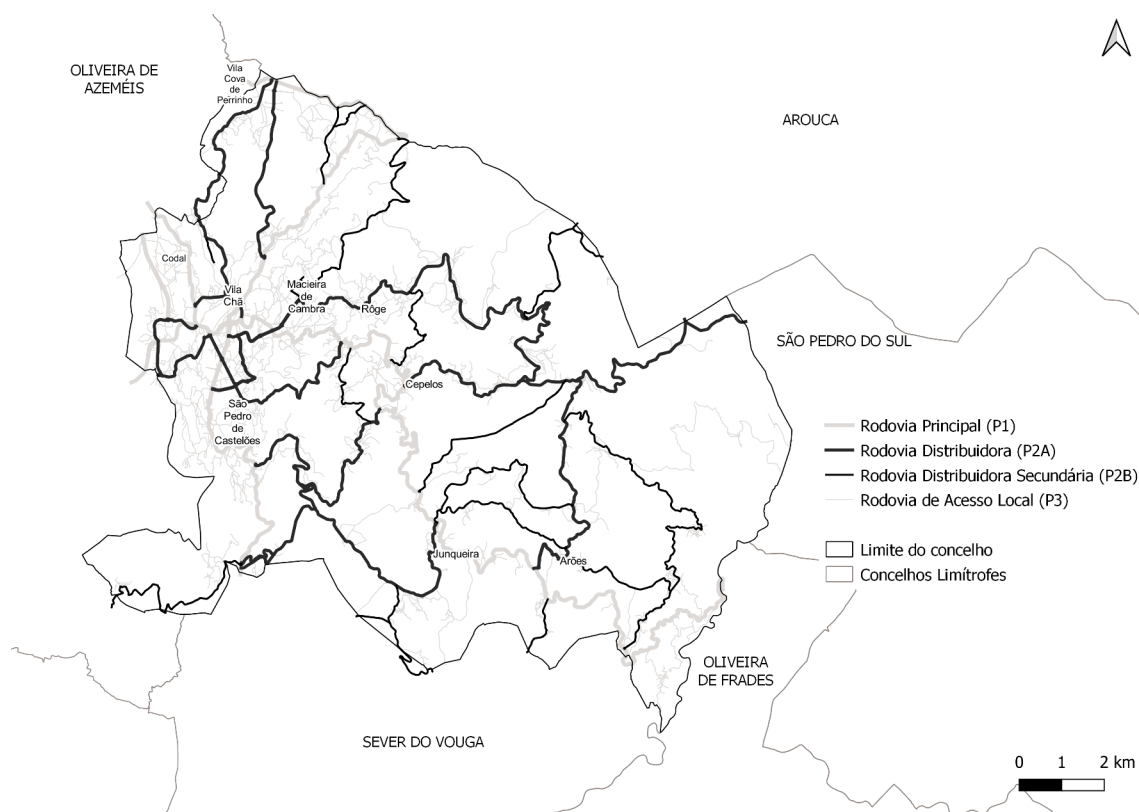
São as vias que garantem as ligações entre a rede viária principal e às sedes de freguesias, aos principais espaços de atividades industriais e económicas, bem como aos equipamentos e na articulação entre os aglomerados, estabelecendo ainda as demais ligações aos concelhos limítrofes.

A rede de Vias Distribuidoras está dividida em duas categorias, a P2A (Rodovia Distribuidora) e a P2B (Rodovia Distribuidora Secundária), consoante o acesso à rede principal e a largura da faixa de rodagem.

As vias - P2A estabelecem as ligações à rede viária nacional, as vias principais aos lugares do concelho e destes aos concelhos limítrofes, permitindo ainda a ligação a atividades industriais e económicas e à Serra da Freita, integrando as principais estradas e caminhos municipais.

As vias - P2B são aquelas que promovem a articulação entre os aglomerados, em geral, com perfil viário reduzido e são constituídas maioritariamente por caminhos municipais e outras vias com topónimos aprovados.

Cartograma n.º 37 – Vias Distribuidoras - perfil tipo P2 da Hierarquia da Rede Viária



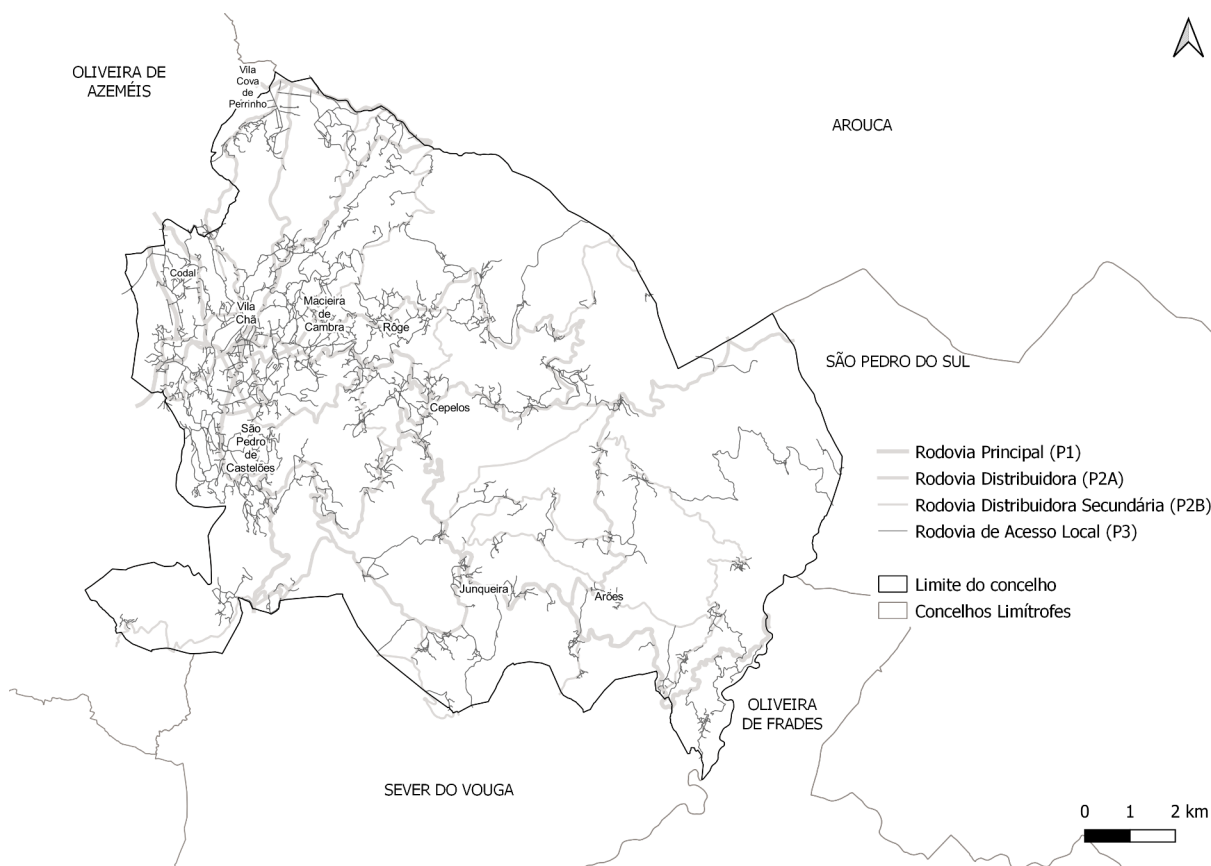
Vias de Acesso Local – perfil tipo P3

São as vias complementares à rede viária do tipo P1 e do tipo P2, que comportam o tráfego local e, muitas vezes, alternativas às com caráter superior.

Integram-se nesta categoria a rede de arruamentos locais dos aglomerados, com faixas de rodagem bastante reduzidas e condicionadas, onde o ordenamento do trânsito é prioritário.

Assim a rede de Vias de Acesso Local P3 é definida, entre outras, por vias com topónimos aprovados.

Cartograma n.º 38 – Vias de Acesso Local - perfil tipo P3 da Hierarquia da Rede Viária

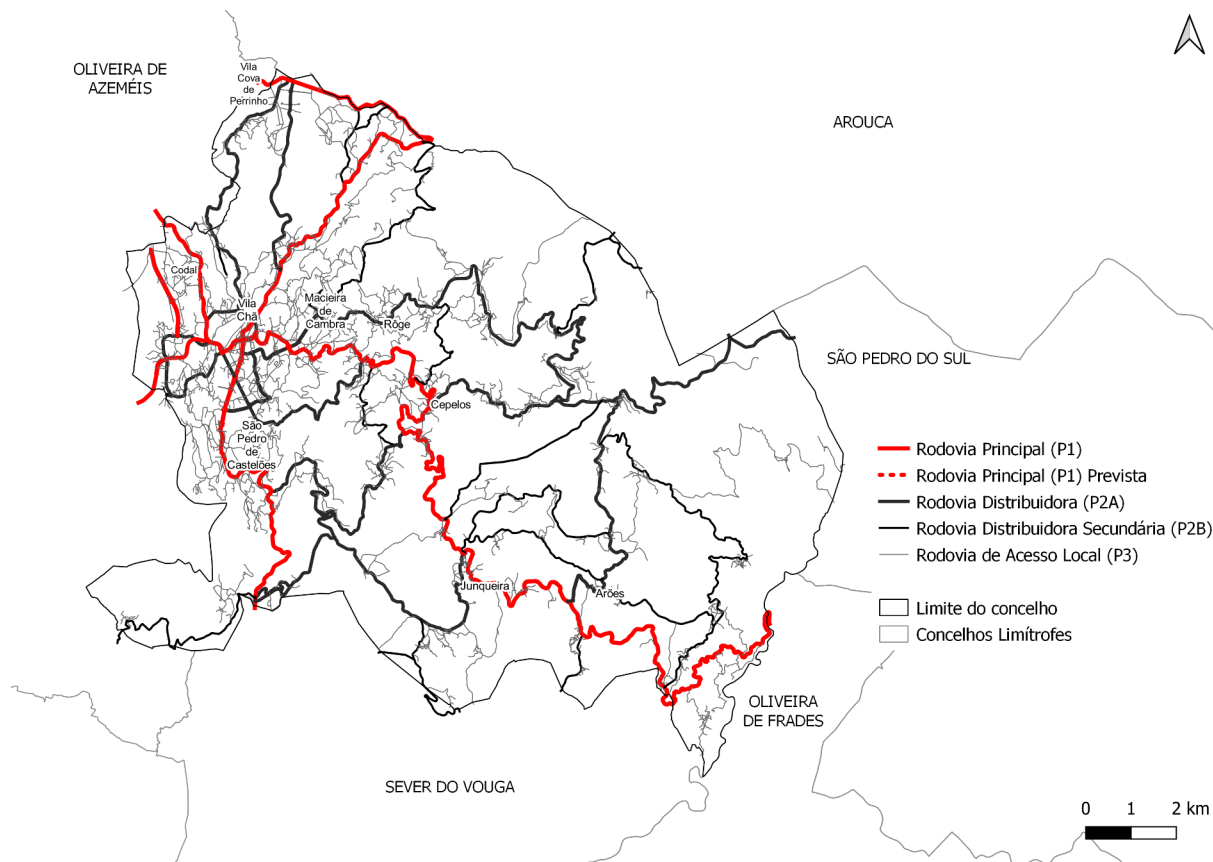


Vias de Acesso Rural e Florestal – perfil tipo P4

São todas as demais vias complementares, constituindo uma extensa rede de caminhos e acessos a propriedades agrícolas e florestais que não se encontram identificadas na planta de ordenamento.

No Cartograma n.º 21 é apresentada a hierarquia da rede viária.

Cartograma n.º 39 – Hierarquia da Rede Viária



Para efeito de dimensionamento dos arruamentos devem ser considerados os parâmetros de dimensionamento de acordo com o quadro seguinte.

Quadro n.º 13 – Parâmetros de dimensionamento da hierarquia da rede viária

Designação	Vias Principais	Vias Distribuidoras		Vias de Acesso Local	Vias de Acesso Rural e Florestal
	P1	P2		P3	P4
		P2A	P2B		
Faixa Rodagem	7.00m (1 / 2)	7.00m (2)	5.00m - 7.00m	5.00m (3)	3.00m - 6.00m
Bermas	1.50m (1 / 4)	1.50m (4)	1.50m (4)	1.50m (4)	Inexistente
Passeios	1.50m (1 / 5 / 6)	1.50m (5 / 6)	1.50m (5 / 6)	1.50m (5)	Inexistente
Estacionamento	Admite (1 / 7)	Admite (7)	Admite (7)	Admite (7)	Inexistente

- (1) Nas estradas inseridas no PRN, o perfil a adotar será definido pela entidade competente.
- (2) Admite faixa mínima de rodagem com 5.00m e separador central quando possui duas faixas de rodagem.
- (3) Admite, em caso excepcionais, uma faixa mínima de rodagem com 3.00m de largura.
- (4) Admite conforme zonamento a previsão de berma ou passeio.
- (5) Excecionalmente, admite passeios em situação de remate e de acerto nos perímetros consolidados.
- (6) Quando existam condições para ter faixa arborizada e/ou mobiliário urbano, o perfil adota mais 1.00m de largura no passeio.
- (7) O estacionamento poderá ser, no mínimo, de 2.00 m quando paralelo à via ou de 5.00m quando perpendicular à via.

7. DEFINIÇÃO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

O Modelo de Organização Territorial, estabelece compromissos de organização do território, nomeadamente a preservação da génese rural, a aproximação do interior à sede de concelho, de modo a alcançar a coesão territorial. Estes compromissos enunciam os desafios territoriais inerentes.

Para a concretização do Modelo, foram elaboradas cartas temáticas, representando a redes de conectividade, os perfis económicos, o perfil turístico e o perfil sociodemográfico.

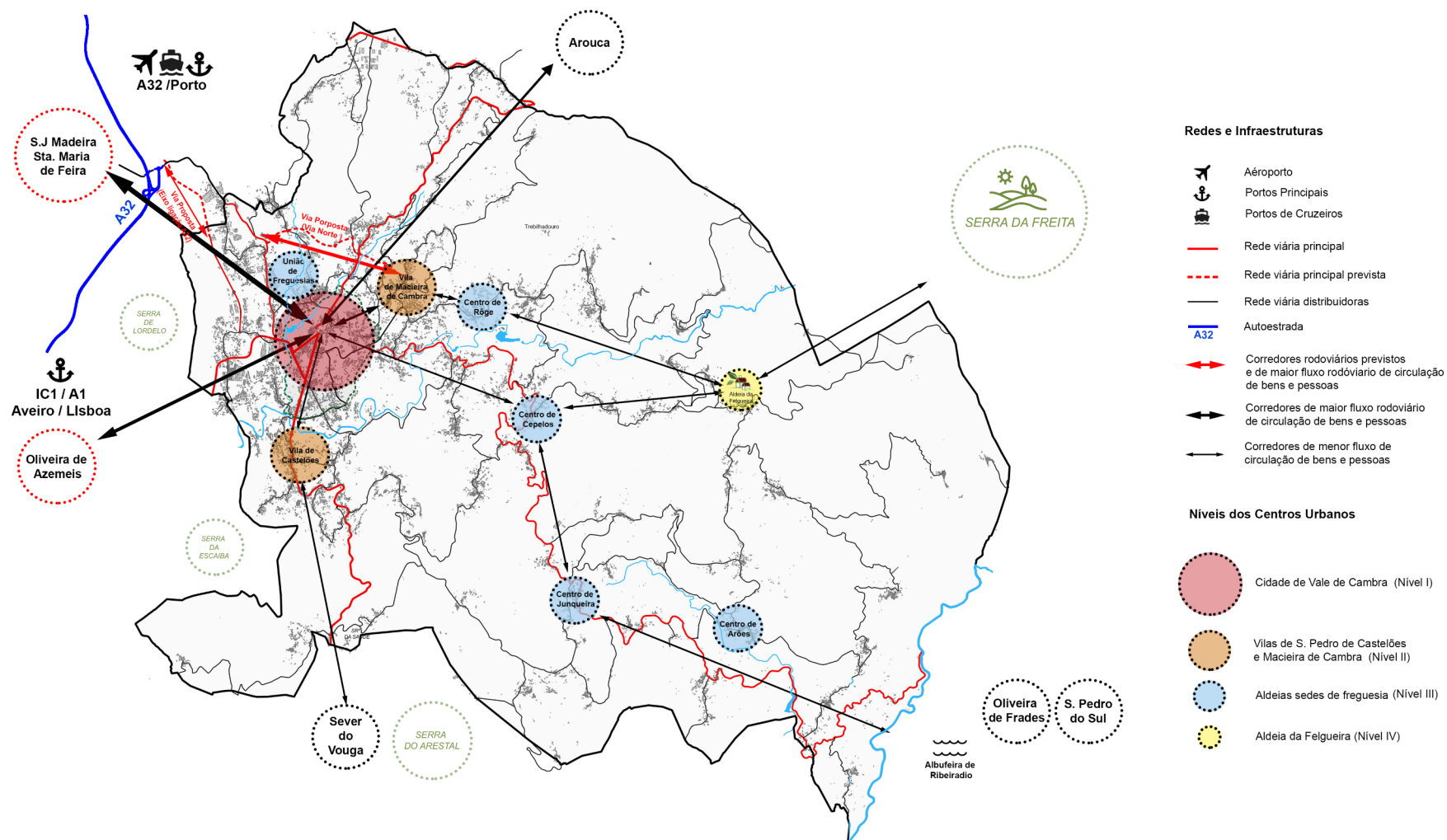
De acordo com o PN POT “as redes de conectividade são cruciais para o ordenamento do território, promovendo a interconexão dos ecossistemas, das pessoas e das atividades, contribuindo para a valorização dos recursos e para um modelo de organização territorial mais sustentável”.

Os Cartogramas n.ºs 22 e 23 representam as redes de conectividade: a rede viária e a rede ecológica.

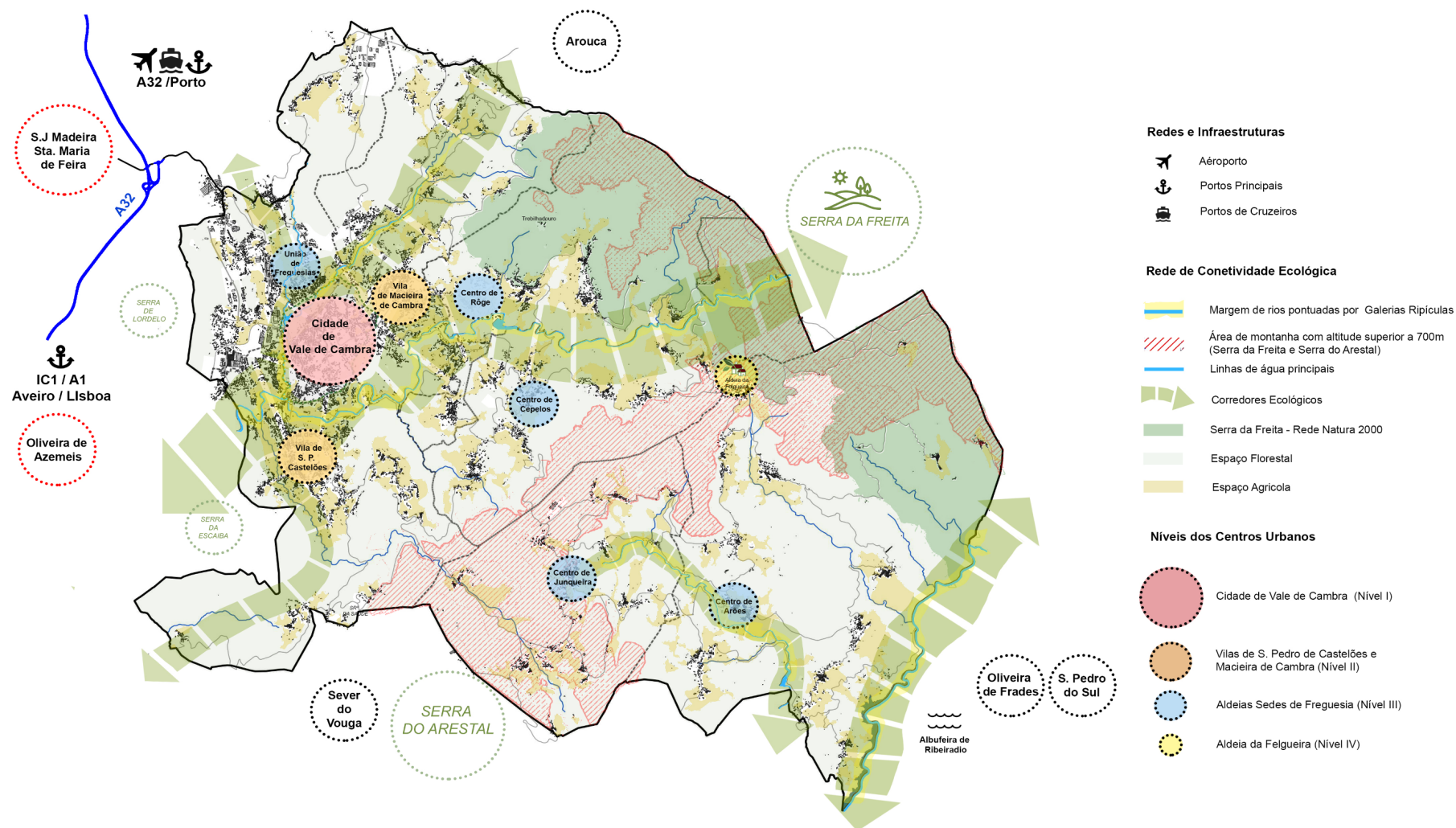
A rede viária concelhia para além das conexões que estabelece interfreguesias conectando o interior do concelho ao centro da cidade, também estabelece as conexões aos concelhos limítrofes. O reforço da rede viária intraconcelhia e interconcelhia vem potenciar a entrada de matérias-primas e o escoamento de bens e produtos, contribuindo para a dinamização dos setores económicos.

A rede ecológica é constituída por todas as áreas e sistemas de suporte físico aos processos ecológicos, na qual se inclui o património natural, as linhas de água bem como as respetivas margens, devendo garantir a sua preservação e valorização, garantindo o “*continuum naturale*”.

Cartograma n.º 40 – Redes de conectividade – Rede Viária



Cartograma n.º 41 – Rede de conectividade – Rede Ecológica



Em termos de política económica, a tendência passa pelo reforço de estratégias que permitam alcançar níveis de investimento mais elevados, a par do desenvolvimento de políticas que impeçam a deslocalização de empresas e indústrias para outros concelhos. Para além destas, devem ser garantidas as condições para o acolhimento e fixação de novas empresas, de modo a diversificar o tecido industrial e potenciar a simbiose existente.

No Cartograma n.º 24 podemos encontrar as atividades económicas mais representativas, ordenadas em ramo de atividade estando estes perfis territoriais diversificados, por Comércio e Serviços, Indústria, Turismo, Produção Agrícola e Espaço Florestal.

O setor terciário, comércio e serviços, localiza-se essencialmente nos centros de maior urbanidade do concelho, cidade e vilas.

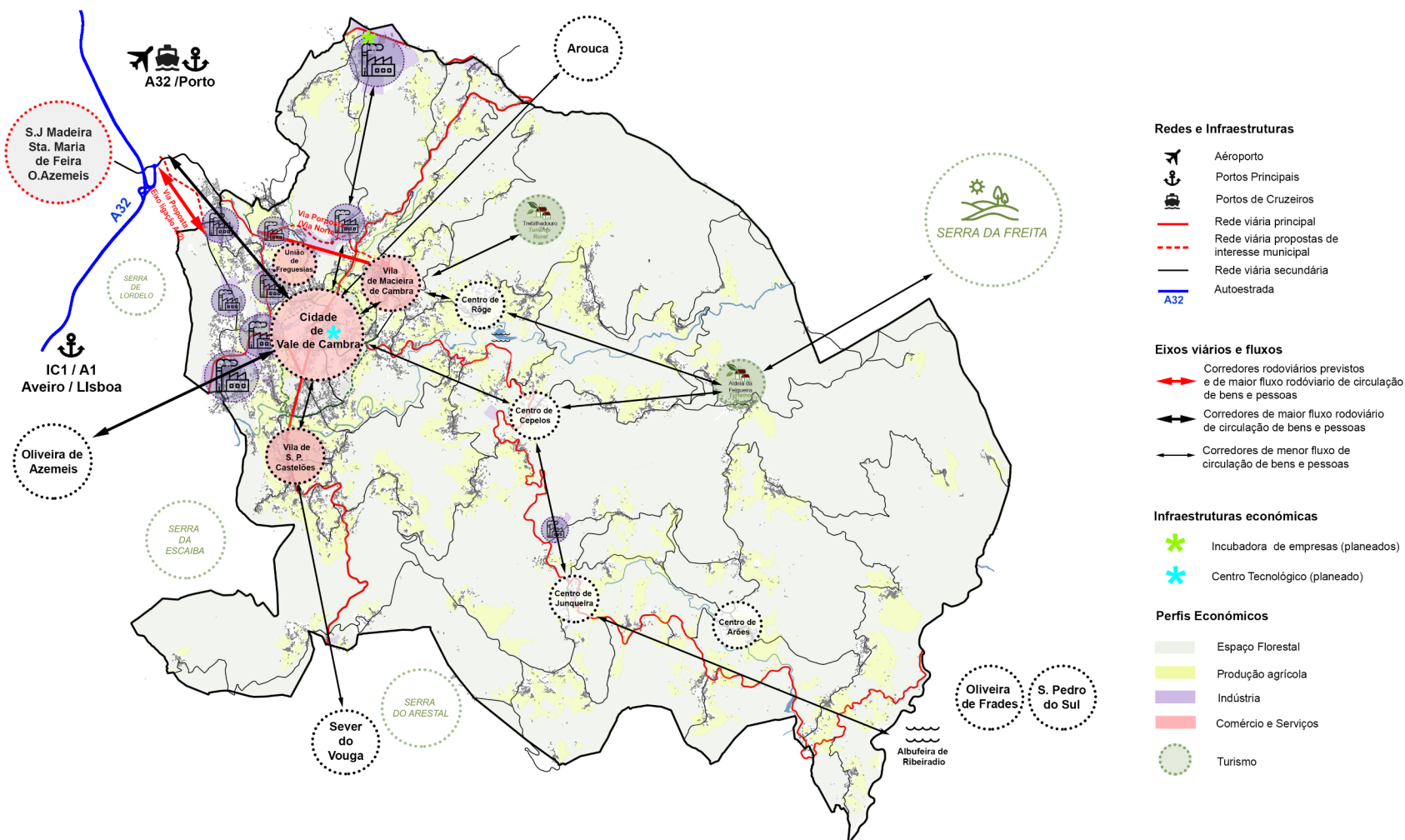
No que diz respeito à indústria, setor identificado como o motor do desenvolvimento económico do município, a aposta passa por manter, ampliar e qualificar os espaços industriais existentes, reforçando a sua conectividade a par de novos espaços industriais a prever.

Os polos industriais surgem essencialmente na proximidade da rede viária principal, o que se torna vantajoso em termos estratégicos e de logística inerente à laboração.

A produção agrícola e o espaço florestal apesar da pequena expressão económica, ainda que com potencial de crescimento, têm uma forte ocupação territorial, dispersas por todo o território concelhio.

Relativamente ao perfil turístico destacam-se as aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro, por integrarem as Aldeias de Portugal, no entanto, e apesar de se tratar de uma atividade económica, será abordada em temática própria.

Cartograma n.º 42 – Perfis económicos



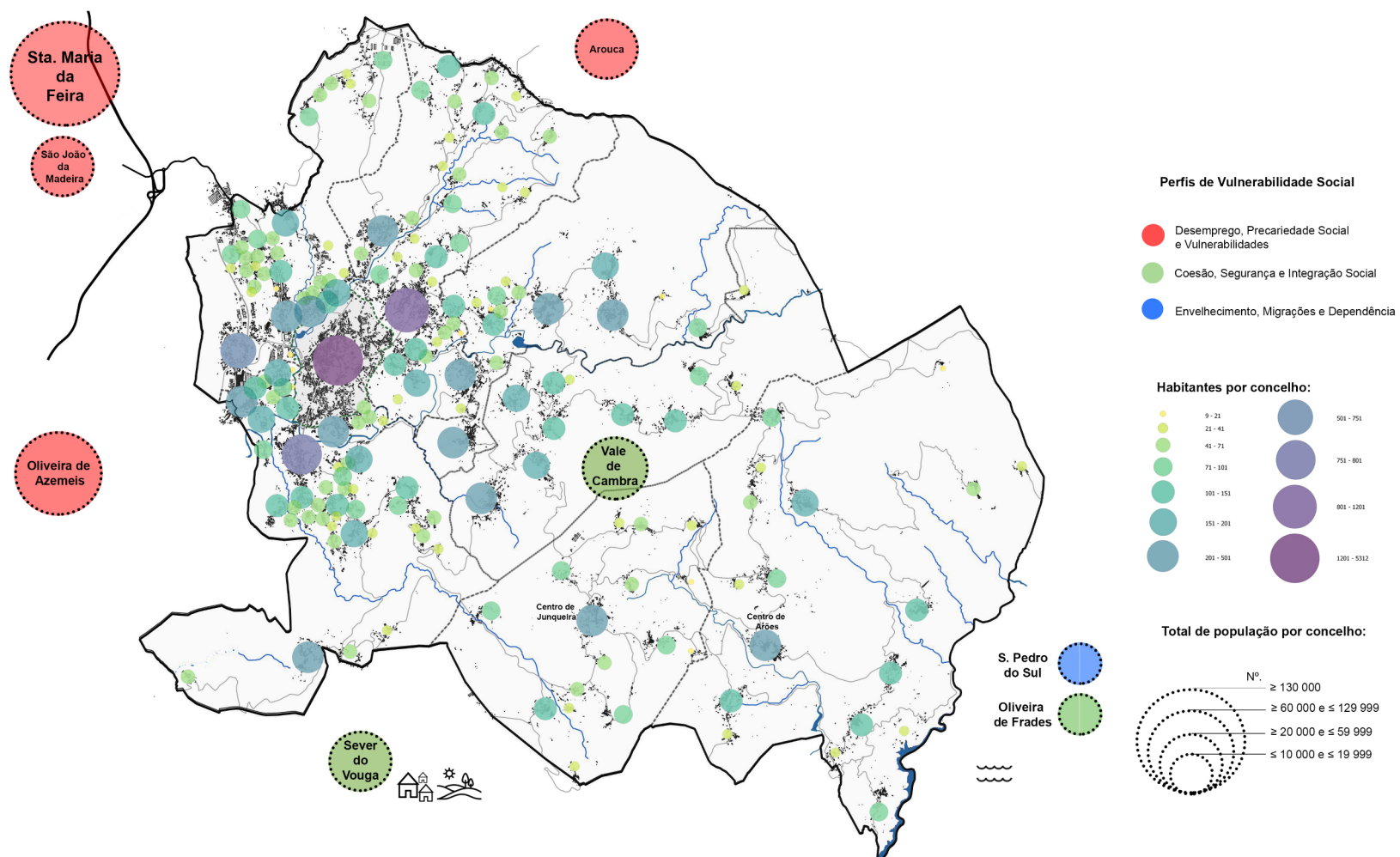
Para entender as dinâmicas sociodemográficas do concelho, foi elaborado uma carta temática a partir da distribuição da população por lugares.

O Cartograma n.º 25 evidencia a concentração da população nas zonas mais urbanas localizadas na parte baixa do Concelho, dispersando até às zonas altas marcadamente rurais.

Outro fator determinante para a continuidade demográfica, nas zonas mais distantes da sede do Concelho, prede-se com o facto de alguns lugares possuírem 50 ou mais habitantes, nomeadamente os lugares da Lomba e Casal Velide na freguesia de Arões e o lugar da Felgueira na freguesia de São Pedro de Castelões.

Apesar de a população vir a decrescer desde há décadas, estas aldeias têm conseguido “sobreviver” ao fenómeno da desertificação.

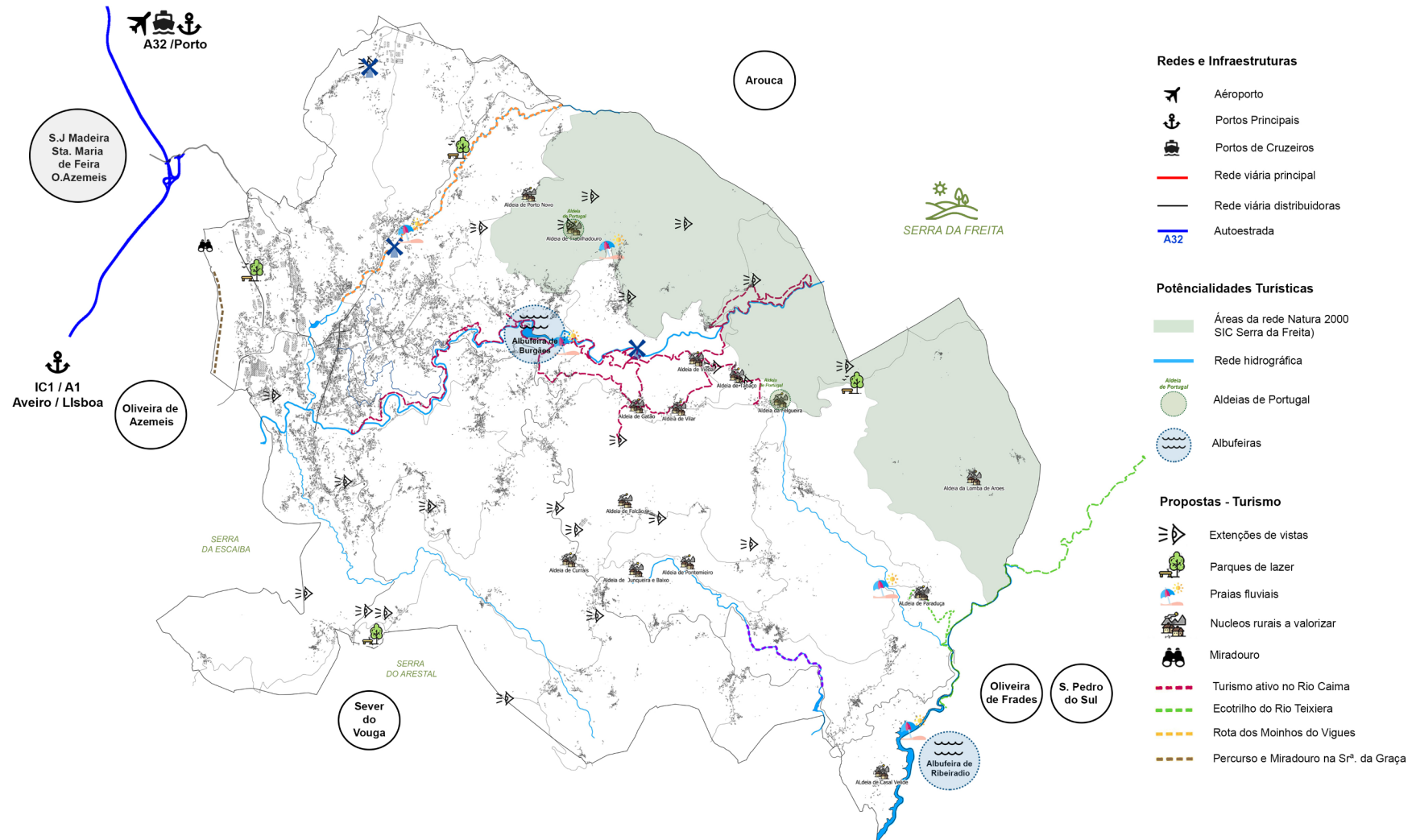
Cartograma n.º 43 – Perfis sociodemográfico



Ao nível turístico e enquanto setor de desenvolvimento municipal, representam-se os projetos considerados relevantes para a estratégia municipal com impacto na ocupação do território.

No Cartograma n.º 26, esquematicamente traduzem-se a localização dos projetos alusivos, nomeadamente extensões de vista, parques de lazer, praias fluviais, entre outros.

Cartograma n.º 44 – Perfil turístico



Modelo territorial

O modelo territorial pretende representar a estratégia de desenvolvimento para o Concelho traduzida em medidas e ações que irão, de alguma forma, influenciar o ordenamento do território. Este modelo traduz uma estratégia e um compromisso que condiciona o sistema de governação municipal no período de implementação do PDM.

O modelo territorial assenta na abordagem feita a setores fulcrais para o desenvolvimento de Vale de Cambra, com especial enfoque nas atividades económicas e turísticas, na habitação, nas acessibilidades e no ambiente.

Este modelo tem como objetivo projetar o município de Vale de Cambra tornando-o atrativo para viver, visitar e investir e, pretende-se que gere impactes capazes de contribuir para a resolução dos problemas de desertificação e despovoamento do interior, promova a valorização dos aglomerados rurais e dos produtos locais, criando condições de apoio à população idosa, valorizando a autosustentabilidade em associação direta com o ambiente.

O modelo de desenvolvimento é condicionado pelas vulnerabilidades críticas identificadas no concelho, sendo necessário criar mecanismos capazes de lidar com os impactes associados a fenómenos climáticos extremos, sendo função do ordenamento do território a prevenção de inundações, incêndios rurais, escassez de água e ondas de calor.

O Modelo de Desenvolvimento Territorial integra unidades territoriais, sistema urbano, redes de conectividade (circulação, mobilidade e ecológica), identificando potenciais polos de desenvolvimento.

As unidades territoriais definidas no modelo territorial correspondem a áreas com características semelhantes que sintetizam esquematicamente as políticas e os eixos estratégicos, estabelecendo as ligações fundamentais para o funcionamento das diferentes redes e sistemas de forma integrada.

A identificação destas áreas com potencialidades específicas contribuirão para a organização espacial do território tornando-o mais competitivo e diversificado. Para além disso, a estas áreas foram atribuídas denominações que correspondem ao seu principal objetivo, designadamente:

- a) Zona Urbana Principal
- b) Zona Urbana Perimetral e Secundária
- c) Zona Económica Especializada
- d) Interior Rural

- e) Vale da Serra da Escaiba
- f) Serra da Freita
- g) Serra do Arestal
- h) Vale do rio Teixeira

O **sistema urbano** municipal organiza-se em torno dos centros urbanos que correspondem à cidade e às vilas de Macieira de Cambra e São Pedro de Castelões. Por sua vez, os subsistemas que correspondem às sedes de freguesia e outros aglomerados identificados na hierarquia reforçam o desenvolvimento urbano e a integração entre territórios, favorecendo as relações interurbanas e urbano-rurais, tendo como objetivo atenuar disparidades socioeconómicas, dada a sua fraca expressividade ao nível da densidade urbana e nível de serviços.

Em termos económicos, no que se refere aos **polos de desenvolvimento**, o presente modelo não pode ignorar a localização assimétrica pelo território municipal quer do setor secundário, quer dos serviços, o que tem gerado disparidades nos níveis de progresso municipal quer social, quer económico.

No município, a cidade e as zonas industriais assumem um papel centralizador de serviços e de concentração industrial, gerando, por sua vez, concentração de atividades terciárias, indústrias subcontratadas de outras empresas e concentração de população. Em oposição temos os espaços rurais caracterizados pela predominância do setor primário, apesar de residual e pela sua desertificação, apostando numa base económica pouco diversificada e muito frágil.

O presente modelo pretende, por um lado, promover ações de requalificação e ampliação de Zonas Industriais existentes, criar novas Zonas Industriais capazes de diversificar e gerar novas centralidades industriais enquanto que, nos espaços rurais se pretende promover a agricultura e a floresta, enquanto geradores de bens transacionais criando valor acrescentado à transformação de produtos agrícolas e à indústria de base florestal. Neste contexto, assume-se a revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Calvela, atualmente em vigor.

Para o turismo a Câmara Municipal promoveu a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento e Marketing Turístico que o presente modelo incorpora, complementando-o com projetos capazes de dinamizar este setor, daí a importância de considerar as potencialidades dos aglomerados rurais e seus produtos, as praias fluviais, os locais de extensão de vistas e miradouros que associados a outros valores, quer arqueológicos ou ambientais, serão capazes de induzir no município valorização, auto-sustentabilidade e

desenvolvimento, contribuindo para tentar reverter um cenário de manutenção ou regressão de tendências.

Ao nível das **redes de conectividade ecológica** o modelo identifica os principais corredores ecológicos associados as sistemas que devem ser valorizados e preservados. Estes corredores ligam as unidades de maior valor patrimonial natural e garantem a conectividade entre os diferentes sistemas sobre a qual se podem desenvolver vários usos. A rede de conectividade ecológica identificada considera fundamentais os corredores naturais, associados a linhas de água, tais como os rios Caima, Viques e Teixeira, essenciais para garantir a continuidade das áreas de conservação da natureza.

Ao nível das acessibilidades, que por referência remete para as redes de conectividade, considera-se que estas são cruciais para o ordenamento do território, por promoverem interconexões entre os ecossistemas e as pessoas, o que torna o modelo mais sustentável e eficiente.

No que se refere às acessibilidades rodoviárias e tendo em conta a vasta extensão da rede viária municipal, assume-se que esta estrutura o território municipal, criando corredores de acessibilidades e mobilidade, pelo que estes devem ser otimizados, contribuindo para a descarbonização através da diversificação das formas de mobilidade.

A este nível importa considerar dois projetos com grande impacto a nível municipal, a **ligação à A32**, que permite a ligação de Vale de Cambra à rede de autoestradas nacionais e, a variante norte que permite, por sua vez, aglutinar todo o transito gerado pela indústria quer se trate de transporte individual, quer se trate de pesados.

Unidades Territoriais

De seguida são apresentadas as oito unidades territoriais e os seus objetivos específicos, articulados com os objetivos estratégicos já estabelecidos.

“Zona Urbana Principal”

A zona urbana principal corresponde ao limite da cidade de Vale de Cambra, ou seja, à área urbana de maior densidade, infraestruturada, equipada e com a maior concentração de serviços. Porém, verifica-se uma lacuna no que se refere à consolidação urbana, bem como à presença de espaços verdes de proximidade ou outros que permitam um desenho urbano articulado com o edificado e que criem e desenvolvam processos identitários.

Os objetivos definidos para esta área passam pelo reforço e manutenção da centralidade, diversificando os usos. Por outro lado, pretende-se qualificar e requalificar o espaço público e o ambiente urbano e, ainda, intervindo sempre que necessários nos equipamentos, infraestruturas, transportes e mobilidade e apoio social, aumentando a resiliência do território e criando condições para a fixação da população.

“Zona Urbana Perimetral e Secundária”

Esta área engloba as Vilas de Macieira de Cambra e São Pedro de Castelões, apesar de terem alguns serviços e onde há grande concentração de população, corresponde aos núcleos periurbanos não consolidados.

Apresentam características marcadamente residenciais em associação com áreas agrícolas, sem grande organização espacial.

- a) Para esta unidade territorial os objetivos definidos são os seguintes:
- b) Reforço da centralidade e diversificação de usos (criando condições para o aumento de serviços públicos essenciais);
- c) Potenciar os recursos endógenos com potencial recreativo, agrícola e florestal;
- d) Dinamização do núcleo industrial através da melhoria de acessos.

“Zona Económica Especializada”

Nestas áreas localizam-se as maiores indústrias do concelho fundidas com concentrações habitacionais, traduzindo-se numa unidade territorial fragmentada por diversos usos.

A estratégia para esta área passa pela qualificação e ampliação das zonas industriais existentes e a criação novas, dotar estas áreas de infraestruturas tecnológicas atingindo os pressupostos defendidos pela Indústria 4.0, novos eixos viários e outros usos complementares de apoio.

“Interior Rural”

O interior rural compreende a maioria dos aglomerados rurais do interior do concelho com características rurais, identidade e história. Esta área apresenta forte potencial agricultura e ocupação florestal e, ainda, é interrompida pela grande corredor ecológico do Caima e outros de menor dimensão. Os objetivos para esta áreas são:

- a) Requalificação dos núcleos rurais preservando e valorizando as suas características identitárias;
- b) Potenciar e fomentar o aproveitamento económico do solo, através da agricultura, floresta, turismo rural, numa perspetiva sustentável e aumento da competitividade nos produtos locais.

“Vale da Serra da Escaiba”

Esta unidade territorial corresponde a uma área fortemente ocupada pela ocupação florestal, declivosa, e com pequenos núcleos habitacionais. Os principais objetivos devem contribuir para:

- a) Implementação de uma gestão florestal sustentável através da sua divulgação ao público-alvo;
- b) Promoção da produção florestal assente em atividades económicas competitivas;
- c) Diminuição do número de ignições de incêndios florestais e área ardida;
- d) Recuperar e reconverter os espaços florestais, sobretudo os queimados, através da arborização com espécies de elevado potencial produtivo.

“Serra do Arestal”

A “Serra do Arestal” compreende importantes aglomerados rurais, com identidade e história, associados a espaços agrícola que se desenvolvem ao longo de uma grande extensão. Assim, os objetivos para esta unidade territorial são:

- a) Conter e concentrar os aglomerados rurais valorizando os núcleos existentes;
- b) Valorizar e preservar os núcleos e centros rurais, como espaço privilegiado de atividades e definição da identidade;
- c) Potenciar o aproveitamento económico do solo através da agricultura e floresta, numa perspetiva de competitividade para a comercialização de produtos locais;
- d) Promover o turismo rural de forma sustentável ao nível económico e social.

Serra da Freita

A unidade territorial denominada Serra da Freita corresponde à área com elevada presença de valores naturais e ecológicos, a qual coincide com a Rede Natura 2000. Os objetivos principais para esta área são os seguintes:

- a) Valorização, preservação e promoção dos recursos e valores naturais, paisagísticos e patrimoniais dos espaços rurais de forma sustentável;
- b) Adequar a gestão dos espaços florestais aos objetivos de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;
- c) Aumentar e diversificar a oferta turística, numa perspetiva de desenvolvimento local, sem comprometer os recursos naturais em presença;
- d) Requalificação dos núcleos rurais como âncora de identidade da população residente e das características únicas do lugar.

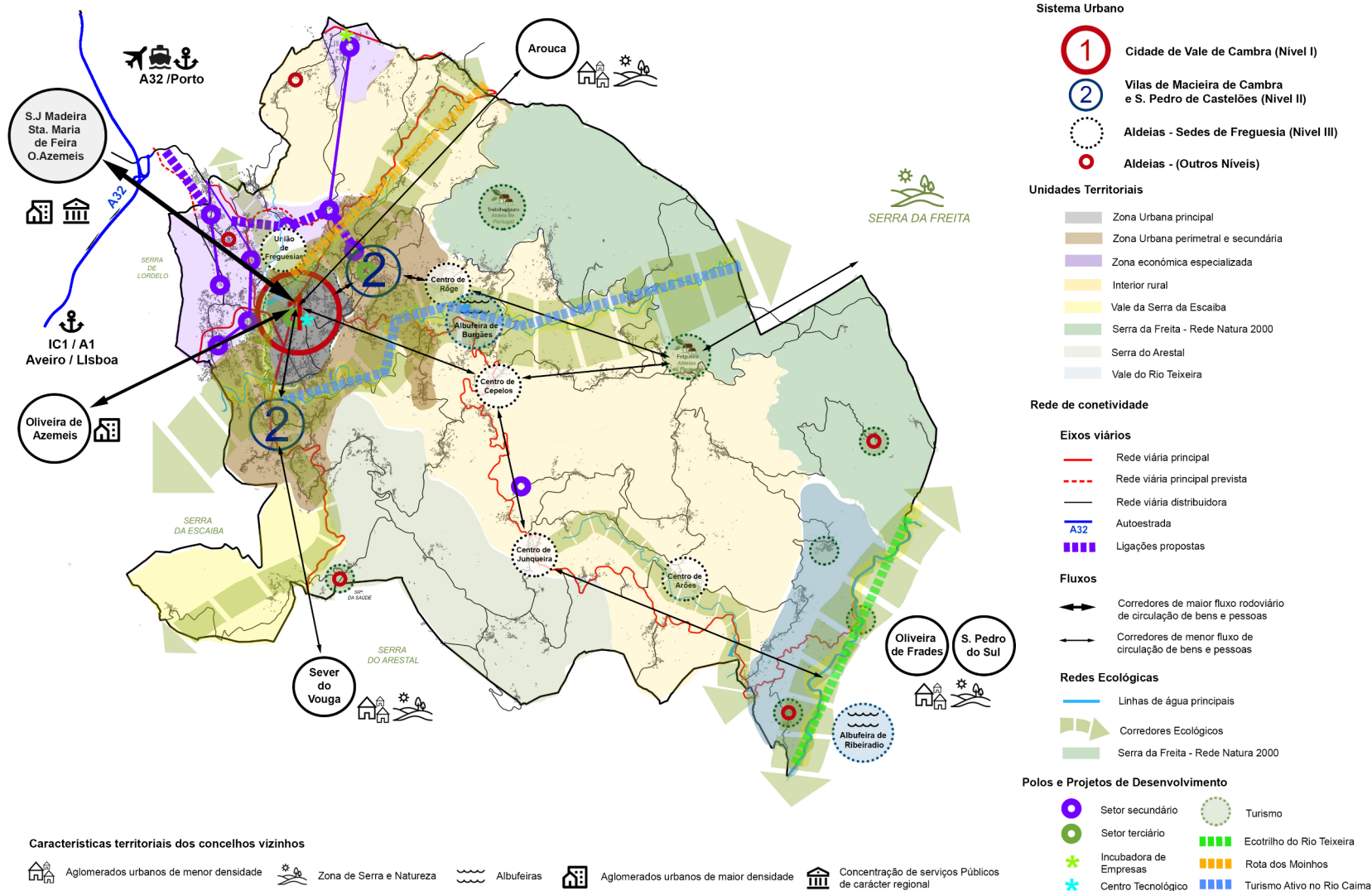
“Vale do Rio Teixeira”

O Vale do rio Teixeira trata-se de uma área privilegiada que suporta essencialmente funções habitacionais, suportadas pela proximidade à Barragem de Ribeiradio, que fazem deste um lugar excecional com potencialidades turística no espaço rural. Simultaneamente, esta área de elevado valor ecológico e paisagístico, coincidente com o corredor ecológico do rio Teixeira.

Para esta unidade foram definidos os seguintes objetivos:

- a) Preservação e valorização dos valores existentes (património natural e cultural);
- b) Criar e potenciar uma oferta turística qualificada e diversificada tirando partido da excecionalidade do lugar;
- c) Criação de atividades associadas à ruralidade como suporte à atividade turística e recreativa;
- d) Potenciar o aproveitamento dos recursos endógenos do território (recurso solo e geológico – potencial agrícola e florestal).

Cartograma n.º 45 – Modelo de Organização Territorial



8. OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Neste capítulo, e para o período de vigência do PDM, pretendemos relacionar o quadro estratégico municipal com os objetivos estratégicos, construindo um referencial de medidas de ação, que, por sua vez, serão operacionalizadas através da identificação de projetos prioritários que traduzirão o compromisso político do executivo para com o município.

Na primeira fase, e de acordo com o Quadro N.º 8, foram identificados os objetivos que concorrem para a concretização de cada um dos eixos estratégicos definidos.

Na segunda fase foram identificadas medidas de ação em conformidade com os eixos e objetivos estratégicos previamente definidos.

Na terceira fase, e através da construção do Quadro N.º 9, pretende-se demonstrar de que forma as medidas definidas vêm dar resposta aos fatores críticos de decisão e às questões ambientais e de suscetibilidade, identificadas no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD).

Quadro n.º 14 – Identificação de Medidas de Ação para Projetar o Concelho de Vale de Cambra, Tornando-o atrativo para Viver, Visitar e Investir

Identificação de Medidas de Ação para Projetar o Concelho de Vale de Cambra, Tornando-o atrativo para Viver, Visitar e Investir	
Eixo 1 Consolidação das áreas urbanas e revitalização das áreas rurais	1.1. Promover a melhoria das acessibilidades viárias aproximando o interior à sede de concelho e este com os concelhos vizinhos
	Medida 1.1.1 – Criação de vias de comunicação que potenciem a ligação ao exterior do concelho Medida 1.1.2 – Beneficiação das acessibilidades viárias e grau de cobertura no concelho
	1.2. Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades
	Medida 1.2.1 – Expansão e qualificação das redes de infraestruturas de água e saneamento Medida 1.2.2 – Requalificação e expansão da rede de equipamentos de utilização coletiva Medida 1.2.3 – Reabilitação e requalificação urbanística de espaços públicos
	1.3. Contrariar a desertificação do interior do concelho, promovendo e qualificando os seus aglomerados induzindo dinâmicas de desenvolvimento;
Eixo 2 Promover uma economia dinâmica, inovadora e competitiva	2.1. Reforçar e qualificar a oferta de espaços para a instalação de atividades económicas, prevendo mecanismos de incentivo com especial incidência na localização e relocalização industrial
	Medida 2.1.1 – Disponibilização de espaços qualificados de acolhimento empresarial Medida 2.1.2 – Requalificação dos espaços industriais existentes Medida 2.1.3 – Serviços de apoio ao setor industrial Medida 2.1.4 – Desenvolvimento de redes de parceria empresarial de telecomunicação
	3.1. Promover uma estratégia local de habitação ajustada às necessidades da população e à realidade do mercado imobiliário
	Medida 3.1.1 – Promoção da eficiência energética de habitação e serviços Medida 3.1.2 – Revitalização do setor da construção e dinamização da reabilitação urbana Medida 3.1.3 – Dinamização do mercado de arrendamento Medida 3.1.4 – Promoção de habitação a custos controlados Medida 3.1.5 – Promoção da inclusão social
	4.1. Promover o potencial turístico do Município, tendo por base os recursos endógenos do concelho
Eixo 3 Promover o acesso à habitação através da dinamização da reabilitação urbana, da promoção do arrendamento e da qualificação dos alojamentos	Medida 4.1.1 – Reforço do posicionamento do município no projeto das “Montanhas Mágicas” e do “O Vale Mágico” Medida 4.1.2 – Revitalização e dinamização dos centros rurais Medida 4.1.3 – Preservação e valorização das áreas naturais de maior valor ecológico, como forma de promoção do ecoturismo Medida 4.1.4 – Qualificação da paisagem e do património histórico e cultural Medida 4.1.5 – Valorização comercial dos produtos locais Medida 4.1.6 – Potenciar o turismo através de saberes e tradições Medida 4.1.7 – Promover o enoturismo e a gastronomia local
Eixo 4 Dinamização turística	

Eixo 5 Promover a sustentabilidade ambiental	4.2. Valorizar o património cultural e natural enquanto motores de desenvolvimento sócioeconómico
	Medida 4.2.1 – Valorização do património natural, arquitetónico, arqueológico e geológico Medida 4.2.2 – Divulgação e marketing turístico
	5.1. Promover a adaptação às alterações climáticas, através do aumento da resiliência do território, aos efeitos das mesmas
	Medida 5.1.1 – Conservação do recurso solo Medida 5.1.2 – Mitigação às alterações climáticas Medida 5.1.3 – Adaptação às alterações climáticas
	5.2. Incentivar a neutralidade carbónica
	Medida 5.2.1 – Redução da utilização dos combustíveis fósseis e promoção da utilização de fontes de energia renováveis Medida 5.2.2 – Modernização da estrutura de produção industrial Medida 5.2.3 – Partilha de transportes individuais Medida 5.2.4 – Promoção da utilização dos transportes públicos coletivos
	5.3. Promover a Mobilidade Urbana Sustentável e Acessibilidade com foco nas Pessoas
	Medida 5.3.1 – Qualificação dos espaços públicos para estadia e deslocações a pé e de bicicleta Medida 5.3.2 – Adaptação das infraestruturas aos modos suaves
	5.4. Promover a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, com enfoque na floresta
	Medida 5.4.1 – Promover a economia circular e a sustentabilidade Medida 5.4.2 – Promoção das espécies autóctones em detrimento das espécies exóticas e/ou invasoras Medida 5.4.3 – Conservação dos recursos hídricos Medida 5.4.4 – Promoção da educação ambiental Medida 5.4.5 – Promoção das atividades agrícola e florestal de forma sustentável

Quadro n.º 15 – Relação das Medidas de Ação com os FCD e as Questões Ambientais de Sustentabilidade

Relação das Medidas de Ação com os FCD e as Questões Ambientais de Sustentabilidade											
Medidas	Fatores Críticos de Decisão					Questões Ambientais de Sustentabilidade					
	FCD1 Recursos Naturais	FCD2 Património e Identidade Cultural	FCD3 Ordenamento e Coesão Territorial	FCD4 Riscos e Estratégias de Prevenção	FCD5 Desenvolvimento Económico e Capital Humano	População e Saúde Humana	Biodiversidade, Fauna e Flora	Solo, Água e atmosfera	Fatores Climáticos	Atividades Económicas e Bens Materiais	Paisagem e Património Cultural
Medida 1.1.1 – Criação de vias de comunicação que potenciem a ligação ao exterior do concelho											
Medida 1.1.2 – Beneficiação das acessibilidades viárias e grau de cobertura no concelho											
Medida 1.2.1 – Expansão e qualificação das redes de infraestruturas de água e saneamento											
Medida 1.2.2 – Requalificação e expansão da rede de equipamentos de utilização coletiva											
Medida 1.2.3 – Reabilitação e requalificação urbanística de espaços públicos											
Medida 1.3.1 – Garantir níveis de coesão territorial e inversão das dinâmicas de despovoamento											
Medida 2.1.1 – Disponibilização de espaços qualificados de acolhimento empresarial											
Medida 2.1.2 – Requalificação dos espaços industriais existentes											
Medida 2.1.3 – Serviços de apoio ao setor industrial											
Medida 2.1.4 – Desenvolvimento											

de redes de parceria empresarial de telecomunicação											
Medida 3.1.1 – Promoção da eficiência energética de habitação e serviços											
Medida 3.1.2 – Revitalização do setor da construção e dinamização da reabilitação urbana											
Medida 3.1.3 – Dinamização do mercado de arrendamento											
Medida 3.1.4 – Promoção de habitação a custos controlados											
Medida 3.1.5 – Promoção da inclusão social											
Medida 4.1.1 – Reforço do posicionamento do município no projeto das “Montanhas Mágicas” e do “O Vale Mágico”											
Medida 4.1.2 – Revitalização e dinamização dos centros rurais											
Medida 4.1.3 – Preservação e valorização das áreas naturais de maior valor ecológico, como forma de promoção do ecoturismo											
Medida 4.1.4 – Qualificação da paisagem e do património histórico e cultural											
Medida 4.1.5 – Valorização comercial dos produtos locais											
Medida 4.1.6 – Potenciar o turismo através de saberes e tradições											
Medida 4.1.7 – Promover o enoturismo e a gastronomia local											
Medida 4.2.1 – Valorização do											

património natural, arquitetónico, arqueológico e geológico											
Medida 4.2.2 – Divulgação e marketing turístico											
Medida 5.1.1 – Conservação do recurso solo											
Medida 5.1.2 – Mitigação às alterações climáticas											
Medida 5.1.3 – Adaptação às alterações climáticas											
Medida 5.2.1 – Redução da utilização dos combustíveis fósseis e promoção da utilização de fontes de energia renováveis											
Medida 5.2.2 – Modernização da estrutura de produção industrial											
Medida 5.2.3 – Partilha de transportes individuais											
Medida 5.2.4 – Promoção da utilização dos transportes públicos coletivos											
Medida 5.3.1 – Qualificação dos espaços públicos para estadia e deslocações a pé e de bicicleta											
Medida 5.3.2 – Adaptação das infraestruturas aos modos suaves											
Medida 5.4.1 – Promover a economia circular e a sustentabilidade											
Medida 5.4.2 – Promoção das espécies autóctones em detrimento das espécies exóticas e/ou invasoras											
Medida 5.4.3 – Conservação dos											

recursos hídricos											
Medida 5.4.4 – Promoção da educação ambiental											
Medida 5.4.5 – Promoção das atividades agrícola e florestal de forma sustentável											

8. BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. (2009). Flora e Vegetação das Serras Beira-Durienses. Doutoramento em Biologia. Coimbra. ISBN: 978-989-20-5048-5

Figueira, A. (2010). Estrutura Ecológica – Caso de Estudo – Concelho de Cinfães. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista.

